

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

GLAUCIA MARIA DOS REIS SILVA

FEMINISMO E CLASSISMO: MEMÓRIAS, RELAÇÕES E DISPUTAS NO SINDICATO
ÚNICO DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO DE MINAS GERAIS

Juiz de Fora

2017

GLAUCIA MARIA DOS REIS SILVA

FEMINISMO E CLASSISMO: MEMÓRIAS, RELAÇÕES E DISPUTAS NO SINDICATO
ÚNICO DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO DE MINAS GERAIS

Dissertação de Mestrado apresentada ao curso de Pós Graduação em Educação, na linha de pesquisa “Gestão, Políticas Públicas e Avaliação Educacional” da Universidade Federal de Juiz de Fora, como requisito parcial para obtenção do Grau de Mestre em Educação.

ORIENTADOR

Prof. Dr. Daniel Cavalcanti de Albuquerque Lemos

Juiz de Fora

2017

Ficha catalográfica elaborada através do programa de geração automática da Biblioteca Universitária da UFJF, com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

Silva, Glaucia Maria dos Reis .

Feminismo e Classismo : Memórias, relações e disputas no Sindicato Único dos Trabalhadores em Educação de Minas Gerais / Glaucia Maria dos Reis Silva. -- 2017.

122 f. : il.

Orientador: Daniel Cavalcanti de Albuquerque Lemos

Dissertação (mestrado acadêmico) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Faculdade de Educação. Programa de Pós-Graduação em Educação, 2017.

1. Feminismoo. 2. Classismo. 3. Sindicalismo Docente. I. Lemos , Daniel Cavalcanti de Albuquerque, orient. II. Título.

GLAUCIA MARIA DOS REIS SILVA

FEMINISMO E CLASSISMO: MEMÓRIAS, RELAÇÕES E DISPUTAS NO SINDICATO
ÚNICO DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO DE MINAS GERAIS

Dissertação aprovada como requisito parcial para obtenção do título de Mestre no Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Juiz de Fora, pela seguinte banca examinadora:

Dr (a) Daniel Cavalcanti de Albuquerque
Programa de Pós-Graduação em Educação – UFJF

Dr (a). Rubens Luiz Rodrigues
Programa de Pós-Graduação em Educação - UFJF

Dr (a). Lorene Figueiredo de Oliveira
Instituto do Noroeste Fluminense de Educação Superior – UFF

Juiz de Fora, 07 de agosto de 2017

À todas as mulheres trabalhadoras em educação!

Agradecimentos

Agradecer é mais difícil que imaginava. Felizmente são tantas pessoas que encontramos ao longo da vida e que de alguma forma contribuem para o nosso amadurecimento e crescimento. Devido ao espaço, seria impossível nomear todas...

Ao Daniel “com ele aprendi que o passado se configura, adquire forma, é desenhado na incessante batalha que os homens travam no presente, buscando dar a ele uma consistência, uma estabilidade, uma memória, que sirvam de suporte para projetos”. Nas palavras de Muniz (2007, p.127) me contemplo para agradecer ao professor Daniel, que de uma maneira singela e humana orientou esta pesquisa.

A professora Lorene, pela participação na banca de qualificação e na defesa. Por seu tempo despendido a me ouvir e trocar suas experiências de pesquisa e de mulher, e ainda pelo empréstimo do material que dispunha dos Congresso do Sind-UTE...

Ao professor Rubens, o qual desde a graduação admiro seu posicionamento político. É uma honra a oportunidade de tê-lo presente na banca de defesa e qualificação.

A querida professora Maria Teresa, que ainda na graduação me acolheu no Grupo de Pesquisa LIC/UFJF me ensinando os primeiros passos práticos e teóricos na caminhada de uma pesquisa. Foram tantos merecidos puxões de orelha... Em sua pessoa, agradeço a todos os integrantes do grupo que pude conviver pelos anos como bolsista de iniciação científica.

A CAPES pelo consentimento da bolsa de mestrado.

A todos os companheiros do Sind-UTE subsede de Juiz de Fora que de alguma maneira em suas particularidades, individualidades ou no âmbito coletivo contribuíram de alguma forma. O tempo em que participei da Secretaria de Mulheres foi de grande aprendizado.

Ao Sind-UTE/MG sede central, na pessoa de Feliciano Alves do Vale Saldanha, pela acolhida no campo e disponibilização do acervo digital dos documentos

Aos integrantes do grupo de Ensino e Pesquisa História da Educação, em especial ao Carlos e Tati pelas escutas atentas e ajudas práticas.

As companheiras de militância do Movimento Mulheres em Luta de Juiz de Fora, especialmente a Priscila Rocha.

As companheiras das escolas da rede estadual pelas quais eu passei e atualmente da rede municipal de Conselheiro Lafaiete da Escola Municipal José Castellões de Menezes.

As amigas Sara e Elaine, pelos ouvidos e incentivos nos momentos de desabafo da tarefa árdua da escrita.

Ao Cadu, que nos momentos de angústia e incertezas do caminho da pesquisa me indicou o lado mais sensato a seguir com suas sábias palavras e sempre me apoiando e incentivando a ir além. E principalmente, por ter me proporcionado a melhor experiência de minha vida.

A SINTIA pela leitura atenta, troca de experiências, incentivo e pelas três décadas de amizade. Pela mulher que é e representa. A luta sempre esteve presente na sua vida e é exemplo para muitas de nós.

A minha mãe SALETE, mulher de garra e determinação que me ajuda na doação de seu tempo, se fazendo presente nos momentos que precisei me afastar, principalmente nos cuidados com o Gustavo.

A situação da mulher tem de ser vista historicamente. E a história nos mostra que a opressão, apesar de ser cultural, está assentada em um sistema econômico de exploração, de desigualdade, que necessita subjugar e discriminar para continuar existindo. A política básica do capitalismo, imposta por suas necessidades econômicas, é extrair o máximo de lucro possível, explorando os trabalhadores, sejam homens ou mulheres, crianças e inclusive povos inteiros. Esse afã pelo lucro é o selo que marca a ferro e fogo todas as suas atividades e instituições, e se para isso for preciso, o capitalismo não hesita em revolucionar a família, em tirar a mulher do quarto escuro ou voltar a encerrá-la ali, desde que seus lucros estejam garantidos. Esse é a única lei realmente cumprida na sociedade capitalista [...]A verdadeira transformação na situação das mulheres depende de uma transformação radical da sociedade, e para isso as mulheres trabalhadoras devem travar sua luta no seio de sua classe, de forma independente das mulheres burguesas e sem depositar nelas a mínima confiança”

Cecilia Toledo - Mulheres trabalhadoras e Marxismo

Nada é impossível de mudar

Desconfiai do mais trivial, na aparência singelo.

E examinai, sobretudo, o que parece habitual.

Suplicamos expressamente: não aceitais o que é de hábito como coisa natural, pois em tempo de desordem sangrenta, de confusão organizada, de arbitrariedade consciente, de humanidade desumanizada, nada deve parecer natural, nada deve parecer impossível de mudar.

Bertolt Brecht

RESUMO

O presente trabalho tem por objetivo compreender como o Sindicato Único dos Trabalhadores em Educação de Minas Gerais (Sind-UTE/MG) tem abordado a temática específica para as mulheres em suas propostas e ações apresentadas à categoria. A metodologia utilizada, nesta pesquisa de mestrado, é a análise documental dos materiais produzidos pelo Sind-UTE/MG (teses congressuais, cartas, relatórios, cartilhas e jornais). Neste estudo, o olhar está voltado para algumas questões norteadoras: *De que maneira este sindicato tem abordado, em seus documentos, a opressão de gênero e a exploração de classe? Há uma preocupação deste sindicato em atender demandas específicas para as mulheres trabalhadoras em suas propostas e ações?* Para isso, nos apropriamos teoricamente de autoras feministas, que abordam a perspectiva classista, principalmente Heleieth Saffioti, Cecília Toledo, Mirla Cisne, Zuleika Alambert. O trabalho está organizado em três capítulos. No primeiro, debatemos a opressão à mulher numa perspectiva histórica. Este estudo é embasado nas pesquisas antropológicas e relacionamos essa discussão à feminização do magistério. No segundo, traçamos um apanhado histórico sobre a situação da mulher na sociedade capitalista e as diversas ondas do movimento feminista. No terceiro capítulo discutimos as questões específicas acerca do Sind-UTE/MG, trazendo a análise das teses apresentadas nos Congressos do sindicato, sendo o primeiro realizado em 1991 e o último em 2015, e entrevista com duas militantes do movimento sindical. Por fim, tecemos as considerações.

Palavras – chave: Sindicalismo docente – feminismo - classismo

ABSTRACT

This paper aims to understand how the Sind-UTE / MG has addressed the specific theme for women in their proposals and actions presented to the category. The methodology used in this master's research is the documentary analysis of the materials produced by Sind-UTE / MG (congressional theses, letters, reports, booklets and newspapers). In this study, the focus is on some guiding questions: How has this union addressed gender oppression and class exploitation in its documents? There is a concern of this union to meet specific demands for working women in their proposals And actions? For this, we theoretically appropriated feminist authors, who approach the classist perspective, especially Heleieth Saffioti, Cecília Toledo, Mirla Cisne, Zuleika Alambert. The work is organized in three chapters. In the first, we discuss the oppression of women from a historical perspective. This study is based on anthropological research and we relate this discussion to the feminization of the teaching profession. In the second, we draw a historical account of the situation of women in capitalist society and the various waves of the feminist movement. In the third chapter we discuss the specific questions about Sind-UTE / MG, bringing the analysis of the theses presented in the Congresses of the union, the first one held in 1991 and the last in 2015, and interview with two trade union activists. Finally, we weave the considerations.

Key Words: Teaching syndicalism – feminism- classicism

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 – Área de atuação x Rendimento	19
TABELA 2 – Ano de conquista do voto feminino x país	35
TABELA 3 – Número de docentes dos estabelecimentos de Ensino Público Estadual, por sexo e por etapa de ensino – Minas Gerais, 2014	46
TABELA 4 – Número de docentes dos estabelecimentos de Ensino Público Federal no ensino médio, por sexo – Minas Gerais, 2014	47
TABELA 5 – Número de docentes no Ensino Superior dos estabelecimentos de Ensino Público Federal e Estadual, por sexo – Minas Gerais, 2014	47
TABELA 6 – Sistematização da realização dos Congressos	52
TABELA 7 – Sistematização das Teses e Resoluções dos Congressos	84

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

APPMG – Associações de Professores Públicos de Minas Gerais

ARENA – Aliança Renovadora Nacional

CNTE – Confederação Nacional de Trabalhadores em Educação

CONCLAT – Conferências Nacionais da Classe Trabalhadora

CPB – Confederação Nacional dos Professores do Brasil

CSP – Central Sindical e Popular

CUT – Central Única dos Trabalhadores

DOPS – Departamento de Ordem Política e Social

FHC – Fernando Henrique Cardoso

Inep – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa Educacionais Anísio Teixeira

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

LGBTs – Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais, e Transgêneros

MEL – Movimento Educação e Luta

MEP – Movimento pela Educação Popular

MML – Movimento Mulheres em Luta

MMM – Marcha Mundial de Mulheres

MOCLATE – Movimento Classista dos Trabalhadores em Educação

MTS – Movimento por uma Tendência Socialista

ONG – Organização Não Governamental

ONU – Organização das Nações Unidas

PCB – Partido Comunista Brasileiro

PSTU – Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado

PT – Partido dos Trabalhadores

Sind-UTE – Sindicato Único dos Trabalhadores em Educação

SINPRO – Sindicato dos Professores

UTE – União dos Trabalhadores em Educação

SUMÁRIO

RESUMO	7
ABSTRACT	8
LISTA DE TABELAS	9
LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS.....	10
Para início de conversa.....	13
INTRODUÇÃO	19
CAPÍTULO 1 – A OPRESSÃO À MULHER NUMA PERSPECTIVA HISTÓRICA: CONSIDERAÇÕES SOBRE O PROCESSO DE FEMINIZAÇÃO DO MAGISTÉRIO	22
CAPÍTULO 2 – FEMINISMO E CONSCIÊNCIA DE CLASSE: “VESTÍGIOS DO PASSADO QUE MARCAM O PRESENTE”.	29
2.1 - A primeira onda do movimento feminista: a luta pelo sufrágio	34
2.2 - A segunda onda do movimento feminista: “o pessoal é político”	38
2.3 - A terceira onda do movimento feminista: “institucionalização do movimento feminista”	40
2.4- A perspectiva da exploração no capitalismo e a condição do trabalho feminino.....	42
CAPÍTULO 3 – O SINDICATO ÚNICO DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO DO ESTADO DE MINAS GERAIS	46
3.1 – O Sind-UTE/MG e as questões acerca da mulher trabalhadora em educação.....	48
3.2 – Os Congressos realizados pelo Sind-UTE, de 1991 a 2015.	51
3.2.1 - I Congresso do Sindicato Único dos Trabalhadores em Educação de Minas Gerais- Para seguir afinado consolidando a unificação – Governador Valadares 1991	54
3.2.2 – II Congresso do Sindicato Único dos Trabalhadores em Educação de Minas Gerais – Juiz de Fora 1993	56
3.2.3 – 3º Congresso do Sindicato Único dos Trabalhadores em Educação de Minas Gerais – Congresso Professor Florestan Fernandes – Diamantina 1995	58
3.2.4 – 4º Congresso do Sindicato Único dos Trabalhadores em Educação de Minas Gerais – Congresso Professor Paulo Freire – Itajubá 1997	60
3.2.5 – 5º Congresso do Sindicato Único dos Trabalhadores em Educação de Minas Gerais – Congresso Dom Helder Câmara – Araxá 1999	65
3.2.6 – 6º Congresso do Sindicato Único dos Trabalhadores em Educação de Minas Gerais – Congresso Patativa do Assaré – Governador Valadares 2003	67
3.2.7 – 7º Congresso do Sindicato Único dos Trabalhadores em Educação de Minas Gerais – Congresso Barbosa Lima Sobrinho – Belo Horizonte 2006	71

3.2.8 – 8º Congresso do Sindicato Único dos Trabalhadores em Educação de Minas Gerais – Poços de Caldas 2009	74
3.2.9 – 9º Congresso do Sindicato Único dos Trabalhadores em Educação de Minas Gerais – Araxá 2012	77
3.2.10 – 10º Congresso do Sindicato Único dos Trabalhadores em Educação de Minas Gerais – Contagem 2015	82
3.3. Feminismo, Sind-UTE/MG e as vozes femininas	87
CONSIDERAÇÕES	95
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	101
ANEXOS	104

Para início de conversa...

Sou rio, pois sei que meu saber é composto de muitos outros, sei que não sou a origem do meu saber, não sou o sujeito fundante da história que faço, sou fundado por uma sociedade, por uma cultura, por formações discursivas, por práticas de poder e linguagem[...] Às vezes sigo o (dis)curso, às vezes saio das margens, transbordo, alago, arrasto em meu caminho outras formas organizadas e as transformo em novas formas. (ALBUQUERQUE, 2007, p. 35-36)

A passagem da epígrafe acima nos permite construir uma analogia entre o rio e as pessoas, uma vez que, assim como o rio, o ser humano é composto de diferentes elementos que ora seguem um mesmo percurso, outrora vão por caminhos distintos. Retomando a vários autores que colocam o sujeito como um ser histórico-social, em que a sociedade, a história e a cultura exercem influência em sua constituição, torna-se importante situar o pesquisador no contexto da pesquisa.

Assim, faz-se interessante contar um pouco de minha história até chegar nesta “embarcação” chamada de mestrado. Os percursos por mim trilhados se assemelham a trajetória de várias outras mulheres, que exercem a função docente não por amor ou como predestinação feminina, mas como um trabalho que requer lutas cotidianas por condições dignas, reconhecimento e valorização.

O interesse em realizar um estudo a partir da temática “Feminismo e classismo: memórias, relações e disputas no Sindicato Único dos Trabalhadores” surge do cotidiano de uma mulher/professora dos anos iniciais da Rede Estadual de Educação de Minas Gerais em sua busca por tentar entender o que vem a ser uma trabalhadora em educação nos dias atuais. Assim como o rio, que as vezes desagua por águas calmas e em outros momentos enfrenta uma enxurrada de tempestades é o trabalho docente: as vezes calmo e tranquilo e outras vezes agitado e tumultuado.

Gostaríamos de começar retomando um breve relato sobre minha experiência de vida e os caminhos que me levaram a chegar aqui. Acredito que essa história se assemelha a de tantas outras mulheres. Justificando tal escolha, Michelle Perrot (2016, p.13) pontua que “dessa história, eu, assim como muitas outras mulheres, fui testemunha e atriz. Por isso, gostaria de

contar minha experiência, porque sob certos aspectos, ela é significativa da passagem do silêncio à palavra e da mudança de um olhar”

Desde criança “sonhava” ser professora e agora esse “sonho” se encontra concretizado, pois leciono para os anos iniciais da Rede Estadual de Educação de Minas Gerais. Antes de frequentar a escola, de saber ler e escrever, reproduzia o universo escolar em minhas brincadeiras de “faz de conta”. Carregava um emaranhado de cadernos, livros e folhas que eram utilizados nas “aulas” realizadas para bonecas, ursos de pelúcia, ou outros objetos como cadeiras, caixas.

Mais tarde, aos seis anos de idade, quando comecei a frequentar a escola, aprendi a ler e escrever. Nesta época, meu irmão me emprestava o tabuleiro do futebol de botão que servia como quadro negro para minhas anotações com o giz. Na minha concepção, era inadmissível uma professora que não fizesse uso de um quadro. As aulas que antes eram “dadas” para o público de bonecas, ursos e outros objetos foi substituído pelas amigas. Sem dúvidas, a brincadeira de escolinha era uma das minhas prediletas!

Na época, durante as minhas brincadeiras de escolinha, refletia em minha postura uma imagem que é atribuída ao profissional da educação, majoritariamente mulheres, portanto professoras. Colocava óculos, calçava sapatos de salto alto da minha mãe, juntava um monte de folhas dentro de saco plástico e saía andando pela casa até chegar ao local da “escolinha”, geralmente a varanda.

Na inocência de criança, mal sabia que estava reproduzindo o estereótipo criado em torno da figura feminina da professora. Os óculos eram os objetos que representavam a sabedoria, o salto alto dava a ideia de autoridade/ poder e o saco plástico com folhas de papel dentro era o material de trabalho.

O tempo se passou e depois de cursar o ensino básico, entrei para faculdade de Pedagogia. Durante o curso as lembranças da minha brincadeira preferida – escolinha – iam se confrontando com a realidade e cada vez mais assumindo uma materialidade, porque agora, de fato, estava me tornando uma professora. Um aspecto importante dentro dessa trajetória é que, nesse período, não pude dedicar-me exclusivamente aos estudos, posto que precisava trabalhar para me manter na universidade. Trabalhava numa indústria metalúrgica inserida a partir de uma empresa terceirizada. Essa oportunidade, ainda que precária, só me foi possível por ter feito o ensino médio integrado – Técnico em Metalurgia. Após dois anos de faculdade, me tornei bolsista de iniciação científica e pude abandonar o trabalho para dedicar - me inteiramente aos estudos.

Após a conclusão da graduação, meu primeiro trabalho como professora ocorreu na Rede Estadual Educação de Minas Gerais. Esse foi um importante passo na concretização de um “sonho”, no entanto muitas questões, indagações, inquietudes e contradições surgiram no decorrer do trabalho docente. No ambiente escolar, a partir das recorrentes falas de companheiras de trabalho, é possível perceber o quanto é reproduzido nos discursos, um pensamento carregado de preconceitos sobre o que é ser mulher/trabalhadora/professora nesta sociedade. Muitas vezes falas como estas foram ditas: *“Temos o dom para ensinar”*, *“Temos que fazer nosso trabalho por amor”*, *“Mesmo em condições precárias de trabalho temos que ser dedicadas”*. Esse tipo de ideologia machista que é reproduzida em diversos setores da sociedade, não apenas na escola, tendem a naturalizar as funções ditas femininas. Para Guillaumin (2005) a ideologia naturalista “concebe as mulheres como naturais e com um destino biológico a seguir, ou melhor, a cumprir (GUILLAUMIN, 2005 *apud* CISNE, 2014, p. 99). Este tipo de ideologia contribui para escamotear o quadro de precarização do trabalho docente que nos deparamos atualmente.

Ao longo dos tempos muito tem-se debatido sobre as teorias que colocam a mulher em condições inferiores na sociedade em relação aos homens. Para este estudo, iremos adotar as abordagens feministas que trazem as discussões sobre as desigualdades de gênero e propostas para superação destas desigualdades. Existem variadas correntes do movimento feminista que tentam justificar a desigualdade de gênero a partir de diferentes concepções. Embora saibamos que existem diferentes linhas dentro do movimento feminista, é importante destacar que estas diferenças nunca ficaram bem explicadas, conforme afirma Giddens (2012).

De forma bem sucinta, é possível dizer que o feminismo se organiza a partir de três principais correntes (CISNE, 2014): feminismo liberal; feminismo materialista e o feminismo radical. O feminismo liberal não considera a subordinação das mulheres como parte de um sistema, suas propostas para acabar com a desigualdade de gênero giram em torno dos meios democráticos e das legislações. A corrente do feminismo materialista considera o gênero uma construção social e acredita que o capitalismo se beneficia pela opressão da mulher, o que torna necessário uma luta contra a sociedade de classe. O feminismo radical coloca que os homens são os responsáveis e se beneficiam com a exploração das mulheres e ainda controlam o acesso das mulheres à situações de poder podendo este ser negados. Alguns teóricos (ALVES E PITANGUY, 2007) (CISNE, 2014) (GUIDENS, 2012) apontam que as mulheres negras não se sentiam representadas por nenhuma desta correntes, o que levou ao surgimento do feminismo negro para colocar em discussão as questões específicas deste grupo.

Esta pesquisa se apropria do pensamento feminista materialista por abordar especificamente as mulheres trabalhadoras, o que nos possibilita realizar um recorte classista. Nesta perspectiva, as mulheres e os homens não são definidos a partir do biológico, mas sim através da construção social em torno do sexo – feminino e masculino – e as ideologias criadas em torno disso para justificar maior exploração de determinados grupos.

Desta forma, entendemos que existe uma ideologia criada na sociedade de que as mulheres são inferiores aos homens, não podendo desempenhar determinadas funções e ter alguns tipos de comportamentos. Esse discurso existe para manter a mulher como um ser inferior ao homem, justificando a “falsa ideia” de que a mulher nasceu para se casar, ser mãe, responsável pelo trabalho doméstico e excelentes cuidadoras. Assim, as mulheres estão concentradas em sua maioria em atividades ligadas ao cuidar e ao educar, pois são tarefas ditas femininas e por isso tendem a ser menos valorizadas.

Sabemos que os trabalhadores em educação no Estado de Minas Gerais conformam uma categoria majoritariamente feminina. Os estudos sobre o movimento docente em Minas Gerais de Bell e Trópia (2012) constatam que nos últimos anos, 83% do quadro do magistério estadual é constituído por mulheres. Dados que levam a justificativa pela temática escolhida para o desenvolvimento desta pesquisa. Temos uma categoria majoritariamente feminina o que torna imprescindível compreender como o sindicato que representa esta categoria tem lidado com esse fato. Assim, o objetivo central da pesquisa é investigar o Sindicato Único dos Trabalhadores em Educação de Minas Gerais (Sind-UTE/MG) a fim de compreender como têm sido abordadas as pautas específicas para as mulheres trabalhadoras em educação em suas ações e propostas apresentadas à categoria. Destacamos que esta investigação irá pautar o ano de fundação do Sind-UTE/MG 1989 até o ano de 2014¹.

Essa pesquisa de cunho historiográfico utiliza, como metodologia, a análise documental. Apesar de ser pouco explorada na área da educação (LÜDKE; ANDRÉ, 1986) a “análise documental pode se constituir numa técnica valiosa de abordagem de dados qualitativos, seja complementando as informações obtidas por outras técnicas, seja desvelando aspectos novos de um termo ou problema”. (LÜDKE; ANDRÉ, 1986, p. 38)

Os autores Almeida; Guindani; Sá-Silva (2009) discutem as terminologias utilizadas na literatura para definir esse tipo de pesquisa. Seria: análise documental, pesquisa documental,

¹ Optamos por não incluir 2015, pois há possibilidade de alguns documentos não terem sido finalizados e/ou disponibilizados.

método documental ou técnica documental? Eles apontam que na literatura cada autor se apropria de um determinado termo, mas que todos estão relacionados uma vez que

Quando um pesquisador utiliza documentos objetivando extrair dele informações, ele o faz investigando, examinando, usando técnicas apropriadas para seu manuseio e análise; segue etapas e procedimentos; organiza informações a serem categorizadas e posteriormente analisadas; por fim, elabora sínteses, ou seja, na realidade, as ações dos investigadores cujos objetos são documentos estão impregnadas de aspectos metodológicos, técnicos e analíticos (ALMEIDA; GUINDANI; SÁ-SILVA, 2009, p. 4).

Desta maneira, ao debaterem o conceito da pesquisa se aproximam do pensamento de Minayo (2008) que entende a pesquisa documental de forma “plural”. Nela, são incluídas as “concepções teóricas, conjunto de técnicas que possibilitam a apreensão da realidade e o potencial criativo do pesquisador”. (MINAYO, *apud* ALMEIDA; GUINDANI; SÁ-SILVA, 2009, p. 4). Assim, temos que a abordagem documental é entendida como uma metodologia que utiliza técnicas específicas para a compreensão e análise de determinados elementos levantados a partir de hipóteses e questões.

A pesquisa documental utiliza fontes para realizar as análises. As fontes de busca que nunca tenham recebido algum tipo de análise são conhecidas por fontes primárias, ou seja, são fontes originais que têm relação direta entre o pesquisador e os fatos a serem analisados. Existem fontes que foram trabalhadas por pesquisadores, estas são denominadas de fontes secundárias.

De acordo com Lüdke e André (1986) a escolha das fontes não ocorre de forma casual, existe uma série de fatores que precisam ser levados em consideração, como por exemplo, os objetivos, as questões e as hipóteses.

É considerado documento de pesquisa todo o material produzido pelo homem que serve para comprovar suas ações, ideias, opiniões e forma de se portar em determinado tempo e espaço. De acordo com os apontamentos do historiador Durval Muniz (2007) “Só podemos historicizar aquilo que deixou rastros de sua produção pelo homem, em dado momento e espaço. (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2007, p. 64). Assim, podem também ser considerados documentos os materiais impressos, fílmicos, imagéticos, sonoros, objetos de uso cotidiano, entre outros.

Sobre a busca dos documentos, Pimentel (2001) aborda que é necessário levantar o problema e “garimpar” o material. Ou seja, “se as categorias de análise dependem dos documentos, eles precisam ser encontrados, extraídos das prateleiras, receber um tratamento

que estabeleça a montagem das peças, como num quebra cabeça” (PIMENTEL, 2001, p. 180). Desta maneira, concordamos com Albuquerque Júnior (2007) em que

O historiador conta uma história, narra; apenas não inventando os dados de suas histórias. Consultando arquivos, compila uma série de textos, leituras e imagens deixadas pelas gerações passadas, que, no entanto, são reescritos e revistos a partir dos problemas do presente de novos pressupostos, o que termina transformando tais documentos em monumentos esculpidos pelo próprio historiador, ou seja, o dado não dado, mas recriado. (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2007, p.62)

As fontes utilizadas nesta pesquisa são os documentos elaborados pelo Sind-UTE/MG: atas, boletins informativos, cartilhas, jornais, periódicos, resoluções e teses congressuais. Neste estudo realizamos, em um primeiro momento, a ida ao campo para a coleta dos dados com o objetivo de separar os documentos pertinentes e representativos para a análise da temática proposta para em seguida analisá-los.

INTRODUÇÃO

Não é novidade que as mulheres sempre estiveram em situação de desigualdade quando comparadas aos homens. Pesquisas divulgadas pelo IBGE em 2014 sobre o perfil da mulher brasileira vem para confirmar esse dado, pois mostram significativos avanços, mas apontam aspectos de desigualdades ainda existentes. Em relação ao rendimento, as mulheres continuam ganhando menos, a depender da área de atuação, o percentual de diferença é ainda maior. A tabela abaixo, ilustra esses números.

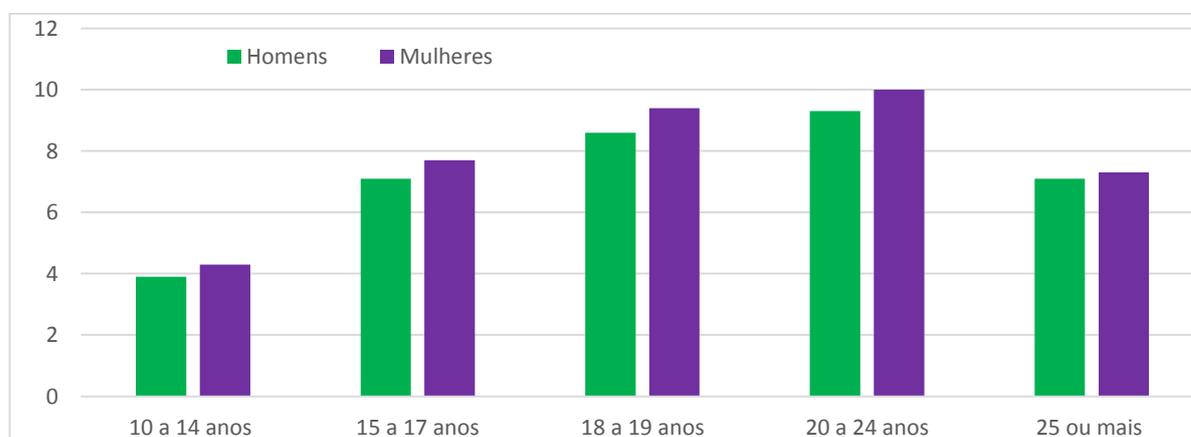
TABELA 1: Área de atuação x Rendimento

Área de atuação	Rendimento médio das mulheres	Rendimento médio dos homens	Rendimento das mulheres em relação ao dos homens (%)
Educação	R\$ 1.687,40	R\$ 2.340,70	72,1
Engenharia	R\$ 3.976,10	R\$ 5.985,60	66,4
Ciências, matemática e computação	R\$ 2.339,60	R\$ 3.578,20	65,4
Agricultura e veterinária	R\$ 2.972,00	R\$ 4.756,20	62,5
Saúde	R\$ 2.972,20	R\$ 5.341,70	55,6

Fonte: Adaptado IBGE 2014

Como pode ser visto, o rendimento das mulheres é menor que o dos homens nas diversas áreas de atuação aqui representadas. Outro dado interessante da pesquisa diz respeito a quantidade de anos estudados pelas mulheres e pelos homens.

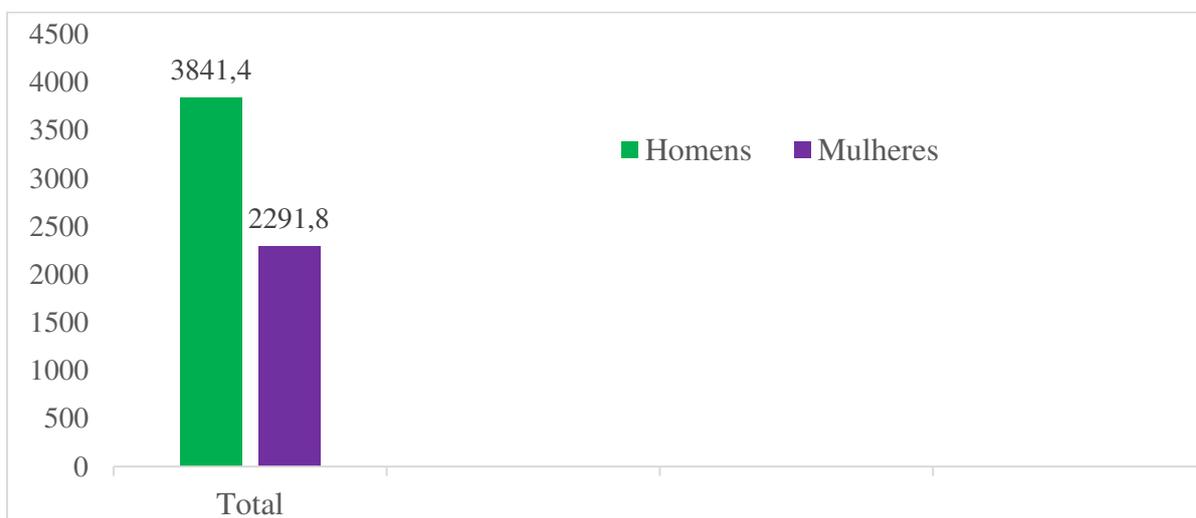
GRÁFICO 1: Anos de estudo: homens x mulheres



Fonte: IBGE - PNAD/2009

É possível perceber que as mulheres brasileiras, independente da faixa etária, possuem mais anos de estudo que os homens. No entanto, ao se inserirem no mercado de trabalho continuam recebendo menores salários e/ou ocupando funções de maior precarização e menor valorização. De acordo com dados do IBGE (2008), o rendimento médio da população ocupada com ensino superior distribuída por sexo comprova que as mulheres exercem funções menos valorizadas, uma vez que se comparado homens e mulheres com nível superior, o salário delas é inferior ao deles. Esse dado nos mostra que mesmo estudando mais elas continuam ganhando menos. Dentre as ocupações, as mulheres se inserem em maior quantidade nos setores que incluem a Administração Pública e nos Serviços domésticos, neste último elas eram quase maioria absoluta (93%).

GRÁFICO 2: Rendimento médio da população ocupada com nível superior



FONTE: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Mensal de Emprego – 2008

Apesar das mulheres terem mais anos de estudo do que os homens, a taxa de desemprego e de informalidade ainda é maior entre elas. Em 2014, de acordo com os dados do IBGE, 8,7% das mulheres estavam fora do mercado de trabalho, em contraposição a 5,2% dos homens. Entre as mulheres negras esse número era bem maior: 10,2% enquanto entre as mulheres brancas o percentual de desemprego era de 7,1%.

Estamos em pleno século XXI e as desigualdades entre homens e mulheres continuam discrepantes. Posto isso, entre outros aspectos que colocam a mulher em condições desiguais à

dos homens na sociedade, urge a necessidade de debate em torno das construções sociais que buscam estigmatizar a figura feminina.

Por conta de minha inserção e atuação na área educacional, a presente pesquisa está voltada para as discussões de gênero presentes na educação. Assim, buscamos debater as formas pelas quais a mulher, ao longo da história, tem sofrido a opressão de gênero, em que o capitalismo se apropria dessa opressão para explorar ainda mais. Carrasco e Petit (2012) afirmam que

a exploração e opressão são categorias distintas. A primeira é econômica e dá lugar a existência das classes. A segunda é cultural e social; dá lugar a uma situação de discriminação, abarca indivíduos de distintas classes sociais e pode ter efeitos econômicos de maior ou menor peso. (CARRASCO; PETIT, 2012, p. 88)

Desta maneira, buscamos compreender como o Sind-UTE/MG tem abordado a opressão de gênero e a exploração de classe para as professoras da rede estadual de educação do estado de Minas Gerais.

Para isso, no primeiro capítulo abordaremos a origem da opressão à mulher através dos estudos antropológicos desenvolvidos principalmente por Engels (2012), Alambert (1986) e Toledo (2008), os quais iremos relacionar com a feminização do magistério.

No segundo capítulo iremos debater os estudos acerca da história do feminismo e consciência de classe a partir, principalmente, das contribuições de Saffioti (2013) e Cisne (2014).

No terceiro capítulo iremos adentrar as especificidades do Sind-UTE/MG em sua abordagem com o tema de pesquisa. Por último, teceremos algumas considerações acerca da pesquisa

CAPÍTULO 1 – A OPRESSÃO À MULHER NUMA PERSPECTIVA HISTÓRICA: CONSIDERAÇÕES SOBRE O PROCESSO DE FEMINIZAÇÃO DO MAGISTÉRIO

A história nos ensina muitas coisas sobre a escravidão da mulher pelo homem, sobre a de ambos pelo explorador e sobre os esforços dos trabalhadores que, tentando livrar-se da opressão com o risco da própria vida (TROTSKY, 1936)

A historiografia primitiva tem mostrado que a origem da opressão à mulher é algo anterior ao sistema capitalista. Alguns estudiosos se dedicaram a este tema e de acordo com Rodrigues (2014, p. 33) “compreender esse processo histórico é elemento necessário para desvendar as reais necessidades de se construir espaços organizativos e demandas feministas nos variados ambientes de organização da classe trabalhadora”.

Os estudos no campo da antropologia, apesar de serem inacabados (ALAMBERT, 1986) mostram que a mulher não nasceu oprimida ou inferiorizada, mas passou a ser tratada dessa maneira devido a modificações sociais. A história das famílias nas sociedades primitivas foi objeto de pesquisa por diversos estudiosos no campo antropológico, entendido como uma ciência das origens sociais e da evolução cumpriu um importante papel nas descobertas relacionadas ao sexo feminino. No entanto, é necessário pontuar que os dados em relação a origem da opressão da mulher são limitados. Reed (2011) afirma que, “um dos maiores obstáculos com que nos deparamos é a falta de informação concreta sobre a transformação histórica da mulher e da família” (p.21). A esta falta de informação é atribuído um papel muito “útil” para que as mulheres continuem “submissas e ignorantes” às ideias que são disseminadas como verdades pela sociedade. Desta forma, Evelin Reed (2011), destaca que

[...]As jovens rebeldes sentem instintivamente que de algum modo, em algum momento e por meio de algumas forças invisíveis, foram submetidas à escravidão e relegadas a um estado de inferioridade. Elas não sabem como isso aconteceu [...] A maioria das mulheres não compreende que seu problema não existia antes da instauração da sociedade de classes, que as desqualificou da elevada posição de igualdade que desfrutavam na sociedade primitiva. (REED, 2011, p.21)

Assim, julgamos interessante apresentar, ainda que de forma sucinta e limitada, algumas contribuições de pesquisadores do campo antropológico. No livro de Zuleika Alambert “Feminismo: o ponto de vista marxista” são apresentados alguns autores pioneiros nos estudos da evolução das famílias. O estudioso Johann Jakob Bachofen foi um dos primeiros a

desenvolver uma análise sistemática das sociedades primitivas. Publicou a obra “O Direito Materno” datada de 1861, onde sustentou a tese de que “a mulher e a mãe teriam tido, originalmente, ‘status’ mais elevado na sociedade do que o marido ou o pai”. (ALAMBERT, 1986, p.22). Esta e outras colocações tiveram grande importância para o momento em que foram escritas, representando um avanço na área. Dentre suas descobertas, destacamos a que é chamado por Alembert (1986) de “anterioridade da filiação pelas mulheres”, em que a filiação não tinha uma paternidade reconhecida, a descendência dos filhos era centralizada pela linhagem das mães. Este fato, ainda que não tenha sido detalhado por este autor, garantia às mulheres uma situação social de maior prestígio e respeito.

Em 1870, Mac Lennan escreveu “O casamento primitivo”. Apesar de sua teoria ser bastante confusa e controversa (ENGELS, 2012), expôs a ideia de “exogamia”, em que o matrimônio era realizado com a busca das esposas em outras tribos, o que geralmente acontecia com violência ou rapto. No entanto, recebeu severas críticas, em uma delas, Engels (2012) aponta que sua teoria era “insuficiente” e “artificial” o que causou um prejuízo maior do que os serviços prestados com suas pesquisas”. (ENGELS, 2012, p. 31)

No momento do desenvolvimento dos estudos, apesar de haver indícios sobre outros tipos de matrimônio, considerava-se que existia apenas três: a poligamia, a poliandria e a monogamia. No entanto, em 1870, com a publicação da obra a “Origem da Civilização”, Lubbock propõe que os povos primitivos tinham outras formas de matrimônio, onde vários homens tinham em comum várias mulheres. Assim, foi reconhecido “como um fato histórico o matrimônio por grupos” (ALAMBERT, 1986, p.23).

Dando sequência a esses estudos, aparece na Inglaterra, Edward Taylor com o livro “Culturas Primitivas”, em que dá continuidade ao trabalho de classificação da sociedade segundo seu nível técnico. E nos Estados Unidos surge Lewis Morgan seguindo a mesma linha de classificação dos povos, mas de modo mais realista. Estes dois autores partiam da concepção evolucionista, em que considerava que a humanidade havia atravessado uma série de estágios progressivos de ascensão, desde o mundo animal até a civilização (REED, 2011; TOLEDO, 2008). Os dois realizaram importantes estudos sobre as famílias primordiais que serviram “para jogar por terra a concepção de que a mulher sempre exerceu um papel inferior nos diferentes modos de produção” (TOLEDO, 2008, p.25). Os estudos eram essencialmente materialistas, observavam inicialmente as atividades relacionadas ao trabalho, e a partir da base econômica analisavam os costumes, as crenças, e as ideias dos povos primitivos.

Os estudos de Morgan, foram mais detalhados e aprofundados, por isso é considerado um autor mais notável neste campo de conhecimento. Dentre os diversos livros que foram elaborados por este pesquisador, destacamos “A Sociedade Antiga”, onde é realizado uma divisão dos estágios culturais da evolução humana e serviu de base, para mais tarde, Marx e Engels desenvolverem teorias nesta área. Os estágios da história humana foram descritos em selvagem, barbárie e civilização e ainda destacou diversos tipos de família: a família consanguínea; a família punaluaana e família sindiasmática (ENGELS, 2012).

Engels (2012) complementa os achados de Morgan atribuindo conhecimentos econômicos. De forma sucinta, a obra de Engels destaca os contrastes existentes entre as sociedades primitivas e a sociedade atual. Toledo (2008, p.27) destaca três principais diferenças existentes entre as sociedades

Primeiramente, em inúmeras comunidades, os meios de produção foram propriedade coletiva, e cada membro recebia o necessário para sua subsistência em um plano de igualdade com os demais. Em segundo lugar, não existia um aparato estatal coercitivo, com contingentes armados. A sociedade tribal primordial era essencialmente autogovernada, onde havia igualdade entre homens e mulheres. Em terceiro, a sociedade primordial era essencialmente matriarcal e a unidade era a gens ou o clã materno (TOLEDO,2008, p.27)

Com isso, é possível perceber o “mito” existente na atualidade de que as mulheres são inferiores aos homens, fato que não existia nas sociedades primitivas pois elas detinham os mesmos privilégios que os homens. Esse “mito” existe apenas na sociedade patriarcal de classes. (REED, 2011).

Portanto, os estudos antropológicos sobre a família desenvolvidos por Engels (2010) revelam que as sociedades primitivas eram estruturadas em um modelo conhecido como matriarcal, em que não havia nenhuma dominação de um sexo sobre o outro.

Com o passar dos anos, as relações de produção foram implementadas gerando modificações na estrutura familiar. Algumas descobertas, como a domesticação dos animais, criação de gados, fabricação de tecidos e metais, passaram a ser uma fonte de riqueza. Esse fato ocasionou uma transformação na estrutura social, pois os meios de produção, que até então pertenciam ao grupo, passaram a ser propriedade particular da família (TOLEDO, 2008).

Assim, no decorrer dos acontecimentos históricos, os homens passaram a produzir mais do que o necessário para o sustento da família, gerando um excedente de produção. Esta produção em excesso passa a gerar acúmulo de riqueza, fazendo com que seja necessário

instituir a família monogâmica e patriarcal para preservar a propriedade privada. A mulher perde um papel de destaque na sociedade, pois o modelo de organização social deixa de ser matriarcal e passa a ser patriarcal, onde a centralização dos bens fica sob responsabilidade do homem visto como o chefe da família (ENGELS, 2012).

Para Engels (2012) esse momento em que a mulher perde o direito materno, que dava-lhe uma posição de ascensão social, representou uma grande “derrota” para o sexo feminino. A capacidade da mulher em reproduzir, que até então era uma característica que lhe garantia uma posição de destaque na sociedade, passou a ser vista como “um sinal de fraqueza, de debilidade, servindo a um aumento da exploração do trabalho feminino” (TOLEDO, 2008, p.29). Essa “derrota” do sexo feminino representou a sua retirada dos espaços públicos, da produção e da sobrevivência, sendo restringidas ao espaço doméstico. O papel social realizado dentro de casa perdeu importância frente ao trabalho realizado pelo homem. A ele cabia o trabalho diretamente social, como pecuária, agricultura, artesanato, entre outros, o que acarretou na inferiorização da mulher. Sobre esta divisão do trabalho entre homens e mulheres, Toledo (2008) coloca que,

[...] o trabalho produtivo da mulher concentra-se na produção de valores de uso; o do homem, nos valores de troca. Como há precedência da produção de valores de troca sobre a de valores de uso, a mulher passa a trabalhar para o marido e para os filhos, e o homem trabalha para a troca e aquisição de propriedade.

Com a propriedade privada dos meios de produção, o homem adquire um novo valor. (TOLEDO, 2008, p.29)

Engels (2012) em seu livro “*A origem da família, da propriedade privada e do estado*” traz discussões a respeito das formas de organização das sociedades primordiais. Junto a contribuições de outros pensadores da época, analisou a estruturação familiar primitiva, o que lhe proporcionou tecer conclusões acerca da materialização da opressão. Engels (2012) percebeu que a opressão estava fundamentada nas relações sociais e não na constituição do corpo feminino, assim, inseriu a questão da opressão ao campo histórico cultural.

A partir disso, foi possível perceber que a constituição do sujeito, feminino e masculino, está diretamente ligada a sua cultura, ao momento histórico, ao social. Desta forma, a mulher não nasceu inferior ao homem ou vice versa, eles são produtos da sociedade, que são construídos em um processo histórico. Portanto, de acordo com Toledo (2008)

A origem da opressão da mulher está ligada às transformações ocorridas nas relações humanas desde as primeiras sociedades que se conhece. As descobertas antropológicas permitem afirmar que a mulher não nasceu

oprimida, mas passou a sê-lo devido a inúmeros fatores, dentre os quais os decisivos foram as relações econômicas, que depois determinaram toda a superestrutura ideológica de sustentação dessa opressão: as crenças, os valores, os costumes, a cultura em geral. Em especial, a opressão da mulher está vinculada à existência da propriedade privada dos meios de produção (TOLEDO, 2008, p.33).

Assim, compreendemos que a opressão à mulher é algo criado pela sociedade de classes. O discurso existente na atualidade de que as mulheres são biologicamente inferiores aos homens, ou seja, de que “não podem desempenhar determinadas funções”, “não podem ter alguns tipos de comportamentos”, ou ainda, de que “nasceram para ser provedoras e responsáveis pelo lar” servem para naturalizar as ideologias criadas pelos grupos dominantes. A classe dominante, detentora do poder, age de forma a tornar tudo natural. Portanto, na história da sociedade o machismo é utilizado como ideologia para naturalizar a opressão da mulher, e com isso e efetivar uma maior exploração.

Tomaremos a concepção de ideologia criada por Marx (1846) em “A ideologia Alemã”, citado por Löwy (2015) em que

o conceito de ideologia aparece como equivalente à ilusão, falsa consciência, concepção idealista na qual a realidade é invertida e as ideias aparecem como motor da vida real [...] consciência deformada da realidade que se dá através da ideologia dominante: as ideias das classes dominantes são as ideologias dominantes na sociedade. (LOWY, 2015, p. 19)

Sabemos que essa ideologia é utilizada como uma “falsa verdade” para naturalizar a ideia de inferioridade da mulher em relação ao homem”. Por causa dessa ideologia disseminada na sociedade, foram-lhe atribuídas determinadas características (cuidadoras, frágeis, dóceis) para justificar a maior exploração, bem como desigualdade salarial e condições precárias de trabalho.

Os elementos apontados que perpassam a processualidade histórica das relações sociais de produção e o papel ocupado pela mulher contribuem para se pensar a feminização do trabalho docente e os aspectos atuais da realidade educacional brasileira. É notável que na educação infantil e séries iniciais, cargos majoritariamente femininos, existem problemas maiores em relação à remuneração, valorização da carreira, condições de trabalho e formação, elementos que serão retomados posteriormente.

Desde o surgimento das primeiras escolas normais no Brasil, a formação de professores seguia uma tendência de não ser uma profissão e sim uma vocação. Para se tornar professor era necessário “dedicação, qualidades morais e aptidão” (CAMPOS, 2002, p.18). Nota-se que as

primeiras escolas normais eram destinadas ao sexo masculino. Somente a partir de um projeto de lei criado em 1830 o magistério primário das escolas públicas deixa de ser exclusivo ao sexo masculino e passa a ser preferencialmente às mulheres. À saída dos homens dos cursos normais é atribuída a criação de postos de trabalho mais bem remunerados e de maior prestígio social. Assim, as mulheres começaram a se inserir no magistério a partir de lutas políticas travadas em diversas esferas da sociedade.

Com a ocupação dos postos de trabalho do magistério pelas mulheres, o ato de ensinar foi reconfigurado, alterando o seu valor social. Campos (2002) pontua que “o sexo feminino encontrava dificuldades consideráveis de acesso ao ensino, pois a educação formal não era necessária para as funções que iria desempenhar na sociedade” (CAMPOS, 2002, p. 18). O exercício do magistério não era tido como uma profissão para as mulheres, era representado como uma “extensão da maternidade” bastando ter vocação. Era encarado como algo que devia “ser seguido de acordo com a inclinação e talento de cada indivíduo, em resposta a um chamado interior de origem divina” (CAMPOS, 2002, p.21). Para Ferreira (2015),

O preço que está sendo pago pela feminização da docência é a consideração, já no âmbito do senso comum – uma “representação” -, de que a docência é um “trabalho de mulher”: deve ser executado por quem já estaria dotada pela “natureza” de saberes voltados ao “cuidar”; alguém que não seria o suporte econômico da família e que somente estenderia as tarefas já realizadas na esfera privada para a esfera pública. (FERREIRA, 2015, p.31)

Desta forma, percebemos que os aspectos atuais em torno do trabalho docente feminino estão relacionados a este processo histórico. Justificando, Campos (2002) afirma que este “passado que precedeu e influenciou fortemente a realidade educacional brasileira atual [...] não se pode deixar de entender o porquê da feminização da profissão. (CAMPOS, 2002, p.35). A docência, principalmente educação infantil e anos iniciais, foi transformada em vocação feminina, e quem age por vocação exercendo suas funções por amor, não é necessário receber uma remuneração adequada e muito menos formação para tal exercício. De acordo com Ferreira (2015, p 31) esse pensamento foi “transferido para as relações trabalhistas de tal maneira que, no caso do Brasil, tanto mais inicial é o nível de ensino, mais baixo é o salário e maior número de mulheres está presente nele”.

Historicamente a sociedade tem responsabilizado a mulher pelo cuidado dos filhos e das tarefas domésticas. Para Toledo (2008)

a mulher nasce e é educada para ser oprimida, para saber o “seu lugar” no mundo, que é sempre, em qualquer âmbito, um lugar subalterno. É configurada para aceitar essa condição como se fosse algo natural e, ainda por cima, com um sorriso nos lábios; contido claro (TOLEDO, 2008, p.23).

As mulheres, ao longo da história, têm recebido uma formação em que são preparadas para serem cuidadoras, delicadas e virtuosas. Enfim, várias características que justificam que a mulher deve permanecer satisfeita com a função social que lhe é atribuída. Mais especificamente sobre o trabalho docente, justifica-se:

as mulheres tinham, “por natureza”, uma inclinação para o trato com as crianças, que elas eram as primeiras e “naturais educadoras”, portanto nada mais adequado do que lhes confiar a educação escolar dos pequenos. Se o destino primordial da mulher era a maternidade, bastaria pensar que o magistério representava de certa forma, “a extensão da maternidade”, cada aluno ou aluna eram vistos como um filho ou uma filha “espiritual”. O argumento parecia perfeito: a docência não subverteria a função feminina fundamental, ao contrário, poderia ampliá-la ou sublimá-la. Para tanto seria importante que o magistério fosse também representado como uma atividade de amor, de entrega e doação. A ele ocorreriam aquelas que tivessem vocação. (LOURO, 1997, p.4).

Os elementos apontados que perpassam a história da feminização do trabalho docente, contribuem para se pensar os aspectos atuais da realidade educacional brasileira. É notável que na educação infantil e séries iniciais existem problemas maiores em relação à remuneração, valorização da carreira, condições de trabalho e formação.

Portanto, podemos perceber que o trabalho com o magistério, principalmente na educação infantil e anos iniciais, está ligado a opressão sofrida pelas mulheres, haja visto o número de mulheres atuando na educação que ocupam cargos mais precarizados e de baixa remuneração. Assim, torna-se imprescindível buscarmos compreender qual a trajetória de um sindicato docente perante a criação de ações e propostas que visam desconstruir esses “pré-conceitos” que atingem a categoria feminina. Utilizamos a perspectiva de Mattos (2009, p 9) que compreende o sindicato como um “instrumento de representação dos interesses coletivos mais próximo ao mundo do trabalho [...] Conhecer melhor a trajetória dessas organizações é uma obrigação para os que têm compromisso com a transformação da ordem atual”.

CAPITULO 2 – FEMINISMO E CONSCIÊNCIA DE CLASSE: “VESTÍGIOS DO PASSADO QUE MARCAM O PRESENTE”.

*No princípio eu era a Eva
Nascida para a felicidade de Adão.
E meu paraíso tornou-se trevas.
Porque ousei liberdade.
Mais tarde fui Maria.
Meu pecado redimiria.
Dando à luz aquele que traria a salvação.
Mas isso não bastaria.
Para eu encontrar perdão.
Passei a ser Amélia.
A mulher de verdade.
Para a sociedade.
Não tinha a menor vaidade.
Mas sonhava com a igualdade.
Muito tempo depois decidi:
Não dá mais!
Quero minha dignidade.
Tenho meus ideais!
Hoje não sou só esposa ou filha.
Sou pai, mãe, arrimo de família.
Sou caminhoneira, taxista, piloto de avião.
Policial feminina, operária em construção.
Ao mundo peço licença.
Para atuar onde quiser.*

(Fátima Perola Negra)

Neste capítulo, não é nossa intenção nos aprofundar ou fazer uma discussão detalhada sobre a história do movimento feminista, haja visto que esse tema já foi objeto de elaboração por algumas autoras feministas e pode ser encontrado, por exemplo, em Michelle Perrot (2016), cuja autora é considerada “a grande mestra da História das Mulheres” (PEDRO, 2003). Temos como objetivo, apresentar de forma sucinta marcos da trajetória histórica do movimento feminista a fim de localizar no tempo o nosso objeto de pesquisa e justificar algumas posições adotadas.

Discutir feminismo na atualidade requer uma postura um tanto quanto desafiadora devido a carga de estereótipos e visões distorcidas do que seja ser feminista. A própria palavra, utilizada pelo senso comum, remete a uma concepção de que as mulheres estariam se unindo para “tomar” o lugar do homem, ou então que para ser feminista, a mulher necessariamente irá se “comportar como um homem”, deixando pelos a mostra ou usando roupas largas. Há outras concepções que afirmam não se tratar de um único feminismo, mas sim vários feminismos, por isso a palavra deveria ser abordada sempre no plural. E há ainda aqueles em que o movimento

feminista “prega o ódio” e “requer privilégios” unicamente para as mulheres. Concordamos com Perrot (2016) quando aponta que

O feminismo nem sempre goza de boa reputação. Muitas mulheres se defendem, como se esse fosse uma ruga no rosto: “Eu não sou feminista, mas...”, dizem algumas, conscientes, apesar de tudo, do que elas devem a esse movimento. A esses movimentos, deveria eu dizer, de tanto que o feminismo é plural e variado. Por muito tempo era o primo pobre da historiografia e mesmo da memória, porque deixa poucos vestígios, em razão da fragilidade de sua organização. (PERROT, 2016, p.153-154)

Quando dizemos que para discutir feminismo requer uma postura desafiadora vai no sentido de buscar desconstruir uma série de pré-conceitos estabelecidos a partir do senso – comum, e afirmar que o movimento feminista, tem o objetivo de mostrar que a mulher é livre para escolher e decidir o que ela quer ser.

Colocado alguns intemperes, vamos tentar definir o conceito de feminismo que buscamos adentrar na proposta da pesquisa. Abordaremos a palavra “feminismo” no singular, entendendo como um movimento de luta das mulheres por condições de igualdade aos homens, embora, concordemos com Branca Moreira Alves e Jacqueline Pitanguy (2007) em que

É difícil estabelecer uma definição precisa do que seja feminismo, pois este termo traduz todo um processo que tem raízes no passado, que se constrói no cotidiano, e que não tem um ponto predeterminado de chegada. Como todo processo de transformação, contém contradições, avanços, recuos, medos e alegrias. (ALVES; PITANGUY, 2007, p.7)

A história narra o século XVIII marcado pela presença do Iluminismo. Movimento de ordem social, econômico, cultural, político e filosófico que defendia o uso da razão como um mecanismo para se alcançar a liberdade, a autonomia e a emancipação, como uma forma de reação ao absolutismo. O nome “iluminismo” significa “luz”, em que pode-se fazer uma contraposição ao período das trevas, nomeado assim pelos iluministas, vivido desde a Idade Média, em que a Igreja exercia grande poder e controle social.

No entanto, esse movimento não representou avanços para as mulheres. Os filósofos que defendiam a razão como princípio, colocavam “que a mulher não tinha tal capacidade devido à sua ‘natureza’ ligada à intuição e à imaginação” (AUAD, 2003, p.40).

Este século é marcado por uma série de revoluções (ALVES; PITANGUY, 2007; AUAD, 2003) com destaque para a Revolução Francesa ocorrida em 1789, em que homens e mulheres lutaram lado a lado. Assim, “nos primórdios da Revolução Francesa, identificamos

na história das mulheres que, de forma mais ou menos organizada, passavam a lutar por direitos [...] Ao confrontar a ordem burguesa, lutavam pela consolidação do poder popular” (CISNE, 2014, p.131).

De acordo com Alves e Pitanguy (2007), a Revolução Francesa representa um importante passo para a organização do movimento de mulheres, uma vez que

É neste momento histórico que o feminismo adquire características de uma prática de ação política organizada. Reivindicando seus direitos de cidadania frente aos obstáculos que os contrariam, o movimento feminista, na França, assume um discurso próprio, que afirma a especificidade da luta da mulher. (ALVEZ; PITANGUY, 2007, p. 32)

Durante a Revolução Francesa as mulheres estiveram à frente de diversos campos de batalha, colocando suas bandeiras específicas, como a “mudança da legislação sobre o casamento”, “desigualdade legal”, “participação política”, “prostituição”, “trabalho”. Neste contexto, em 1791, Olympe de Gouges publicou a “Declaração dos Direitos da Mulher Cidadã”, em que colocava as mulheres como detentoras de direitos naturais iguais aos previstos na “Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão” para os homens: liberdade, propriedade e fraternidade.

Neste período revolucionário, as mulheres ampliaram sua participação na vida pública, escreveram manifestos, organizaram motins e formaram clubes políticos. No entanto, as reivindicações propostas de igualdade entre os sexos foram negadas pela Assembleia Constituinte Francesa e a organização de mulheres foi duramente reprimida. Segundo Saffioti (2013)

Todavia, a revolução foi dirigida pela burguesia em ascensão, cujos interesses residiam, de um lado, na eliminação dos privilégios feudais e, de outro, na manutenção das regalias masculinas. Em outros termos, a palavra de ordem da revolução não era apenas burguesa; era burguesa e masculina. (SAFFIOTI, 2013, p. 161).

Como afirmação a essa repressão, Olympe de Gouges foi guilhotinada em 3 de novembro de 1793, acusada de “ter querido ser um homem de Estado e ter esquecido as virtudes próprias a seu sexo” (AUAD, 2003, p. 43) (ALVEZ; PITANGUY, 2007, p. 34).

Em 1795, foi publicado um decreto proibindo a participação das mulheres nas esferas públicas devendo permanecer em seus domicílios. Rousseau, um dos principais filósofos iluministas, acreditava que o “mundo masculino seria, por natureza, o mundo externo e o

feminino, o mundo interno. [...] a mulher deveria ser educada e encontrar sua realização natural e colocar-se a serviço do homem, desde a infância até a idade adulta.” (ALVEZ; PITANGUY, 2007, p. 35).

Ainda, segundo Souza (2015, p. 150) “Rousseau não deixa dúvidas de que, no seu pensamento, a desigualdade entre os sexos, o confinamento da mulher ao espaço doméstico e a inferioridade do sexo feminino possuem como fundamento a natureza e a razão”.

Com o avanço das relações capitalistas no século XIX, as mulheres rompem o silêncio² e aparecem na esfera pública novamente, reivindicando, mais uma vez, a igualdade de direitos. Nesta fase, elas são duplamente exploradas, uma vez que além de trabalhar nas fábricas por até dezoito horas diárias, ganhando menos que os homens, continuam responsáveis pelas tarefas domésticas.

Destacam-se neste cenário, as líderes operárias Jeanne Deroin e Flora Tristan que “afirmavam a necessidade de uma organização para que as mulheres pudessem defender seus direitos” (AUAD, 2003, p. 45). Defendiam que a luta pelos direitos da mulher deveriam abranger toda a classe trabalhadora, agregando os homens para o movimento. Assim, Jeanne elaborou um projeto de “União das Associações de Trabalhadores”, o que posteriormente deu origem aos conhecidos sindicatos (AUAD, 2003).

Em meio a situação de lutas e reivindicações sobre as questões trabalhistas, foi acrescentada a denúncia das mulheres serem excluídas da “participação nas decisões públicas enquanto cidadãs”. (ALVEZ; PITANGUY, 2007, p. 42). Somam às pautas a exigência de garantir às mulheres o direito ao voto, o que deu origem a primeira onda do movimento feminista.

Antes de adentrar ao que representou cada onda do movimento feminista, é interessante demarcar que Mirla Cisne (2014) aponta algumas diferenças entre movimento feminista e movimento de mulheres. Para a autora,

A princípio podemos dizer que todo movimento feminista é um movimento de mulheres, ainda que tenham alguns grupos de homens que se reivindicam feministas e integrantes do Movimento. Todavia, nem todo movimento de mulheres, necessariamente, possui uma configuração feminista[...] A diferenciação, contudo, em termos mais teóricos e históricos, reside no conteúdo de suas reivindicações. Por muito tempo definiu-se como movimento de mulheres aqueles que lutavam por demandas sociais para melhoria das condições de vida e de trabalho femininas. Por movimento

² Saffioti (2013, p. 161) pontua que “O feminismo não morre; silencia-se por quase três décadas para ressurgir aliado ao socialismo utópico, estimulado principalmente pelas ideias de Saint-Simon e depois por Fourier e Cabet”

feminista definia-se àqueles que lutavam contra a opressão e pela liberdade das mulheres, pautando questões como sexualidade, aborto, violência, autonomia, direitos civis e políticos. (CISNE, 2014, p. 129).

No entanto, no Brasil estas diferenças nunca ficaram bem definidas e muitas pautas foram tomadas tanto pelo movimento feminista quanto pelo movimento de mulheres em construção da história de luta das mulheres (CISNE, 2014).

Assim, por mais que algumas bandeiras sejam tocadas exclusivamente por um movimento específico outras são compartilhadas. Conforme afirma Cisne (2014, p. 130) “muitos grupos de mulheres que inicialmente não possuíam um vínculo mais direto com o feminismo passam a adotá-lo e vice-versa”. Resumidamente, podemos considerar que tais diferenças de ordem organizativa não prejudicavam as frentes de lutas dos movimentos.

Sabemos que o movimento de mulheres deu o pontapé inicial as reivindicações que iam além da pauta econômica, denunciando diferentes formas de opressão. A partir das lutas das mulheres, outros grupos minoritários se espelharam para traçar reivindicações específicas, como o movimento negro e o LGBTTT.

Ao longo dos tempos muito tem-se debatido sobre as teorias que colocam a mulher, na sociedade, em condições inferiores em relação aos homens. Existem variadas correntes do movimento feminista que tentam explicar a desigualdade de gênero a partir de diferentes concepções. Embora saibamos que existem diferentes linhas dentro do movimento feminista, é importante destacar que estas diferenças nunca ficaram bem explicadas, conforme afirma Giddens (2012). No entanto, ele foi organizado a partir do momento histórico vivido e dividido em três principais correntes de acordo com os apontamentos para o problema e definição da opressão das mulheres e suas estratégias políticas para combater essa questão.

As feministas liberais (GIDDENS, 2012) buscavam radicalizar o projeto igualitário Iluminista, reivindicando a inclusão das mulheres nessa nova ordem social que superava o absolutismo. Acreditavam que as diferenças entre homens e mulheres eram resultado da falta de educação igualitária e de direitos legais, opondo a existência de uma natureza e razão que definia a capacidade dos sexos. Desta forma, o capitalismo apenas precisaria ser aperfeiçoado e reformulado com legislações democráticas que garantissem os direitos das mulheres, como educação igualitária e inserção na vida pública e política. O feminismo liberal não considera a subordinação das mulheres como parte de um sistema bastando pôr fim a discriminação e a mudança de mentalidades para que as alcançassem sua emancipação.

De acordo com Cisne (2014, p. 132) o “feminismo liberal consiste nos movimentos voltados para a promoção dos valores individuais, buscam reduzir as desigualdades entre homens e mulheres por meio das políticas de ação positiva”.

A corrente do feminismo materialista considera o gênero uma construção social e acredita que o capitalismo se beneficia da opressão da mulher, o que torna necessário uma luta contra a sociedade de classe, uma vez que a “verdadeira liberação das mulheres só poderá advir de um contexto de transformação global” (Fougeyrollas-Schwebel, 2009, p. 147, APUD CISNE, 2014, p. 132).

O feminismo radical (GIDDENS, 2012) coloca que os homens são os responsáveis e se beneficiam com a exploração das mulheres e ainda controlam o acesso das mulheres à situações de poder podendo este ser negado. Alguns teóricos apontam que as mulheres negras não se sentiam representadas por nenhuma destas correntes, o que levou ao surgimento do feminismo negro para colocar em discussão as questões específicas deste segmento.

O movimento feminista foi dividido em três principais ondas ao longo da história: Primeira onda (século XIX e início do século XX); Segunda onda (meados do século XX) e Terceira onda (final do século XX e início do século XXI).

2.1 - A primeira onda do movimento feminista: a luta pelo sufrágio

Compreender a história particular do feminismo no Brasil não é uma tarefa simples, embora esta não esteja desvinculada da história geral do feminismo globalmente. Mundialmente, as mulheres foram e são fortemente invisibilizadas na história. Isso é mais agravado em um “país sem memória”.

(CISNE, 2014)

A primeira onda do movimento feminista teve início no final do século XIX até as primeiras décadas do século XX. Em alguns países precursores do movimento, como Estados Unidos e Inglaterra, esta onda durou aproximadamente sete décadas. Neste período, as mulheres de todo o mundo, basicamente, lutaram pelo direito ao voto e por melhores condições de trabalho.

No século XIX, os homens conquistaram o direito ao voto. No entanto, esse direito não foi estendido para as mulheres. Fato que gerou revolta e necessidade de organização para conquista desta pauta específica para elas. “Foi uma luta longa, demandando enorme capacidade de organização e uma infinita paciência” (ALVEZ; PITANGUY, 2007, p. 42).

Assim, essa onda do movimento debruçou-se sobre questões relativas a luta por igualdade política e jurídica entre os sexos. O eixo que marcou esse primeiro período de atividade feminista foi a reivindicação por direitos iguais de cidadania (direito à educação, propriedades e posses de bens, divórcio, etc.), tendo como auge a luta sufragista pelo direito ao voto feminino, que aconteceu em diversos países no mundo em diferentes épocas, como pode ser percebido em Auad (2003, p. 56)

TABELA 2: Ano de conquista do voto feminino x país

Ano de conquista do voto feminino	País
1917	URSS, com a Revolução
1918	Alemanha
1919	EUA
1928	Inglaterra
1934	Brasil
1945	França, Itália, Japão
1973	Suíça

Fonte: AUAD, 2003, p.56

A primeira onda mundial do movimento sufragista, marco histórico da luta feminista, ganhou força no Brasil em 1920. Entretanto não teve características de um movimento de massas. Segundo Cisne (2014), é possível identificar três vertentes no movimento.

A primeira, considerada a mais forte e organizada tendo como liderança Bertha Lutz [...] foi composta por mulheres cultas e da elite brasileiras, muitas inclusive tendo estudado no exterior, onde sofreram influência do movimento sufragista[...] essa tendência buscava direitos políticos para as mulheres sem confrontar o patriarcado e o capitalismo como sistemas de exploração e opressão das mulheres. Era um “feminismo bem comportado, que por não confrontar os homens da elite, ganhava, inclusive o respaldo e a legitimidade de muitos. (CISNE, 2014, p. 133).

Assim, os marcos desse movimento surgem quando é fundado o Partido Republicano Feminino, por Deolinda Daltró em 1910 com o objetivo de resgatar a discussão sobre o voto feminino no Congresso Nacional. A existência desse partido representou um movimento pioneiro na luta das mulheres brasileiras em prol do sufrágio. Em 1919, Bertha Lutz criou a “*Liga pela Emancipação Intelectual da Mulher*”.

O “feminismo difuso” foi o nome atribuído a segunda vertente que era composta por jornalistas e escritoras. Essas mulheres possuíam vida pública mais intensa e além dos direitos políticos, reivindicavam o “direito a educação e questionavam a dominação masculina e o interesse dos homens em deixar as mulheres ausentes do mundo público. Além disso, tocaram em assuntos polêmicos para a época, como sexualidade e divórcio”. (CISNE, 2014, p. 133). Esta foi uma fase “menos comportada” do movimento feminista no Brasil.

A terceira vertente, conforme aponta Mirla Cisne (2014, p. 134), era composto por mulheres trabalhadoras, intelectuais e militantes de esquerda que defendia a liberação da mulher de forma radical. Tinham como questão central a exploração do trabalho e não se “restringiam a luta pelos direitos políticos”. Essa vertente identificou a dominação dos homens sobre as mulheres, levando-a

confrontar o patriarcado e, também, o capitalismo, pois a centralidade da luta em torno da questão do trabalho levou muitas mulheres anarquistas e comunistas a deflagrarem lutas contra a jornada intensa e extensa de trabalho, a desigualdade salarial e a exploração capitalista de uma maneira geral. (CISNE, 2014, p. 134)

Dado a posicionamentos de confrontação e enfrentamento com o setor dominante, essa vertente ficou conhecida como “malcomportada” e “malcriada” (CISNE, 2014, p. 135 apud PINTO, 2003, p. 38) e se organizam nas passeatas e “nas atividades de mulheres livres - pensadoras” em que publicavam artigos para jornais e peças de teatro.

A conquista do direito ao voto pelas brasileiras ocorreu inicialmente em alguns estados. Em 1927, Juvenal Lamartine, incluiu um artigo na Constituição permitindo às mulheres o exercício do sufrágio. Esse fato gerou uma grande mobilização nacional, em que repercutiu na conquista do direito ao voto. Em 1932, o exercício do voto era realizado pelas mulheres em dez estados do país, sendo então, promulgado por Getúlio Vargas, um decreto contendo a autorização para que as mulheres pudessem exercer o seu direito ao voto. No entanto, nesse decreto havia uma série de restrições, como por exemplo, para que as mulheres casadas

pudessem votar deveriam ter permissão do marido. Essas restrições foram retiradas dois anos mais tarde com a publicação do Código Eleitoral.

Carlos Drummond de Andrade (1979) escreveu um poema em homenagem a Mietta Santiago, estudante de direito, que fez valer os direitos previstos na Constituição.

MULHER ELEITORA

Mietta Santiago
loura poeta bacharel
conquista, por sentença de juiz,
direito de votar e ser votada
para vereador, deputado, senador
e até Presidente da República.
Mulher votando?
Mulher, quem sabe, Chefe da Nação?
O escândalo abafa a Mantiqueira,
faz tremerem os trilhos da Central
e acende no Bairro dos Funcionários,
melhor: na cidade inteira funcionária,
a suspeita que Minas endoidece,
já endoideceu: o mundo acaba.
(...)
Mas o Major Cançado, inconformado,
recorre da sentença.
Onde já se viu mulher votar?
Mulher fumar,
mulher andar sozinha,
mulher agir, pensar por conta própria,
são artes do Demônio, minha gente.
Major, ó Seu Major,
Minas recuperada te agradece. (ANDRADE, 1979, p. 161)

Um poema escrito no século passado, que lido na atualidade nos permite pensar sobre a conjuntura nacional em que houve alguns avanços em relação a conquista de direitos para as mulheres. A questão levantada por Carlos Drummond “*Mulher, quem sabe, Chefe da Nação?*” podemos respondê-la de forma afirmativa, “*Sim, tivemos uma mulher na presidência do Brasil*”, ainda que não adentremos sobre uma análise do governo feminino destacando se houve avanços ou retrocessos para as mulheres brasileiras. No entanto, outras concepções retratadas no poema são ainda desafios a serem enfrentados buscando a desnaturalização desses papéis ocupados pelas mulheres. Esse poema mostra o quanto foi e ainda continua difícil para as mulheres romper com a opressão em torno do sexo feminino e Drummond utiliza-se de um fato histórico como matéria de poesia.

2.2 - A segunda onda do movimento feminista: “o pessoal é político”

As mulheres de hoje estão destronando o mito da feminilidade; começam a afirmar concretamente sua independência; mas não é sem dificuldade que conseguem viver integralmente sua condição de ser humano.

(BEAUVOIR, 2009)

A segunda onda do movimento feminista tem início no final dos anos 1960. De certa forma, representa uma continuidade da primeira onda, uma vez que as mulheres continuam lutando por igualdade de direitos. Mas, nesta segunda fase incluem nas pautas as origens culturais da desigualdade. Este movimento é influenciado por obras, principalmente, de Simone Beauvoir como “O segundo sexo”.

Durante as duas grandes guerras, as mulheres tiveram que trabalhar fora de casa, já que seus maridos se encontravam em combate, havendo uma valorização da participação da mulher no mercado de trabalho. No entanto, com o término da guerra, as mulheres tiveram que ceder seus postos de trabalho para que os homens voltassem a ocupar o mercado. Assim, as mulheres voltaram para o espaço doméstico fortemente influenciadas por uma ideologia que naturaliza as funções e tarefas sociais destinadas ao feminino, conforme aponta Alves e Pitanguy (2007, p. 50) “As mensagens veiculadas pelos meios de comunicação enfatizam a imagem da “rainha do lar”, exacerbando-se a mistificação do papel da dona-de-casa, esposa e mãe”.

Esse fato, entre outros, geraram um descontentamento por parte das mulheres que decidiram incluir na pauta de reivindicação as origens da desigualdade entre os sexos fortemente influenciadas pelas concepções de Simone de Beauvoir. No final da década de 1940 foi publicado o livro intitulado “Segundo Sexo” que representou um marco para a reflexão do movimento feminista. Nesta obra, a autora aborda as questões da desigualdade sexual a partir de uma análise focada em diversos campos: psicanálise, biologia, materialismo histórico, mitos e educação. De acordo com Alves e Pitanguy (2007)

Simone de Beauvoir estuda a fundo o desenvolvimento psicológico da mulher e os condicionamentos que ela sofre durante o período de sua socialização, condicionamentos que, ao invés de integrá-la a seu sexo, tornam – a alienada, posto que é treinada para ser mero apêndice do homem. (ALVES E PITANGUY, 2007, p. 52)

A autora em “Segundo Sexo” discorre sobre as diferenças existentes entre o homem e a mulher entendidos como frutos de uma construção social. Pois,

Ninguém nasce mulher: torna-se mulher. Nenhum destino biológico, psíquico, econômico define a forma que a fêmea humana assume no seio da sociedade; é o conjunto da civilização que elabora esse produto intermediário entre o macho e o castrado que qualificam de feminino. (BEAUVOIR, 2009, p. 361)

Assim, podemos afirmar que as diferenças existentes entre o feminino e o masculino não são de fato diferenças biológicas, mas sim criações culturais, em que são estabelecidos papéis “aceitáveis” para a mulher e para o homem. Desta forma, a menina “aprende a ser doce, obediente, passiva, altruísta, dependente; enquanto o menino aprende a ser agressivo, competitivo, ativo e independente” (ALVES E PITANGUY, 2007, p. 55). Estas novas “descobertas” trouxeram para a segunda onda do movimento feminista outros posicionamentos perante as situações de opressão.

O lema “O pessoal é político” foi criado pela feminista Carol Hanisch, e nessa fase identificava o problema da desigualdade como uma junção de aspectos culturais e políticos. As mulheres foram encorajadas a se politizarem para combaterem as esferas de poder sexistas, questionando o domínio político dos homens.

O feminismo, nesses anos, passa a negar o direito dos homens em falar em nome das mulheres, dando início a “concepção do feminismo como um movimento de auto-organização das mulheres” (CISNE, 2014, p.138). Assim, decorre nos dias atuais, a ideia de que ser feminista é lutar contra os homens.

De acordo com Cisne (2014), o movimento feminista sofreu uma nova divisão, em 1979, quando, de um lado, estavam em defesa da institucionalização do movimento e maior aproximação com o aparelho estatal, em contrapartida as que defendiam uma atuação de forma autônoma com receio de haver uma cooptação. Entretanto, “a década de 1980 é marcada por um feminismo mais institucionalizado, especialmente por meio dos Conselhos da Condição da Mulher e Delegacias da Mulher, além da presença feminina em cargos eletivos” (CISNE, 2014, p.140). Com isso, há um fortalecimento da presença feminina na esfera política.

2.3 - A terceira onda do movimento feminista: “institucionalização do movimento feminista”

A terceira onda do movimento feminista tem início na década de 1990 com uma grande institucionalização do feminismo. Nesse período há, o que Mirla Cisne (2014) denomina de “onguização” em que

As Organizações não Governamentais (ONGs) se espriam nacionalmente e o feminismo profissionalizado passa a se consolidar em detrimento do feminismo como movimento social. Esse feminismo profissionalizado reedita, em grande medida, o feminismo bem-comportado e encontra sérios limites institucionais para atuar com autonomia frente ao Estado e demais organismos financiadores das ONGs, trazendo, portanto, grandes implicações e desafios para a luta das mulheres. (CISNE, 2014. P.141)

Diante desse cenário de mudanças, não podemos esquecer que os movimentos sociais foram diretamente influenciados pelo projeto neoliberal³ que visava promover a fragilização, a fragmentação e a cooptação destes instrumentos.

A terceira onda buscou levantar as contradições presentes nas definições essencialistas do feminino que se apoiava nas experiências vividas por mulheres brancas. As mulheres negras passam a questionar o seu lugar e colocar em pauta reivindicações específicas para esse segmento.

Com a tradução para o português do artigo “*Gênero: uma categoria útil para análise histórica*” da autora americana Joan Scott, a teoria feminista encontra no conceito “gênero” uma nova forma de organização do movimento feminista. Se antes o feminino e o masculino eram percebidos como construções sociais (mulher/homem), a partir da concepção de gênero “elaborado⁴” por Scott (1991) deve-se ir além, questionar as influências da linguagem, dos símbolos, das instituições, ou seja, pensar nas formas como se constroem as ordens simbólicas para essas diferenças entre os sexos.

³ Entende-se por projeto neoliberal o período em que há a proposta de “Estado mínimo” e “mercado livre”, ou seja, de forma sucinta o neoliberalismo é um conjunto de ideias políticas e econômicas capitalistas que defende a não participação do estado na economia, onde deve haver total liberdade de comércio, para garantir o crescimento econômico e o desenvolvimento social de um país. (DURIGUETTO; MONTAÑO, 2011)

⁴Utilizamos o termo elaborado, no entanto segundo Saffioti (2015, p. 114) “O primeiro estudioso a mencionar e a conceituar *gênero* foi Robert Stoller (1968). O conceito, todavia, não prosperou logo em seguida”

Heleieth Saffioti (2015) no livro “*Gênero, patriarcado e violência*” questiona o conceito “*gênero*” da forma como é proposto por Scott. Para Saffioti

Discorre a autora [Joan Scott] sobre os substantivos do *gênero*, o que se pode considerar negativo, já que ela valoriza excessivamente o discurso (sem sujeito). Acusa, também, um caráter descritivo no conceito de *gênero*, usado como substituto de mulheres: *gênero* não implica, necessariamente, desigualdade ou poder nem aponta a parte oprimida. Não seria esta, justamente, a maior vantagem do uso do conceito de *gênero*? (SAFFIOTI, 2015, p.119)

Desta maneira, percebemos que a terceira onda do movimento feminista é fortemente influenciada pelo conceito de *gênero*. Segundo Saffioti (2015, p.120) “é notável a contribuição de Scott”, entretanto, “quem lida com *gênero* de uma perspectiva feminista, contesta a dominação-exploração masculina. Por via de consequência, estrutura, bem ou mal, uma estratégia de luta para a construção de uma sociedade igualitária”.

Na terceira onda há uma eclosão da categoria *mulher*. O movimento feminista começa a questionar essa categoria baseada apenas na opressão patriarcalista. Há o surgimento de diversas vozes levantando reivindicações específicas, como, as mulheres negras, lésbicas, indígenas, campesinas, quilombolas. Esta fase do movimento representou uma pluralização de diversos tipos de mulheres e portanto diferentes pontos de lutas. Desta forma, convencionou-se a utilizar o termo ‘feminismos’, uma vez que não há apenas um único feminismo e uma única mulher. Há uma diversidade de sujeitos, de vozes e uma ressignificação da categoria.

Com o advento do conceito de *gênero*, a categoria mulher, de acordo com Piscitelli (2002, p.7 apud CISNE, 2014, p. 67) “passou a ser quase execrada por uma geração para a qual o binômio feminismo/ ‘mulher’ parece ter se tornado símbolo de enfoques ultrapassados”.

Apesar de haver dentro do movimento feminista diferentes concepções e formas de organização, é imprescindível pontuar que

O feminismo se constrói, portanto, a partir das resistências, derrotas e conquistas que compõem a História da Mulher e se coloca como um movimento vivo, cujas lutas e estratégias estão em permanente processo de recriação. Na busca da superação das relações hierárquicas entre homens e mulheres, alinha-se a todos os movimentos que lutam contra a discriminação em suas diferentes formas. (ALVES; PITANGUY, 2007, p.74)

O feminismo, conforme colocado requer, uma postura desafiadora. Tomamos como base a concepção de feminismo como um movimento social fruto de processo de lutas que nos permitiu a conquista de alguns direitos, como por exemplo o fato de estudar. Se não fosse as feministas antigas não teríamos nem passado no portão da escola. Desta forma, quando ouço mulheres se posicionando contra o feminismo, ou dizendo que não são feministas, vem à mente todo o processo histórico, onde muitas tiveram que morrer para que hoje tenhamos um mínimo de dignidade. Neste aspecto, concordamos com Auad (2003, p. 87) quando diz que “há feministas e feminismos de muitos tipos e jeitos e para todos os gostos [...] essas mulheres trabalham duro para melhorar a vida das brasileiras. Por mais diferentes que sejam entre si, estão unidas por algumas certezas e por alguns desejos”.

2.4- A perspectiva da exploração no capitalismo e a condição do trabalho feminino

Durante toda a sua história, os exploradores utilizaram as desigualdades que encontraram pelo caminho e criaram outras novas, para aumentar assim seus lucros e privilégios. (Carrasco e Petit 2012)

A condição de opressão da mulher esteve estritamente ligada a pauta de luta específica das mulheres. Como destacado, a partir das ondas do movimento feminista, várias conquistas ocorreram, principalmente a partir de meados do século XIX. A luta pela igualdade entre homens e mulheres era o motor das ações das mulheres e as conquistas democráticas ao longo dos tempos interferiram nos padrões de comportamento.

É importante notar que essas lutas sempre tiveram uma divisão política importante, por um lado havia os interesses das mulheres burguesas, e de outro, os interesses das mulheres trabalhadoras. Assim, neste subitem iremos tecer sobre classe e feminismo mediante o sistema capitalista.

De fato, não é possível acabar com a opressão das mulheres sob o capitalismo, porque esse sistema necessita das diversas opressões para dividir a classe trabalhadora e para aumentar e manter a exploração. Conforme a epígrafe de Carrasco e Petit (2012) o capitalismo se apropria das desigualdades para explorar ainda mais os grupos minoritários. A opressão sobre a mulher trabalhadora é diferente e maior do que a opressão sobre a mulher burguesa, pois sob a mulher trabalhadora implica em maior exploração, enquanto a mulher burguesa é exploradora. Desta forma, é necessário distinguir que as mulheres se aproximam pelo gênero, no entanto, a classe as divide (TOLEDO, 2008). Para Cisne (2014)

As burguesas, ainda que feministas, aspiram outro sistema de relações humanas, mas dentro dos limites da sociedade vigente. Em outras palavras, essas feministas não aspiram uma revolução, como as socialistas. Aí encontra-se o abismo entre feministas burguesas e socialistas. (CISNE, 2014, p. 198)

Wood (2011) aponta que na concepção marxista “existem apenas duas formas de pensar em classe: como um local estrutural ou como uma relação social” (WOOD, 2011, p. 73). Para esta autora, o *local* define a posição do sujeito perante as camadas sociais de acordo com sua esfera econômica de poder aquisitivo. A *relação social* está ligada a concepção sócio histórica entre explorados e exploradores, ou seja, os detentores dos meios de produção (burguesia) e os que vendem sua força de trabalho (proletários).

No capítulo “Classe como processo e como relação”, do livro “Democracia contra capitalismo”, Ellen Wood (2011) discute o conceito de classe de forma mais elaborada a partir da teoria de Thompson. Para ela, Thompson é acusado, pelos marxistas, de ter uma concepção de classe “insuficientemente estrutural”. No entanto, pontua que é “necessário uma forma de demonstrar como a estruturação da sociedade nas “formas de classe” realmente afeta as relações sociais e os processos históricos” (WOOD, 2011, p. 78). Mas, o que acontece de fato, é que

Thompson tentou dar uma explicação para classe que pode ser aplicada à casos ambíguos. Seu objetivo não era negar a existência de classe, mas ao contrário, responder às negativas mostrando como os determinantes de classe dão forma aos processos sociais, como as pessoas se comportam em “formas de classe”, mesmo antes, e como precondição, de formações maduras com suas instituições e valores conscientemente definidos por classe (WOOD, 2011, p. 78)

Desta forma, Thompson coloca a importância das relações com os meios de produção no processo de formação da classe, apesar de poder haver ou não o desenvolvimento da consciência e afirma que

as classes surgem ou “acontecem” porque pessoas em “relações produtivas determinativas”, que conseqüentemente compartilham uma experiência comum, identificam seus interesses comuns e passam a pensar a atribuir valor conforme as “formas de classe”, mas isso não quer dizer que classes, em qualquer sentido significativo, não existam para ele como realidades objetivas antes da consciência de classe. (WOOD, 2011, p.79 grifo nosso)

Observa-se na definição de Thompson que a classe surge a partir de uma experiência compartilhada e de interesses comuns. As mulheres, por exemplo, se unem a partir de seus interesses, como por exemplo, pelo fim da opressão, mas somente as trabalhadoras se unem

contra a exploração. “A relação entre membros de uma classe, ou entre esses membros e outras classes, é de natureza diferente” (WOOD, 2011, p. 89). Assim, é possível identificar uma diferença existente entre as mulheres, uma vez que a classe é um elemento que distingue a luta específica das mulheres.

A sociedade capitalista é mantida pela necessidade econômica de uma minoria lucrar a partir da exploração de uma maioria. Para Carrasco e Petit (2012)

O surgimento do capitalismo significou, por definição, a condenação à morte do sistema familiar dos artesãos e camponeses medievais e a incorporação da mulher à produção. Estes são fatos históricos e econômicos inegáveis, mesmo quando o próprio capitalismo os combine contraditoriamente com seus opostos: manter de alguma forma o sistema familiar e retirar as mulheres da produção. (CARRASCO; PETIT, 2012, p. 31)

Ainda sobre o surgimento do capitalismo, Saffioti (2013) coloca que

O modo capitalista de produção eleva ao máximo a contradição presente em todas as formações econômicas-sociais anteriores assentadas na apropriação privada dos meios de produção e dos produtos do trabalho humano. A saturação empírica da categoria *mercadoria*, além de fazer-se acompanhar por uma divisão social do trabalho extremamente desenvolvido, mascara o divórcio entre o *valor de uso* e o *valor de troca* dos produtos do trabalho. (SAFFIOTI, 2013, p. 53)

O capitalismo se apropriou da opressão à mulher para aumentar os lucros explorando ainda mais esse segmento. A mulher, ao ser retirada da esfera privada, ou seja, quando passa a exercer funções fora do ambiente doméstico, se depara com uma situação contraditória. Por um lado, amplia seus afazeres, pois além de trabalhar fora, continua realizando as tarefas domésticas, como coloca Toledo (2008) “O capital arrancou a mulher do seio da família e não deu contrapartida necessária para suprir o vazio que nela deixava [...] quem se encarregaria das tarefas domésticas? [...] quem cuidaria da reposição da força de trabalho?” (TOLEDO, 2008, p. 38)

Em contrapartida, a partir do momento que elas ocupam os espaços públicos de trabalho surgem grupos de mulheres para reivindicar a igualdade de direitos entre os sexos. Carrasco e Petit (2012) apontam que foi a partir destes grupos que as mulheres “conquistaram importantes reivindicações para as proletárias[...] jornada de doze horas em lugar de quatorze [...] as reivindicações feministas estavam ligadas à luta dos trabalhadores” (CARRASCO; PETIT, 2012, p. 51)

A essa dúbia colocação, por um lado, dupla jornada de trabalho e por outro, condições de organização feminina, Toledo (2008) afirma que

Garantir o trabalho para a mulher é uma reivindicação fundamental para garantir a emancipação feminina. O direito ao trabalho remunerado é inalienável não só para os homens, mas também para as mulheres. A autonomia de uma pessoa é impossível se ela carece de ingressos próprios. (TOLEDO, 2008, p. 49).

A inserção das mulheres no mercado de trabalho representou uma derrota para o capital, pois para este a partir do momento que a mulher conquista os espaços públicos, elas se vêm diante da oportunidade de organização, de lutas, adquiri uma consciência. O seio das lutas se dá na organização nos locais de trabalho.

Portanto, o trabalho ao mesmo tempo que cria dupla jornada para as mulheres, uma vez que além de trabalhar fora são responsabilizadas pelos afazeres domésticos, cria também condições para sua emancipação e organização. No entanto, é necessário pontuar que o capital não se interessa por trabalhadores emancipados e independentes. A ele cabe utilizar-se da ideologia disseminada na sociedade, em torno das “qualidades femininas” para explorar esse segmento. De acordo com Saffioti (2013) “a mística feminina, qualquer que seja o grau de sua elaboração, serve, consciente ou inconscientemente, aos interesses da ordem imperante nas sociedades de classe. (SAFFIOTI, 2013, p. 94)

CAPÍTULO 3 – O SINDICATO ÚNICO DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Para escrever a história, são necessárias fontes, documentos, vestígios. E isso é uma dificuldade quando se trata da história das mulheres. Sua presença é frequentemente apagada, seus vestígios, desfeitos, seus arquivos destruídos. Há um déficit, uma falta de vestígios. (PERROT, 2016)

De acordo com o censo realizado pelo InepData em 2014, o estado de Minas Gerais conforma 226.088 funções docentes, distribuídas entre as redes de ensino pública e particular, nas esferas municipais, estaduais e federais.

Na tabela abaixo há a distribuição dos docentes de acordo com o sexo e etapa de ensino.

TABELA 3: NÚMERO DE DOCENTES DOS ESTABELECIMENTOS DE ENSINO PÚBLICO ESTADUAL, POR SEXO E POR ETAPA DE ENSINO – MINAS GERAIS, 2014

SEXO	EDUCAÇÃO INFANTIL	ANOS INICIAIS	ANOS FINAIS	ENSINO MÉDIO
FEMININO	26	16725	38220	33823
MASCULINO	9	392	11419	14538
TOTAL	35	17117	49639	49618

Fonte: Adaptado do InepData, 2014. Disponível em <http://portal.inep.gov.br/inepdata>

Conforme os dados apresentados na tabela percebemos que as mulheres na rede estadual de Minas Gerais estão concentradas em maior quantidade nas etapas de ensino que vão desde a educação infantil ao ensino médio, ou seja, ocupam em maior número em todas as etapas de ensino.

Quando voltamos o olhar para os dados em relação ao ensino médio percebemos que na rede pública federal de ensino esses números se invertem.

TABELA 4: NÚMERO DE DOCENTES DOS ESTABELECIMENTOS DE ENSINO PÚBLICO FEDERAL NO ENSINO MÉDIO, POR SEXO – MINAS GERAIS, 2014

SEXO	ENSINO MÉDIO
FEMININO	949
MASCULINO	1539

Fonte: Adaptado do InepData, 2014. Disponível em <http://portal.inep.gov.br/inepdata>

Os dados mostram que os homens estão concentrados em maior número nos cargos da etapa do ensino médio da rede pública federal. São cargos que possuem uma maior remuneração e melhores condições de trabalho.

O ensino superior federal a maioria das funções docentes são ocupadas pelos homens enquanto que as mulheres se concentram em maior quantidade no ensino superior estadual.

TABELA 5: NÚMERO DE DOCENTES NO ENSINO SUPERIOR DOS ESTABELECIMENTOS DE ENSINO PÚBLICO FEDERAL E ESTADUAL, POR SEXO – MINAS GERAIS, 2012

SEXO	ENSINO SUPERIOR PÚBLICO FEDERAL	ENSINO SUPERIOR PÚBLICO ESTADUAL
FEMININO	5243	1122
MASCULINO	7643	929

Fonte: Adaptado do InepData, 2012. Disponível em <http://portal.inep.gov.br/inepdata>

Nosso objetivo em colocar os dados das tabelas dois e três são na verdade a intenção de fazer um comparativo entre os sexos nas modalidades de ensino e também entre as esferas estaduais e federais. Esses dados confirmam e comprovam que os homens ocupam os “melhores” cargos.

No entanto, nossa intenção neste trabalho não é comparar as modalidades de ensino e o sexo. Queremos mostrar que as mulheres estão concentradas em maior número na rede estadual

de ensino e diante dessa realidade qual tem sido a postura do sindicato que representa estas docentes.

3.1 – O Sind-UTE/MG e as questões acerca da mulher trabalhadora em educação.

Peço licença para referir-me somente às professoras, porque é a elas que os discursos governamentais se referem [...] Ao ex-governador Hélio Garcia, é atribuída uma explicação sobre a greve do magistério: ela não seria consequência dos baixos salários das professoras, e sim, do fato de serem “mal casadas”. O nosso atual governador, Eduardo de Azeredo, afirmou que as professoras mineiras são “bonitinhas”. E enfatizou: “algumas” (Maria da Consolação Rocha, Carta à Dídimo de Paiva, 1995)

Ao analisarmos a condição da mulher no mundo do trabalho é necessário considerar a maior exploração que elas sofrem em relação ao homem e pontuar que essa exploração é intencionada e atende aos interesses da classe dominante (CISNE, 2014, p. 26). Assim, “Negar a dimensão de sexo no trabalho é negar a realidade em que vive a classe trabalhadora, em especial a das mulheres, em sua relação com o capital. (CISNE, 2014, p.25)

Com base nos elementos apresentados anteriormente, passamos agora a compreender as propostas e ações impetradas pelo Sind-UTE/MG à categoria que visam desconstruir as opressões de gênero. Tomamos como material empírico para a nossa análise teses congressuais, cartas, relatórios, cartilhas e jornais produzidas no interior deste sindicato, estabelecendo diálogo com autores que buscaram estudar mais a fundo nossa temática. Portanto, nosso principal objetivo é conhecer a forma e o conteúdo com que o Sind-UTE/MG tem tratado e compreendido a relação entre trabalho docente e opressão de gênero.

Em 1979, ainda durante a ditadura civil-militar instaurada no Brasil, a partir de constantes ataques proferidos aos docentes do Estado de Minas Gerais pelo então bloco no poder liderado por Francelino Pereira dos Santos, partidário da Aliança Renovadora Nacional (ARENA) no entendimento da categoria surgiu a necessidade de criação de uma entidade que pudesse contrapor a esses ataques. (DINIZ, 2015). Assim, foi criada a União dos Trabalhadores do Ensino (UTE) composta por servidores estaduais municipais e particulares, como estratégia de oposição as entidades existentes da rede estadual - Associação Professores Públicos de Minas Gerais (APPMG) - e da rede particular – Sindicato dos Professores (SINPRO).

Ainda, neste mesmo ano, ocorreu no Estado, o que os movimentos sociais denominaram de “Greve Histórica”, onde houve, principalmente, uma intensa participação de mulheres,

professoras das séries/anos iniciais e trabalhadoras das creches (ROCHA, 2010). Cássio Diniz (2015) aponta que além das questões relativas a profissão, como baixos salários e péssimas condições de trabalho, é necessário considerar que a mobilização da categoria e a ascensão sindical ocorreu nos marcos de uma conjuntura de redemocratização da nação. Para Diniz (2015, p.100) “o fim do milagre econômico evidenciou as contradições do modelo de desenvolvimento conservador imposto pelo regime, e diversas categorias despertaram para a luta”. Com isso, podemos afirmar, que assim como ocorreu em diversas outras categorias, esse cenário nacional de luta acabou por potencializar a organização dos docentes em Minas Gerais.

Todo esse processo foi acompanhado por intensa repressão. O então governador Francelino Pereira dos Santos ordenou a polícia militar de Minas Gerais reprimir com bastante autoritarismo e força as manifestações que por ventura ocorressem. De acordo com Diniz (2015) durante a chamada “Greve Histórica”, “a ação da PM foi dura, com jatos d’água, cassetetes, cachorros e bombas de gás lacrimogênio. Dias depois, [...] três diretores do comando de greve foram presos pelo DOPS da capital mineira” (p.118). Soma-se às prisões, demissões de professores contratados e suspensão de professores efetivos. Contudo, ainda segundo Diniz (2015), a excessiva repressão articulada a uma conjuntura nacional de intensas mobilizações fez com que tais ações tivessem efeito contraditório com que esperava o então governador do Estado: o movimento docente em Minas Gerais se fortaleceu.

Ainda em relação as ações de repressão orquestrada por Francelino Pereira dos Santos, destacamos, o fato do mesmo ficar reconhecido como “Governador jato d’água” por utilizar jatos de água constantemente contra as manifestações. Em uma carta-resposta a um jornalista, Maria da Consolação Rocha, professora da Rede Municipal de Ensino de Belo Horizonte, integrante do movimento grevista, descreve que

Em 1979, o então governador de Minas, Francelino Pereira, não disse uma palavra a respeito das professoras. Limitou-se a “lavá-las” em praça pública. Ato que sugere a necessidade de purificar aquelas mulheres que haviam “esquecido o seu lugar” o “seu devido lugar” – o lar. (CARTA AO DÍDIMO DE PAIVA, BELO HORIZONTE, 1995).

Ao longo da trajetória histórica de lutas da categoria, várias greves e mobilizações foram realizadas, e a UTE mesmo diante de vários problemas, se consolidou enquanto entidade representativa. No início da década de 1980, foram realizadas as Conferências Nacionais da Classe Trabalhadora (CONCLAT), em que discutiu-se a necessidade de unificação das lutas em todo o país. Desta forma, em meio a posicionamentos contrários e favoráveis, foi criada a

Central Única dos Trabalhadores (CUT). A UTE foi umas das primeiras entidades mineiras a se filiar à CUT, o que, para Diniz (2015, p.168) representou uma identidade de todos os “professores e funcionários de escola como trabalhadores iguais a todos os outros, isto é, membros de uma única classe social”. Em 1988, em meio a agitadas disputas, a Confederação dos Professores do Brasil (CPB) – que mais tarde se tornou Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE) – também se filiou à CUT.

Em 1990 foi realizado um congresso, onde as entidades que organizavam os trabalhadores da educação se unificaram, sendo, portanto, instituído o Sindicato Único dos Trabalhadores em Educação de Minas Gerais (Sind-UTE/MG). Rosaura de Magalhães Pereira, que havia sido a primeira mulher a presidir a UTE, continuou como presidente do Sind-UTE/MG. Sua atuação na área sindical rendeu-lhe o prêmio de “Melhores do Ano” do Jornal Estado de Minas, em 1990. (JORNAL ESTADO DE MINAS, maio/1991)

A gestão atual do Sind-UTE/MG (2012/2015)⁵ é composta por 54 diretores, destes 26 são mulheres e 28 são homens. Ou seja, 48% da diretoria é feminina. Um dado que mostra a presença de mulheres impulsionando por demandas específicas para esse segmento. No entanto, ainda muito aquém de serem atendidas, haja visto, ao longo da história, uma série de preconceitos repercutidos nas diversas esferas sociais. Em uma carta – resposta a um editor de opinião – Dídimo de Paiva - elaborada por Maria da Consolação Rocha, em 1995, intitulada “De ‘mal casadas’ a ‘bonitinhas’: a história das professoras de Minas”, é mencionado a forma dos diversos Governos tratarem as reivindicações específicas das trabalhadoras, principalmente quando estas aderem ao movimento grevista. Nesta carta, o ex-governador da época, Hélio Garcia, diz que a consequência das professoras estarem em greve não é devido aos baixos salários, mas sim ao “fato de serem mal casadas”. E Eduardo Azeredo, governador de Minas Gerais em 1995, enfatiza que “algumas professoras mineiras são até ‘bonitinhas’” (CARTA AO DÍDIMO DE PAIVA, BELO HORIZONTE, 1995).

Estas recorrentes falas proferidas nas diversas esferas sociais, seja por representantes do Estado ou por colegas de profissão, reproduzem ideologias que tentam justificar que os espaços ocupados pelas mulheres na sociedade se resume ao espaço doméstico. No entanto, nesta mesma carta, Maria da Consolação Rocha (1995) desconstrói esse tipo de visão ao responder os Governadores

Quando as professoras mineiras estão nas ruas, lutando por sua dignidade, pela garantia dos seus direitos é preciso respeitá-las, ouvi-las [...] Elas não estão nas praças procurando maridos, tampouco usando a rua como passarela para

⁵ De acordo com dados fornecidos na página eletrônica do sindicato: www.sindutemg.org.br

se candidatarem a modelo. Estão lá, exigindo o que lhes é de direito, dando uma aula de democracia e de coragem para o nosso povo. Estão nos dizendo que é preciso manter a dignidade. (CARTA AO DÍDIMO DE PAIVA, BELO HORIZONTE, 1995).

Apesar de todos os percalços vivenciados pelas mulheres no setor educacional que contribuem para escamotear o quadro de precarização do trabalho docente, algumas reivindicações prevalecem em pauta. A luta por salário igual é uma demanda que aproxima trabalhadoras dos diversos segmentos, seja da educação infantil como das séries iniciais. Sabemos que em algumas redes de ensino este setor ainda recebe menores salários se comparado aos docentes das séries finais do ensino fundamental e ensino médio. Para Rocha (2010), essa luta em torno de um ponto específico expressa uma grande capacidade de organização das mulheres indo além da questão salarial, pois colocam em jogo as contradições presentes nas políticas educacionais uma vez que estas políticas permanecem com

Uma visão segmentada, fragmentada e sexista, em relação ao trabalho docente com crianças pequenas, cujas professoras ainda são vistas como pessoas que realizam uma tarefa que exige menos qualificação profissional, e conseqüentemente, devem receber salários menores (ROCHA, 2010, p.12).

Desta forma, percebemos que o sindicato cumpre um importante papel de representar os setores da classe trabalhadora e buscar atender as reivindicações levantadas pela categoria, principalmente dos setores oprimidos.

3.2 – Os Congressos realizados pelo Sind-UTE, de 1991 a 2015.

O processo da análise dos dados iniciou-se a partir da separação dos materiais necessários. No caso, iremos utilizar como objeto de estudo os cadernos de teses congressuais e as resoluções elaboradas em cada um dos congressos realizados pelo Sind-UTE/MG entre os anos 1991⁶ e 2015. Para efeito de informação, segue a tabela abaixo, contendo o nome atribuído ao congresso, a data e local de sua realização.

⁶ O primeiro Congresso do Sind-UTE/MG “Consolidando a Unificação” foi realizado em 1991 após o Congresso de unificação das entidades que ocorreu em 1990.

TABELA 6: SISTEMATIZAÇÃO DA REALIZAÇÃO DOS CONGRESSOS

NÚMERO / ANO	NOME	LOCAL
1º / 1991	I Congresso do Sindicato Único dos Trabalhadores em Educação de Minas Gerais- Para seguir afinado consolidando a unificação	Governador Valadares
2º / 1993	II Congresso do Sindicato Único dos Trabalhadores em Educação de Minas Gerais	Juiz de Fora
3º / 1995	Congresso Professor Florestan Fernandes	Diamantina
4º / 1997	Congresso Professor Paulo Freire	Itajubá
5º / 1999	Congresso Dom Hélder Câmara	Araxá
6º / 2003	Congresso Patativa do Assaré	Governador Valadares
7º / 2006	Congresso Barbosa Lima Sobrinho	Belo Horizonte
8º / 2009	8º Congresso do Sindicato Único dos Trabalhadores em Educação de Minas Gerais	Poços de Caldas
9º / 2012	9º Congresso do Sindicato Único dos Trabalhadores em Educação de Minas Gerais	Araxá
10º / 2015	10º Congresso do Sindicato Único dos Trabalhadores em Educação de Minas Gerais – Homenagem a Luiz Fernando Carceroni	Belo Horizonte

Como pode-se perceber, o Congresso do Sind-UTE/MG até o ano de 1999 era realizado com uma frequência bianual, em seguida teve um salto de quatro anos para a realização do 6º Congresso e posteriormente os congressos aconteceram a cada três anos.

Após essa separação das teses e resoluções⁷, foi feita uma primeira leitura a fim de estabelecer pontos em comum. Desta forma, foi possível identificar que em todos os congressos há um tópico em que se discute a conjuntura nacional, a conjuntura estadual, o balanço da gestão e o plano de lutas. Assim, iremos nos atentar, principalmente, a esses quatro aspectos das teses

⁷ Vale destacar que no 8º Congresso tivemos acesso apenas ao caderno de teses. No 9º e 10º congresso tivemos acesso somente as resoluções. Nos demais, foi possível analisar tanto as teses quanto as resoluções.

e resoluções a fim de verificar quais abordagens são feitas especificamente à mulher trabalhadora em educação.

Antes da realização do 1º Congresso do Sind-UTE/MG foi feito o congresso de Unificação das Entidades do Ensino de Minas Gerais. Ao observar o plano de lutas proposto por este Congresso em agosto de 1990 observamos a seguinte discussão em torno da mulher.

- Entendemos que a discussão sobre as questões da mulher não deve ser exclusivamente feminina.
- Não podemos conceber também que a construção de uma sociedade justa, igualitária, democrática e socialista se dê ofuscando a opressão em que vive uma maioria social, as mulheres.
- A discussão e a luta pela abolição dos preconceitos e das desigualdades em que vivem as mulheres devem ser encaradas por nosso Sindicato já. [...]
- Além disso, nosso Sindicato representa uma categoria majoritariamente feminina.
- Mulheres que assumem uma dupla jornada de trabalho, na escola e em casa. Mulheres que na sua maioria não percebem sua condição e contribuem para permanência deste estado de coisas.
- Nosso Sindicato deve, portanto, assumir esta luta e realizar um trabalho sobre a questão da mulher, através de seminários, encontros e criação de formas organizativas com o objetivo de:
- Elevar a consciência da luta de libertação da mulher;
- Formar a categoria que para ela exerça um papel fundamental na sociedade, repassando, através da escola toda essa consciência;
- Criar um Grupo de homens e mulheres para discutir e propor formas de maior engajamento do Sindicato nas questões da mulher, com a participação da CUT e da Escola Sindical 7 de Outubro;
- Lutar pelo fim de todas as formas de preconceito e violência contra as mulheres;
- Organizar creches para os filhos dos trabalhadores em educação, pelo menos nos eventos realizados pelo Sindicato, como assembleias, congressos, etc.
- Exigir do governo o cumprimento da Constituição Federal, no que refere à Educação de 0 a 6 anos.

De acordo com o observado nestas propostas, há uma intencionalidade do Sindicato em discutir as questões voltadas a mulher, de forma que essa pauta seja constantemente refletida, tanto na base de atuação do Sind-UTE/MG quanto na direção.

3.2.1 - I Congresso do Sindicato Único dos Trabalhadores em Educação de Minas Gerais- Para seguir afinado consolidando a unificação – Governador Valadares 1991

O I Congresso do Sindicato Único dos Trabalhadores em Educação de Minas Gerais foi realizado em 1991, de 7 a 10 de novembro, na cidade de Governador Valadares. O caderno de teses foi composto por seis documentos. O primeiro, foi assinado nominalmente por um grupo de professores que atribuíram o título de “Sind-UTE pra lutar! A segunda tese foi elaborada pela Unidade Sindical e Apoiadores. A terceira tese é de autoria da CUT pela Base – Educação. A tese de número quatro foi escrita pela Convergência Socialista e Sindical. A quinta tese pertence a Articulação no local de trabalho. E, por último a tese de número seis foi escrita pela Corrente Sindical Classista.

A primeira tese, assinada nominalmente por um grupo de professores, traz discussões específicas sobre a mulher organizadas em um tópico denominado “Lutar contra a opressão sexual”. Neste item, é possível perceber colocações sobre a dupla jornada, que além de trabalhar fora, elas cumprem com as tarefas domésticas.

Uma de minhas indagações ao elaborar o projeto de mestrado era perceber o que é ser mulher / trabalhadora nesta sociedade. Esta tese traz a definição de uma possível resposta, onde é pontuado que ser mulher e trabalhadora em uma sociedade tradicionalmente machista, “significa ser explorada e marginalizada sexual, econômica, política e socialmente” (CADERNO DE TESES, 1991, p. 6). Considerando a composição majoritariamente feminina da categoria, a tese em questão afirma:

[...] entendendo que essa discussão, longe de ser de interesse exclusivo das mulheres, deve ser estendida e debatida com o conjunto dos trabalhadores no ensino, bem como com a comunidade, alunos e outras categorias profissionais. Propomos que este congresso reafirme e que sejam implementadas as resoluções aprovadas no Congresso de Unificação. (CADERNO DE TESES, 1991, p. 6)

A segunda tese, elaborada pela Unidade Sindical e Apoiadores, traz um panorama internacional, nacional e estadual. No que tange o item Plano de Lutas, fazem colocações a respeito de: “A Luta pela Consolidação do Sindicato Único”; “A Luta por Eleições Diretas para o Diretor e Vice na Rede Estadual de Ensino”; “A Luta Contra o Projeto Paulo Petersen do PMDB”; “A Luta Pela Reforma Agrária”; “Em defesa da Ecologia”; “Em defesa do Socialismo, com Liberdade e Democracia”; “A Questão da Dívida Externa”; “As Lutas do Magistério

Público” ; “Saúde dos Trabalhadores em Educação”; “Democratização do Ensino”; “Melhoria da Qualidade do Ensino”; “Valorização dos Trabalhadores em Educação”.

Nesta tese do Congresso não há uma menção específica sobre as questões relativas à mulher, diferente do que foi observado na primeira tese.

A tese de número três foi elaborada pela CUT pela Base – Educação. São apresentados pontos sobre “Conjuntura”; “Internacional” e “Prática Sindical”. Há um subitem que traz a discussão de questões específicas das mulheres, uma vez que no “Congresso de Montes Claros” foi iniciado um debate entendendo a mulher como “setor oprimido da sociedade” (CADERNO DE TESES, 1991, p. 26)

Esta tese afirma que houve alguns avanços em relação ao tema, como por exemplo, garantia de creches em eventos realizados pelo Sind-UTE/MG. No entanto, pontuam a importância de avançar mais através das seguintes propostas

Encontros Regionais e Estadual das Trabalhadoras em Educação;
Criação de uma Comissão Estadual, articulada com a CEQMT – Comissão Estadual sobre a Questão da Mulher Trabalhadora/MG, para encaminhar este debate no SInd-UTE/MG;
Garantia da discussão deste tema em todos os eventos do Sindicato (Congresso, Seminários, Encontros, etc);
Garantia de uma coluna permanente no jornal do Sindicato com artigos e debates sobre este tema. (CADERNO DE TESES, 1991, p.26)

A quarta tese foi desenvolvida pela Convergência Socialista Sindical e não há menção específica sobre a questão das mulheres. É feito um balanço internacional, a apresentação de uma “Conjuntura Nacional” e no “Balanço e Planos de Luta” é pontuado sobre o “Papel da CNTE”; “Unificação das Lutas e do Funcionalismo Estadual”; “Novas Formas de Luta”; “Democracia Sindical”; e “Educação Pública”.

Na quinta tese apresentada no I Congresso foi elaborada pela Articulação no Local de Trabalho também não é mencionado um ponto específico sobre as demandas femininas.

A última tese escrita pela Corrente Sindical Classista traz um panorama Internacional e Nacional e um ponto sobre “Política Educacional”. Nesta teses também não há referência sobre a temática voltada especificamente para a mulher trabalhadora em educação.

3.2.2 – II Congresso do Sindicato Único dos Trabalhadores em Educação de Minas Gerais – Juiz de Fora 1993

*Haverá na face de todos um profundo assombro
E na face de alguns, risos sutis cheios de reserva
Muitos se reunirão em lugares desertos
E falarão em voz baixa em novos possíveis milagres
Como se o milagre tivesse realmente se realizado [...].
(Acontecimento – Vinícius de Moraes)*

O II Congresso do Sind-UTE/MG foi realizado entre os dias 20 a 23 de outubro de 1993 na cidade de Juiz de Fora e trouxe o poema *Acontecimento*, de Vinícius de Moraes, estampado na capa do cadernos de teses. O poeta nos fala sobre as emoções e sentimentos vividos no ato do acontecer. Foi realizada uma pesquisa sobre o perfil dos participantes⁸, dos 850 presentes, 449 responderam ao questionário, sendo constatado que 80% dos congressistas são do sexo feminino e 34% trabalham nos anos iniciais do ensino fundamental.

Neste Congresso foram apresentadas quatro teses. A primeira intitulada “Resistência e autonomia dos trabalhadores em educação: articulando a luta contra as elites foi assinada pela Articulação do Sind-UTE e apoiadores. Nela, há uma abordagem específica sobre as mulheres, denominada: “Mulher: agente político e transformador”.

A mulher é vista, historicamente, como um ser secundário em relação aos homens, desempenhando funções ditas femininas. A todo tempo é disseminada a ideologia que coloca a mulher em seu “devido” papel, a fim de escamotear a maior exploração vivida por elas. (TOLEDO, 2008; SAFIOTTI, 2013).

A tese traz que as mulheres conquistaram alguns avanços em relação as questões salariais, mas ainda estão longe de igualarem seus direitos aos dos homens. É colocado que

As companheiras que conquistaram espaços na luta contra os patrões, os avanços nas relações com seus companheiros e com a família são experiências que precisam ser socializadas. Pois a liberdade da mulher não depende apenas de vontade política, mas fundamentalmente do desencadeamento de um processo em que o rompimento de cada elo das correntes da opressão torna-se vital às conquistas emancipatórias
Para isso, é importante discutirmos as dificuldades de atuação da mulher no movimento sindical. A realidade de ter que enfrentar a tripla jornada de trabalho-casa-sindicato-trabalho, o que a fez deixar de aproveitar excelentes oportunidades de capacitação política e profissional por problemas familiares, além da discriminação que sofre por ser mulher, são questões que levam

⁸ Estes dados foram colhidos no Caderno de Resoluções do Congresso.

muitas companheiras a abandonar a militância ou simplesmente nem iniciarem. Às vezes subestimamos esses problemas, o que leva ao distanciamento da incorporação do contingente feminino em nossas lutas, significando um atraso na nossa organização sindical. (CADERNO DE TESES, 1993, p. 18)

Como observado, a militância das mulheres nos sindicatos é discutida a fim de elencar as dificuldades vividas por elas em uma sociedade machista. Na verdade, “a sociedade de classes privou a mulher da igualdade com os homens” (SAFFIOTI, 2013, p. 108). Assim, são “impedidas⁹” de participar dos espaços públicos, principalmente, os de organização, construção e debate político.

Outro ponto de destaque nesta tese diz respeito a reprodução dos valores e ideologias predominantes na sociedade. Segundo o documento as mulheres são a maioria entre os profissionais de educação e muitas vezes acabam reproduzindo os discursos de inferiorização feminina. “Até de forma inconsciente tratamos diferentes as alunas, restringindo seu comportamento. O conteúdo ministrado nas disciplinas ressalta o papel masculino em detrimento do feminino, sem falar em matérias dadas exclusivamente para as mulheres”. (CADERNO DE TESES, 1993, p. 18).

O documento chama a atenção para o papel do professor em sala de aula, onde muitas vezes, não dá conta da sua importância na construção do conhecimento e acaba transferindo pensamentos e comentários carregados de concepções machistas.

A tese de número dois, intitulada “Reorganizar o Sind-UTE pela base – Proporcionalidade já!” foi assinada nominalmente por alguns integrantes do Conselho Geral e professores da rede estadual e municipal de BH. De forma geral, trazem uma crítica ao modo pelo qual o sindicato está organizado e sua maneira de atuação diante as pautas de trabalho de base, lutas e greves.

A tese de número três, intitulada “Basta de Itamar, por um governo dos trabalhadores” foi assinada pelos trabalhadores em educação do PSTU. É realizado um balanço sobre a conjuntura Internacional e um balanço nacional. Em seguida, discutem a política educacional e não mencionam questões específicas para a mulher.

A quarta tese é denominada “Por um Sind-UTE combativo, pela base e socialista”, foi assinada por um grupo de filiados que se organizou em oposição ao Sind-UTE – Subsede Juiz

⁹ São impedidas de forma velada, uma vez que é disseminado um conjunto de falsas ideias que tentam justificar o lugar da mulher na sociedade. Atribui-se a ela o espaço privado.

de Fora, a partir da eleição de 1991. É apresentado um item sobre “Conjuntura”; “Hélio Garcia” e um “Plano de Lutas”.

Nossa busca dos dados se deu em torno de pontos que abordam especificamente a mulher. Nas quatro teses estudadas somente uma chama atenção para o nosso objetivo, pois as demais não mencionam as condições da mulher na sociedade e nem estratégias que o sindicato poderia adotar para agregar as trabalhadoras docentes em suas ações.

Mais uma vez percebemos a ausência ou o silenciamento do debate sobre as mulheres em um sindicato majoritariamente feminino tanto na base quanto na direção. Reflexo de uma sociedade marcada pela opressão e exclusão das minorias, não era de se esperar o contrário. Como diz Perrot (2016), “elas atuam em família, confinadas em casa, ou no que serve de casa. São invisíveis. Em muitas sociedades, a invisibilidade e o silêncio das mulheres fazem parte da ordem das coisas. É a garantia de uma cidade tranquila” (PERROT, 2016, p. 16-17).

3.2.3 – 3º Congresso do Sindicato Único dos Trabalhadores em Educação de Minas Gerais – Congresso Professor Florestan Fernandes – Diamantina 1995

Ao homenagear o mestre Florestan Fernandes desejamos que o seu espírito de luta e tenacidade em defesa da escola pública, da democracia, e dos excluídos possa nos inspirar na realização de um evento com sua grandeza e capacidade (CADERNO DE TESES, 1995)

O III Congresso do Sindicato Único dos Trabalhadores em Educação de Minas Gerais, fez uma homenagem ao professor Florestan Fernandes, pela sua contribuição à educação pública. Com uma breve biografia deste autor, é aberto o III Congresso, realizado na cidade de Diamantina entre os dias 11 e 14 de novembro de 1995. São apresentadas quatro teses e quatro textos.

A primeira tese intitulada “Um mundo globalizado” foi apresentada pela Diretoria Estadual do Sind-UTE e trouxe para o debate um ponto sobre conjuntura nacional; outra parte que discute a construção de um modelo sindical cutista; repensando a relação com o funcionalismo público mineiro; a conjuntura mineira; contextualizando a qualidade total em educação; Local de trabalho: repensando a escola como espaço fundamental de luta de classes e um plano de lutas.

Em relação específica às mulheres, são apresentados alguns dados coletados no Relatório do Desenvolvimento Humano das Nações Unidas. De acordo com estes dados, afirma-se que as mulheres “representam 70% do total dos que vivem em situação de miséria absoluta; são 2/3 dos analfabetos; sua carga diária de trabalho é aproximadamente 13% superior à dos homens; nas áreas rurais, gastam em média 20% mais tempo que os homens no trabalho e, embora representem mais de 50% da mão de obra no campo, recebem menos de 10% do crédito rural disponível e seu salário é, em média, 25% menor que o dos homens. (CADERNO DE TESES, 1995, p. 5).

É traçado um plano de lutas temáticas centrais com o intuito de discutir demandas específicas para os diversos interesses da categoria, como saúde; organização no local de trabalho; relação com a comunidade; formação político-pedagógica e cultural; organização da diretoria e por último, mulher.

Neste item, são propostas as seguintes ações

Luta contra a discriminação político-social, econômica e cultural da mulher trabalhadora assim como a discussão do papel da mulher na manutenção da sociedade capitalista e dos problemas advindos da condição social a ela imposta. **Realizar seminários, atos, cursos, encontros regionais e estadual sobre a mulher trabalhadora em educação.**

Organizar a Comissão sobre a Mulher Trabalhadora em Educação no Sind-UTE.

Realizar seminários, atos, cursos, encontros regionais e estadual sobre a mulher trabalhadora em educação. Discutir a saúde da mulher. (CADERNO DE TESES, 1995, P. 17, grifo nosso)

Destacamos esse tópico, em que são apresentadas os planos temáticos para as mulheres trabalhadoras. São três itens, sendo que o último é uma mera repetição de parte do primeiro. Nas fontes analisadas, como cartazes e folders, não foi possível identificar a realização de encontros ou seminários sobre a mulher trabalhadora no ano de 1995.

A segunda tese elaborada pelo Movimento de Oposição do Sind-UTE foi intitulada “Projeto de teses do Movimento de Oposição no Sind-UTE” e traz alguns elementos sobre a conjuntura internacional e nacional; discute-se o papel e organicidade do sindicato cutista e a contribuição de um texto “As massas estão batendo lata”, elaborado pelo professor de Filosofia – Marconi, Sergio Farnese. No entanto, sobre a especificidade da mulher não há nada mencionado.

A tese de número três “Sindicato orgânico não” foi elaborada pela Corrente Sindical Classista e Movimento de Oposição Sind-UTE. Na tese, é discutido sobre a votação de uma deliberação realizada na Plenária Nacional da CUT, onde os sindicatos “deixam de ser entidades autônomas e independentes para se tornarem uma instância da central” (CADERNO DE TESES, 1995, p. 26). Os articuladores desta tese debatem e pontuam sobre os problemas de se criar um sindicato orgânico da CUT e propõem aos delegados do congresso um posicionamento contrário a deliberação.

A quarta tese “Em defesa da educação contra o desmonte da nação” foi escrita por um grupo de professores de diversas escolas de Juiz de Fora e debatem questões acerca da política mineira de Azeredo.

Neste congresso, percebemos que a discussão específica sobre as questões acerca da mulher, ficou pontuada na primeira tese, proposta pela diretoria estadual.

3.2.4 – 4º Congresso do Sindicato Único dos Trabalhadores em Educação de Minas Gerais – Congresso Professor Paulo Freire – Itajubá 1997

O fundamental é estar perto e começar tudo de novo.
(Paulo Freire)

O 4º Congresso do Sindicato Único em Educação de Minas Gerais, foi realizado em 1997 na cidade de Itajubá e nesta edição homenageou o professor Paulo Freire. De acordo com os organizadores, em meio ao cenário político e social, Itajubá foi escolhida por ser um exemplo nas mudanças da conjuntura social, política e econômica do Estado.

A primeira tese elaborada pela diretoria estadual do Sind-UTE, tem como título “Anos 90: Os sistemas educacionais em movimento ... Para onde estamos indo?” e na Parte I traz um debate sobre a reforma educacional. Na Parte II é discutido sobre o “Estado e democracia na educação no Brasil: a difícil empreitada da construção do Sistema Nacional de Educação. Na terceira parte é apresentado um balanço sobre o Programa de Qualidade Total em Educação e a influência do Banco Mundial como agente de definição das políticas educacionais dos anos 90. São elencadas as considerações parciais, bem como a preocupação com a municipalização do ensino. Há uma proposta de articular a luta do sindicato à uma luta mais ampla pelos direitos sociais da criança e do adolescente. Por fim, discute-se sobre a prioridade ao ensino básico e pauperização docente.

A tese de número dois “Valorizando o Sindicato como espaço de cidadania” foi assinada pela Articulação Sindical, simpatizantes e apoiadores. Nesta tese são abordados alguns pontos como: “Reestruturação produtiva – características e impactos sobre o mundo do trabalho”; “O fortalecimento dos ideais neoliberais, e a exclusão social”; “Balanço” e “Plano de Lutas”, neste item há um subitem sobre as lutas específicas da educação, onde identificamos uma abordagem sobre as mulheres em “Mulheres: a miséria tem sua cara e nome, mas a luta tem seu corpo e alma”.

De acordo com os dados da ONU em 1995 é apontada uma crescente feminização da miséria, sendo que dois terços da população que vive nestas condições são mulheres. 40% das mulheres chefiam as famílias e são 42% da população economicamente ativa, mas continuam ganhando 30% menos que os homens no exercício da mesma função, sendo que a mulher negra recebe 50% menos que a mulher branca. A partir dos dados, é apontado que a “miséria tem rosto e é de mulher” (CADERNO DE TESES, 1997, p. 16).

Discute-se ainda que diante desses números, é necessário organizar as mulheres para derrotar o projeto neoliberal, uma vez que este “vem propondo como paliativo à queda do desemprego, a volta das mulheres ao lar” através de projetos de reformas na previdência e trabalhista. De acordo com os autores, “essas ações vem para tentar resignar a mulher à casa, que será empurrada cada vez mais para esse espaço, com a intenção de coibi-la de participar da vida pública e política” (CADERNO DE TESES, 1997, p. 16).

A proposta desse grupo, como medida para o fim da desigualdade entre homens e mulheres, é a defesa de ações afirmativas, como cotas de representação, para que haja igualdade na disputa por espaços que foram historicamente negados à mulher na sociedade patriarcal, principalmente a representação no Congresso Nacional.

Em 1995 em Pequim, aconteceu a Conferência Mundial de Mulheres, em que entidades governamentais e não governamentais assumiram o compromisso de adotar práticas e medidas para igualdade e equidade para as mulheres. Desta forma, são traçadas algumas estratégias propostas por este grupo e apresentadas ao Congresso

- 1) Ampliar a participação do Coletivo de Mulheres do Sind-UTE, proporcionando reflexões de toda ordem com trabalhadoras e trabalhadores em Educação acerca da importância da luta das mulheres para a sociedade.
- 2) Formação política para mulheres e homens com enfoque feminino, buscando entender as formas de discriminação a atuar para superar as desigualdades.
- 3) Formar grupos de trabalho para atuar em escolas, com projetos educativos no campo da sexualidade e do direito.
- 4) Viabilizar, com determinação, e cobrar dos governos o cumprimento das propostas aprovadas na Conferência Mundial de Pequim – 95, assumindo a luta pela igualdade de oportunidades

na vida, no trabalho e no movimento sindical. 5) Garantir nos veículos de comunicação Sind-UTE matérias que abordem a situação das mulheres no mundo, seja no campo do trabalho, sexual, emocional e político, contando com a contribuição que o Coletivo de Mulheres podem dar para a comunicação e formação da nossa categoria. 6) Mudança nos nossos boletins, correspondências, jornais, revistas, cartazes, destacando o corte de gênero na redação dos documentos. 7) Inclusão na Videoteca, fitas para auxílio nas discussões de gênero. 8) Promover Seminário e Encontros Estaduais de Mulheres, para debatermos temas globais como: Mulher e a globalização, Mulher e AIDS, Mulher e saúde, Religião e o papel da mulher, Ações Afirmativas e outros. 9) Ampliar a discussão de cotas, destacando sua importância como política de ação positiva, buscando conscientizar homens e mulheres a participarem das decisões políticas com igualdade. 10) Destacar nas reuniões de Conselho Geral e Regional os encaminhamentos do Coletivo de Mulheres. 11) Declarar e atuar para implementar o dia 8 de Março como dia de luta da categoria. 12) Esclarecer e lutar para a implementação das bandeiras sociais históricas das mulheres, como: a descriminalização do aborto, a criminalização do assédio sexual, a luta contra a prostituição de menores, o projeto de Contrato de Parceria, que defende o direito de homossexuais na organização dos bens comuns. (CADERNO DE TESES, 1997, p. 17)

A terceira tese, intitulada “Derrotar Azeredo e FHC” foi assinada por um grupo de diretores do Sind-UTE e professores da rede, principalmente de escolas localizadas em Juiz de Fora. Traz os pontos sobre a conjuntura internacional, a nacional, a estadual e sobre a conjuntura educacional. No ponto sobre estrutura sindical, defendem a independência política e material dos sindicatos e se posicionam contra o “cartão de crédito¹⁰” da CUT, uma vez que o sindicato estaria perdendo sua autonomia financeira. Trazem um balanço da direção, em que colocam a necessidade de afirmação de um sindicalismo classista, anticapitalista e de luta. No plano de lutas, propõem uma unificação da categoria para combater os ataques do governo na retirada de direitos, através de uma Greve Geral convocada pela CUT.

A quarta tese foi elaborada pela Alternativa Sindical Socialista com o título “Construir a unidade da classe trabalhadora contra o neoliberalismo”, traz um ponto sobre conjuntura internacional e nacional. Um ponto sobre as reformas de FHC e outro sobre a organização sindical e o Sind-UTE. No quarto ponto é abordado um balanço organizativo, um outro ponto sobre políticas permanentes e por último um plano de lutas.

A tese de número cinco “Por um Sind-UTE democrático, de luta, independente de governos e organizado pela base”, é assinada por professores e diretores de diversas escolas

¹⁰ O cartão de crédito da CUT foi uma proposta de ajuda financeira oferecida aos sindicatos como forma de aumentar suas receitas. No entanto, o Sind-UTE/MG se manifestou contrário a essa ajuda por entender que “a contribuição de cada filiado é voluntária e está associado ao reconhecimento que cada trabalhador deve ter de seu sindicato” (CADERNO DE TESES, 1997, p. 19)

públicas estaduais e municipais de diferentes regionais que são militantes, dirigentes ou simpatizantes do MTS (Movimento por uma Tendência Socialista).

O MTS foi uma composição suprapartidária em que faziam parte militantes dos partidos políticos PT, PSTU, PCB e os ditos sem partidos. Surgiu a partir da crescente institucionalização dos partidos de esquerda e da contínua burocratização dos dirigentes sindicais e tinha como proposta fazer os trabalhadores compreenderem que “dentro do sistema capitalista seus problemas de saúde, educação, habitação e emprego não se resolverão, apesar dos avanços tecnológicos e científicos conquistados” (CADERNO DE TESES, 1997, p. 24). Defendiam que a mudança para a classe trabalhadora só poderá ocorrer a partir da implantação do socialismo e o sindicato deve ter independência política, sem direções burocráticas, organizações de base e caráter democrático.

Realizam uma análise da conjuntura internacional e nacional e da legislação educacional que se encontra a serviço do projeto neoliberal. Em seguida apresentam um balanço da direção estadual e um ponto sobre discriminação racial. Debatem sobre a questão da mulher trabalhadora, mostrando que todas as mulheres são oprimidas e o capitalismo se apropria disso para explorar ainda mais a classe. São apresentadas as seguintes propostas

- a. A realização de encontros estaduais de mulheres trabalhadoras por categoria;
- b. Creches em todas as atividades sindicais;
- c. A obrigatoriedade de cota mínima de 30% em todas as instâncias do movimento: CUT Nacional, estaduais e sindicatos filiados;
- d. Criação e funcionamento efetivo dos departamentos femininos nos sindicatos;
- e. A incorporação dessa discussão e desses valores pelos companheiros homens através de atividades conjuntas, como debates e seminários;
- f. É necessário e urgente que no próximo semestre as propostas já aprovadas em vários congressos da nossa Central saiam do papel das resoluções da CUT ou de seus anais e se efetive, na prática, de forma prioritária. (CADERNO DE TESES, 1997, p. 28)

Apontaram também um roteiro para discussão, contendo três pontos: Secretaria de Mulheres da CUT; Campanha de Descriminalização do aborto; Cota de 30% no mínimo. A CUT cumpre importante função na organização do sindicato, uma vez que o Sind-UTE é afiliado a essa central. Desta forma, os autores desta tese, exigiram que a CUT oriente os sindicatos no sentido da criação da Secretaria de Mulheres, que não se omita diante da realidade do aborto, impulsionando discussões e campanha de descriminalização e que garanta a cota mínima de 30% de mulheres em sua direção, bem como cursos de formação e distribuição de tarefas políticas.

Percebemos que há uma série de propostas específicas para a mulher trabalhadora, mesmo sabendo que esta não conseguirá se emancipar enquanto o capitalismo não for superado. São propostas que avançam na conquista de direitos democráticos e a democracia é fundamental para os trabalhadores alçarem sua luta contra o capitalismo (TOLEDO, 2008).

Por fim, os autores encerram a tese debatendo sobre a estrutura e organização sindical, a proporcionalidade na direção do Sind-UTE e um plano de lutas.

A sexta tese “Por uma nova pedagogia das lutas”, assinada pelo Movimento Independente por uma Nova Pedagogia das Lutas, traz um ponto de introdução, outros denominados “Da maldição do trabalho ao desespero do desemprego”; “A expansão sem fronteiras do capitalismo”; “O sindicalismo frente ao neoliberalismo” “As urgentes alterações estatutárias”; “Conclusões finais e propostas”.

Diante de toda a tese encontramos um ponto que é mencionado a questão da mulher. Em um debate sobre a campanha salarial de 1997, os autores colocam que a única forma de pressionar o governo para atender as demandas da categoria é através da luta, das mobilizações e das greves. No entanto, durante a campanha salarial de 1997, percebeu-se um abismo entre a direção e a categoria devido as grandes perdas das propostas feitas pela Direção Estadual. Em assembleia, esta propôs o desconto de 1% para fundo da greve, mesmo a direção tendo se colocado contrária a greve e a redução da carga horária. Um dos diretores estaduais tentou justificar “em nome da defesa das mulheres que conduziam a assembleia”. Neste ponto, os autores da tese destacam que questões voltadas “aos direitos da mulher, machismo e democracia só tem sentido de serem discutidas diante de situações práticas, como a ocorrida na assembleia” (CADERNO DE TESES, 1997, P. 35).

Ao realizar a leitura do restante do documento, não encontramos um plano de ação ou propostas para discutir a questão da mulher ou que seja explicitado com maior clareza o entendimento dos autores da tese quando dizem que “os direitos da mulher só têm sentido se forem discutidos diante de situações práticas”.

Por último, neste 4º Congresso temos a apresentação de três textos. O primeiro contendo as “Propostas do Coletivo Anti-Racismo do Sind-UTE para o 4º Congresso”, o segundo sobre “Gênero e Educação”, elaborado pelo Coletivo de Mulheres do Sind-UTE/MG, e o terceiro texto sobre “Saúde do/a Trabalhador/a”.

O texto “Gênero e educação” traz uma discussão sobre o papel da mulher na sociedade com dados que mostram a desigualdade existente entre os sexos, principalmente ao que se refere ao mercado de trabalho. As mulheres ocuparam postos no mercado de trabalho, no entanto, a

divisão sexual está presente na forma de incorporação, uma vez que concentram em atividades de serviço, como domésticas, vendedoras, balconistas, costureiras, etc.). Destacamos do texto a abordagem específica sobre a categoria docente em que verifica-se o salário igual para função igual, no entanto, “ainda existe a desigualdade salarial à medida em que os salários são pagos conforme as séries de ensino, onde às series iniciais correspondem os mais baixos salários e, aí se concentra o maior número de mulheres” (CADERNO DE TESES, 1997, p. 40).

São apresentadas as propostas aprovadas no I Encontro de Mulheres do Sind-UTE/MG. Entende-se que o coletivo cumpre o papel de garantir o posicionamento político que as questões das mulheres devem ter neste sindicato e atender suas demandas, para isso propõem

*Realização de um seminário sobre “Saúde e Trabalho na Educação”, no primeiro semestre de 1998

*Realizar debates nas escolas, com a comunidade escolar, sobre as Reformas Educacionais.

*Discutir as reformas de FHC (educacional, previdenciária, administrativa) e os impactos que elas têm sobre as mulheres.

*Abrir debate com a sociedade sobre o processo de feminização da pobreza.

*Discutir a saúde no trabalho, considerando os impactos sobre as mulheres trabalhadoras em educação.

*Romper com a hierarquia, principalmente na mídia, em que só os homens falam.

*Discutir a violência emocional na política sindical.

*Incorporar na política do Sind-UTE: orientação sexual, saúde do/a trabalhador/a em educação, feminização da pobreza, violência, terceira idade, gravidez na adolescência, direitos reprodutivos, debate sobre frente ampla e frente classista. (CADERNO DE TESES, 1997, p. 40)

3.2.5 – 5º Congresso do Sindicato Único dos Trabalhadores em Educação de Minas Gerais – Congresso Dom Helder Câmara – Araxá 1999

Um dos meus anseios de chegar ao infinito é a esperança de que, ao menos lá, as paralelas se encontrem.
(Dom Helder Câmara)

O quinto congresso homenageou “Dom Helder Câmara” e em suas palavras buscaram inspiração para a execução do evento. Realizado na cidade de Araxá, em 1999, diante de um momento de muitos desafios e impasses para todos os trabalhadores, como a “reestruturação produtiva”, “integração de mercados”, “mudanças nas relações trabalhistas”, “reforma da previdência” (CADERNO DE TESES, 1999).

A primeira tese “20 anos de luta construindo a cidadania”, foi elaborada pela Articulação Sindical e Apoiadores. Trazem um ponto sobre a conjuntura internacional, nacional e estadual. Em seguida discutem sobre os itens “Político-educacional”, “Municipalização, financiamento e flexibilidade pedagógica no ensino fundamental”, “Educação básica: outros níveis, mais desafios”, “A reestruturação do ensino médio”, “Por uma educação integral e inclusiva”, “Em defesa do quadro único da educação”, “Reformas educacionais e formação docente”, “Mudanças estatutárias”, “Plano de Lutas”, “Lutas específicas da educação”. Percebemos que nesta tese, não há menção específica sobre as mulheres trabalhadoras em educação.

A tese de número dois foi proposta pelo Movimento de Oposição: um compromisso com a categoria e com a democracia, intitulada “Por um Sind-UTE democrático, de luta e organizado pela base”. É exposto um ponto sobre a conjuntura internacional, nacional e mineira. Após, debatem sobre a “estrutura sindical”, “educacional”, e um “plano de lutas”. Neste ponto, propõem combater o racismo e o sexismo e investir na Marcha Mundial de Mulheres que acontecerá no ano de 2000.

Neste congresso foram propostas duas teses e nove textos. O primeiro texto discute “Gênero e Educação” e foi elaborado pela diretoria estadual. São apresentados elementos que perpassam as ações educacionais e pedagógicas em torno de gênero e a importância de discutir gênero na educação visando a formação do sujeito. É colocado como desafio do Sind-UTE “desenvolver uma política de gênero capaz de dar visibilidade as questões que o tema propõe na perspectiva de formar sua militância para intervir nesta discussão, no debate pedagógico, sindical e social” (CADERNO DE TESES, 1999, p. 38).

O movimento sindical pode contribuir para a desconstrução dos conceitos, símbolos e imagens que são criadas em torno da figura feminina e masculina, ao assumir o debate de gênero em seu interior. Para isso, torna-se necessário que esteja articulado com as políticas de gênero da CUT e da CNTE, participando das comissões, debates, processo de formação, produção e elaboração de documentos, material pedagógico e políticas para a discussão de gênero. Sugerem que

O Sind-UTE deve se organizar para preparar um grande evento no dia 08 de março/ 2000 pautando a discussão de gênero na sua Campanha Salarial/Educacional e dando a este evento um caráter de lutas pela qualidade da Educação, procurando estabelecer um debate com a sociedade sobre a valorização das mulheres trabalhadoras em educação enquanto responsáveis pela história desta categoria, que com garra, luta, sonho e ousadia sempre trabalhou na perspectiva de elaborar políticas alternativas para a educação, dando grande contribuição à sociedade no que refere à evolução das

discussões e debates sobre educação pública de qualidade e cidadania para homens e mulheres (CADERNO DE TESES, 1999, p. 39 grifo nosso)

Em seguida, é apresentado um ponto contendo as propostas dos autores, em que traçam uma série de ações formativas para o quadro sindical (não específico para as mulheres) em conjunto com a CUT e CNTE, como “Curso de Formação para Dirigentes Sindicais”, “Formação de Formadores do Sind-UTE”, “Formação Político Pedagógica – Sindical”, “Elaboração de Projetos de Formação sócio profissional”, entre outros.

Os demais textos desta tese discutem sobre a “Saúde do Trabalhador”, “Direitos da Criança e do Adolescente: legislação avançada versus filantropia e privatização no atendimento”, “O Fundef em Minas Gerais”, “Luta contra o racismo”, “Das décadas de anistia às práticas pedagógicas seculares”, “Capitalismo rima com racismo”, “LDB9394/96- Uma legislação educacional a serviço do projeto neoliberal” e por último o texto “Fim do genocídio em Timor Lorosae e reconhecimento imediato de sua independência”.

3.2.6 – 6º Congresso do Sindicato Único dos Trabalhadores em Educação de Minas Gerais – Congresso Patativa do Assaré – Governador Valadares 2003

*Esclarecendo as razões
Suas reivindicações
Por uma democracia
De direito e garantia
Lutando de mais a mais
São estes os belos planos
Pois nos direitos humanos
Nós todos somos iguais!*
(Patativa do Assaré – O operário e o agregado)

O 6º Congresso do Sind-UTE realizado na cidade de Governador Valadares em 2003, homenageou o poeta popular, compositor, cantor e improvisador Antônio Gonçalves da Silva, mais conhecido como Patativa do Assaré. Após um ano de sua morte, que ocorreu em 2002, sua obra permanece atual para a discussão de classe. No trecho da epígrafe “O operário e o agregado” é possível perceber seu engajamento social e político em torno do homem do campo e da cidade, sendo que a saída para sua condição de exploração do trabalho é a união, como apresentado em outro trecho da mesma poesia “Camponeses, meus irmãos, / E operários da

cidade, / É preciso dar as mãos/ E gritar por liberdade”, remete a famosa frase de Marx “trabalhadores do mundo uni-vos”.

A Tese 1, assim denominada, é apresentada pela Articulação Sindical e Simpatizantes. Trazem os pontos de discussão sobre: “Análise da Conjuntura”, “Conjuntura Mineira”, “Um olhar sobre as políticas educacionais dos anos 90”, “Criança e adolescente”, “Balanço”, “Políticas Permanentes”, “Plano de Lutas” e “Mudanças Estatutárias”.

No item “Políticas Permanentes” há um ponto específico sobre Gênero, onde é apresentado, a partir de um recorte histórico, elementos que colocam a mulher em condições de desigualdade em relação ao homem, seja na esfera social, do trabalho ou no âmbito doméstico. São traçados os seguintes planos de lutas voltadas para o Gênero

Aprofundar o debate sobre saúde da mulher e lutar pela garantia de atendimento especializado à saúde da mulher.
Participar da luta contra exploração sexual de meninas, contribuindo na mobilização da sociedade para defesa e promoção de seus direitos.
Comprometer-se com a luta pela ampliação dos direitos das mulheres, na legislação previdenciária.
Constituir coletivos de trabalho para contribuir na implementação e proposição de políticas de gênero, buscando ampliar relações com outros setores da sociedade na perspectiva de aumentar o debate sobre estas políticas e fortalece-las nas lutas do Sindicato. (CADERNO DE TESES, 2003, p. 17)

A segunda tese “Um Sind-UTE democrático e de lutas”, foi escrita por Consolação Rocha (Belo Horizonte) e Neivaldo (Uberlândia). Abordam os seguintes itens “Estratégia – os caminhos do Sind-UTE e do Movimento Sindical”, “Estrutura e Organização do Sind-UTE”, “Balanço da Diretoria Estadual”, “Políticas Permanentes”, “Internacional – a educação, a guerra e o imperialismo”, “Nacional- a educação no governo Lula”, “Minas – Aécio é o pior para Minas”. No ponto Políticas Permanentes há uma passagem específica sobre Gênero.

É pontuado a necessidade de rearticular o debate de gênero na categoria. Discute-se sobre o papel da mulher na sociedade e na educação, principalmente o trabalho da mulher nos anos iniciais de ensino, as chamadas “professoras primárias”, cuja função segue vista como uma extensão da maternidade. É debatida a reforma da previdência e o tempo que a mulher precisa trabalhar para ter o direito à aposentadoria. Há uma defesa de 25 anos de contribuição para as mulheres e 30 para os homens, que até então era de 30 anos de contribuição para as mulheres e 35 para homens. Ainda pontuam que “isso exigirá inclusive uma articulação nacional da categoria e, sendo necessário, uma greve contra o governo Lula. É inadmissível que

o governo do povo retire direitos do povo” (CADERNO DE TESES, 2003, p. 25). No final do ano de 2003 foi aprovada a reforma da previdência pelo governo Lula¹¹.

Os autores destacam a necessidade de incorporação efetiva do corte de gênero nas lutas da categoria, para isso propõem a rearticulação do Coletivo de Mulheres do Sind-UTE/MG. Entendem que o Coletivo

deve ser um espaço de encontro para, a partir da discussão sobre o nosso cotidiano, a sexualidade, a saúde, as relações afetivas, façamos uma reflexão sobre como enquanto educadoras e educadores estamos sendo ou não agentes de reprodutoras/es do machismo na escola. Além disso, esse espaço é fundamental para garantir o avanço organizativo das mulheres dentro do sindicato. Esse deve ser um espaço de formação, informação, e socialização de vivências contribuindo para o crescimento político e pessoal de suas participantes. (CADERNO DE TESES, 2003, p. 25)

De acordo com Mirla Cisne (2014) a consciência em si é um processo que se desenvolve de duas formas. Na primeira, é um fase da “revolta”, em que o indivíduo percebe as situações de injustiça e passa por uma crise ideológica. Na segunda forma de consciência, “consciência em si” ou “consciência da reivindicação”, o indivíduo deixa de pensar no contexto meramente individual passando a para a dimensão coletiva. Por isso, destacamos a importância do Coletivo de Mulheres do Sind-UTE, uma vez que as mulheres estando organizadas em grupo tomam consciência de sua condição, se reconhecendo a partir do outro e manifestam essa forma de consciência. Apesar de que essa tomada de consciência em si não representa a consciência de classe, ou seja, se limita a reivindicações mais imediatas do que uma mudança estrutural.

A tese de número 3 “Teses do MEP – Movimento pela Educação Popular” traz pontos sobre a “Situação Internacional”, a “Situação Nacional e Estadual”, “A crise da Educação”, “Estrutura”, “Balanço”, e “Plano de Lutas”. Não há menção específica sobre as mulheres trabalhadoras em educação.

A quarta tese “Por um Sind-UTE de luta, democrático, e independente dos governos”, foi elaborada pelo MTS, Movimento por uma Tendência Socialista. Debatem sobre a conjuntura internacional, nacional, estadual e municipal. Em seguida, traçam um apanhado sobre a conjuntura educacional, um balanço da diretoria, um ponto sobre a estrutura sindical e por último as políticas sociais. Neste, é abordado a questão da mulher trabalhadora de forma a

¹¹ Ver MARQUES, Rosa Maria; MENDES, Áquilas. O governo Lula e a contra-reforma previdenciária. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-88392004000300002

manter a funcionalidade do Coletivo de Mulheres do Sind-UTE, assim são expostas as seguintes bandeiras para o movimento de mulheres

Manutenção da licença maternidade que foi alvo de ataques no governo FHC e continua sendo discutida na reforma trabalhista do governo Lula.

Direito à creche: atualmente mais de 30% das mulheres cuidam da família sozinha ao mesmo tempo que garantem o sustento dos filhos ainda são penalizadas pela ausência de políticas públicas que se destinam a garantir que os filhos das trabalhadoras tenham os cuidados necessários. O estado tem a obrigação de cuidar dos filhos de todas as mulheres trabalhadoras, garantindo-lhes conforto, segurança e educação.

Acesso aos meios contraceptivos e conhecimentos sobre a reprodução humana devem ser garantidos às mulheres para que possam decidir sobre a sua vida reprodutiva.

Legalização do aborto; o direito à maternidade é poder ter um filho e criá-lo com dignidade. Para isso precisamos de trabalho, creche, escola, hospitais, etc. Diante disso, milhares de mulheres no Brasil decidem fazer o aborto. O aborto realizado pelas mulheres pobres do país quase sempre é feito sem condições de higiene e segurança necessárias. O resultado disso é que centenas de mulheres morrem por ano, vítimas da falta de recursos para a realização destes abortos.

O aborto tem que ser tratado no Brasil como questão de saúde pública e para tanto deve ser legalizado e receber verbas para o desenvolvimento de programas.

Pela dignidade da mulher: contra a violência sexual, física e emocional. Contra o assédio sexual e a prostituição infantil. (CADERNO DE TESES, 2003, p. 52)

Do ponto de vista da elaboração, são propostas bem elencadas que contribuem para minimizar situações de opressão vividas pelas mulheres. Na sociedade patriarcal machista, as mulheres são responsabilizadas pelos cuidados com os filhos e, principalmente, a falta de creches dificulta sua inserção no mercado de trabalho e participação social política.

A tese de número 5 foi proposta pela Corrente Sindical Classista¹² – organizar para mudar. São elencados pontos sobre “Conjuntura Internacional”, “Conjuntura Nacional”, “Conjuntura Estadual”, “Política Educacional”, “Balanço Político e Administrativo”, “Políticas Permanentes”, “Propostas” e “Plano de Lutas”. No item sobre Políticas Permanentes, debatem sobre as “Questões de Gênero”.

Pontuam que o ambiente educacional é permeado de visões preconceituosas e há a reprodução das desigualdades sociais. Ao longo da história a educação foi um espaço destinado aos homens, no entanto, através de muita luta a mulher conquistou o seu espaço na sociedade.

¹² De acordo com a tese apresentada, não foi possível identificar quais partidos ou pessoas compõem a Corrente Sindical Classista.

Mas esse espaço educacional precisa ser revisto e repensado a ponto de educar as crianças e jovens para a igualdade entre os sexos, uma vez que a escola ainda é carregada de concepções machistas. Em relação a participação das mulheres no sindicato, destacam que a maioria dos diretores são homens e que muitas delas percebem essa participação como uma terceira jornada não estando convencidas de sua importância na militância. Fazem a defesa da participação das mulheres no sindicato como sendo “um referencial de descobertas, questionamentos, e crescimento político”. A partir da participação das mulheres no sindicato algumas conquistas foram atingidas como

Garantia da cota mínima de 30% nas instâncias da direção nacional, estadual e regional da CUT; inclusão na pauta reivindicatória da categoria de questões de gênero; publicações de revistas, jornais e boletins específicos; campanhas por creches, pela Cidadania, Igualdade de Oportunidades na vida, no trabalho e no movimento sindical; lutas denunciando as violências contra as mulheres; participação em congressos, conferências, marchas nacionais e internacionais. (CADERNO DE TESES, 2003, p. 62)

Propõem que “os trabalhadores de ensino devem ser o instrumento de transformação e superação da desigualdade de gênero” (CADERNO DE TESES, 2003, p. 62)

A sexta e última tese foi proposta pela Unidade Classista e traz um debate sobre a “Conjuntura Internacional”, “Conjuntura Nacional”, “Conjuntura Mineira”, “Conjuntura Educacional”, “Balanço” “Plano de Lutas” e “Estrutura”. Assim como outras teses, esta também não relaciona um ponto específico sobre a mulher trabalhadora.

3.2.7 – 7º Congresso do Sindicato Único dos Trabalhadores em Educação de Minas Gerais – Congresso Barbosa Lima Sobrinho – Belo Horizonte 2006

O 7º Congresso do Sind-UTE foi realizado em 2006 na capital mineira. Esta edição homenageou o jornalista Barbosa Lima Sobrinho e teve como tema “Educação, democracia e liberdade”.

A primeira tese apresentada ao Congresso, foi elaborada pela Articulação Sindical e Simpatizantes, intitulada “Avançar na Luta e Mobilização”. Trazem um ponto sobre a Conjuntura Internacional, Conjuntura Nacional, Conjuntura Mineira, Política Educacional, Políticas Permanentes, Balanço, Plano de Lutas e Mudanças Estatutárias.

Sobre a questão de gênero apresentada no Ponto de Políticas Permanentes é abordado que a educação tem um papel fundamental na luta contra todo tipo de opressão. Destacam a constituição majoritariamente feminina da categoria e os avanços que obtiveram ao longo do século, sendo ainda necessário lutar, pois sofrem mais os efeitos das “transformações produtivas e da flexibilização das relações de trabalho, o que amplia sua participação no mercado informal” (CADERNO DE TESES, 2006, p. 13), tendo dupla ou tripla jornada de trabalho para conciliar trabalho remunerado, o trabalho doméstico e o cuidado com as crianças.

Os autores da tese colocam que o grande desafio do movimento sindical é refletir acerca da crescente feminização da pobreza a fim de formular estratégias de ação. Para isso propõem

Desenvolvimento de ações efetivas que visem a valorização e a profissionalização do trabalho feminino, tornando o mercado de trabalho menos excludente, garantindo um salário igual para trabalho igual e a eliminação das situações de discriminação referentes à educação, saúde e violência que atingem as mulheres.

A questão de gênero deve também estar contida em todo o processo educacional, desde a definição das políticas educacionais nos diversos níveis de governo até a escola no seu plano político pedagógico com metas e ações abrangendo toda a comunidade escolar. A escola deve incorporar em suas práticas educativas, iniciativas que introduzam conscientemente a visão emancipacionista da mulher e que visem combater todas as discriminações e opressões de classe, gênero, geração, e raça/etnia, a fim de construirmos relações sociais justas e igualitárias. (CADERNO DE TESES, 2006, p 14)

A tese de número 2 é assinada pela Corrente Sindical Classista e traz pontos sobre a “Conjuntura Internacional”, a “Conjuntura Nacional”, a “Questão da Educação”, a “Conjuntura Mineira”, as “Políticas Permanentes” e um “Plano de Lutas”. No item Políticas Permanentes, discutem a questão de gênero, percebendo que houve um avanço para as mulheres, mas ainda prevalecem em situação de subordinação, discriminação e opressão.

A desigualdade vivida pelas mulheres pode ser percebida nos diferentes locais de atuação, como casa, trabalho e nas relações afetivas. “Ao mesmo tempo que coloca a mulher em condição de submissa, servas dos homens e do lar, a sociedade impõe-lhe o papel de chefe de família, responsável pela subsistência” (CADERNO DE TESES, 2006, p. 34).

Atentam também para o fato da categoria ser majoritária feminina, o que torna imprescindível o sindicato estar aberto para as questões específicas sobre a mulher. Enquanto educadores podem rever as práticas pedagógicas e ações do cotidiano escolar que visem a desconstrução das atitudes discriminatórias. A sala de aula pode representar um espaço de luta

contra a opressão impedindo que práticas e concepções machistas sejam reproduzidas. Desta forma propõem

Preparar educadoras e educadores para discutir gênero nas escolas;
Proporcionar oportunidade de aproximação entre os movimentos organizados de mulheres, como por exemplo: lavanderias e restaurantes públicos;
Lutar pela Escola de tempo integral e pelo atendimento em creches públicas de qualidade para todas as crianças;
Denunciar e divulgar a violência. Assim como divulgar serviços de proteção a mulher violentada e as Delegacias de Mulheres existentes em nosso Estado. É preciso lutar para ampliar o número das já existentes. (CADERNO DE TESES, 2006, p. 34)

Percebemos que a Corrente Sindical Classista faz uma discussão da mulher em torno dos avanços obtidos ao longo do tempo, no entanto, esses avanços ainda não representam, de fato, o fim da discriminação. Não apresentam propostas práticas, apenas levantam as bandeiras.

A terceira tese foi proposta pelo Movimento pela Educação Popular. Discutem sobre “A Situação Internacional”, “A Situação Nacional”, “A Crise da Educação”, “Estrutura”, “Balanço”, e “Plano de Lutas”. Não há um ponto específico sobre mulheres ou gênero.

A quarta tese elaborada pelo Movimento de Oposição Muda Sind-UTE traz um ponto a respeito da “Conjuntura Internacional”, “Conjuntura Nacional”, “Conjuntura Estadual”, “Políticas Permanentes”, “Plano de Lutas” e “Propostas de alterações estatutárias”. No item sobre Políticas Permanentes debatem “Contra a opressão de Gênero, Etnia e a exploração de classe”.

A tese produzida pelo Movimento de Oposição Muda Sind-UTE discute a mulher na perspectiva voltada para o mercado de trabalho, e principalmente na função docente. São apresentados dados justificando a maior concentração de força de trabalho na educação infantil (94,8%) em que se tem maior desvalorização profissional e maior precarização. No ensino fundamental esses números (92,6%) também são altos, em contrapartida ao ensino superior (40,8%) onde são minoria e há maior prestígio social e valorização do trabalho.

De acordo com a tese, as mulheres lutam não apenas contra a opressão e igualdade entre sexos, mas “fundamentalmente combatendo o capitalismo que sobrevive da fome, da pobreza, da opressão, do racismo, do machismo, da homofobia” (CADERNO DE TESES, 2006, p. 75). Elas representam as principais vítimas da pobreza, dos baixos salários, da falta de políticas públicas, da maior exploração. Enfim, elas sofrem ainda mais a opressão, isso sem mencionar as mulheres negras!

A proposta feita é o combate aos “mecanismos de divisão que os capitalistas introduzem” para decompor a classe. Desta forma, há a necessidade do movimento sindical pensar em uma “política de formação com corte étnico/racial e de gênero, através de

- Campanhas de combate à violência sexista
- Contra a impunidade dos crimes praticados contra as mulheres
- Combate à homofobia
- Campanhas pelo direito à saúde pública, com assistência integral à saúde da mulher
- Campanhas de esclarecimento sobre assédio moral
- Direito ao aborto em hospitais públicos
- Acesso a métodos contraceptivos gratuitos e a tratamento de fertilização
- Defesa da união civil homossexual com extensão dos benefícios previdenciários aos casais
- Campanha Nacional pelas ações afirmativas e pelas cotas para negros/ as nas universidades públicas e no serviço público (de acordo com o percentual de cada região)
- Contra o trabalho infantil e a redução da maioridade penal
- Retirada de materiais didáticos com teor discriminatório
- Liberdade imediata para Mumi Abu Jamal
- Obrigatoriedade da disciplina História da África nos cursos superiores
- Seminário Nacional sobre ações afirmativas e a Lei 10.639/03
- Distribuição gratuita de preservativos nas escolas públicas estaduais
- Condições de Trabalho e Saúde
- Liberdade para Olivero Medina (Militante das FARC-EP) (CADERNO DE TESES, 2006, p. 75-76)

Com isso, chegamos ao término da questão específica sobre a mulher trabalhadora em educação presente no caderno de teses do 7º Congresso do Sind-UTE. Percebe-se que os integrantes do Movimento de Oposição Muda Sind-UTE fizeram uma série de propostas, principalmente relacionadas às campanhas. E com isso, percebe-se um certo avanço na discussão sobre a temática proposta.

3.2.8 – 8º Congresso do Sindicato Único dos Trabalhadores em Educação de Minas Gerais – Poços de Caldas 2009

O 8º Congresso do Sindicato Único dos Trabalhadores em Educação de Minas Gerais, aconteceu em 2009 na cidade de Poços de Caldas. Diferentemente dos demais congressos, nesse tivemos acesso apenas ao material disponibilizado digitalmente¹³ por meio do Google Drive.

¹³ Em visita ao campo (Sede Central do Sind-UTE/MG, situada em Belo Horizonte) no ano de 2015 expliquei as intenções da pesquisa e o material que eu precisava. Foi criada uma pasta no Google Drive onde foi alimentada

Assim, o caderno de teses se inicia com a tese de número 2, tornando-se inviável sabermos se foi numerado errado ou se faltou anexar a tese 1.

A “primeira tese” numerada como tese 2 foi produzida pela professora Regina Mendes de Araújo, intitulada “Um olhar sobre as diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnicas – raciais e o ensino de história e cultura Afro- brasileira e africana na sala de aula”. Neste trabalho, a autora apresenta uma “reflexão acerca das políticas públicas educacionais que buscam garantir o estudo da presença do negro no passado e no cotidiano brasileiro” (CADERNO DE TESES, 2009, p. 3). Para isso, faz uma abordagem teórica passando pelas questões do eurocentrismo, a formação de professores, o negro na escola e as políticas educacionais.

A “segunda tese” numerada como tese 3 “Em defesa de um sindicato democrático, independente, e classista” foi proposta pelo Movimento de Oposição Muda Sind-UTE. Na introdução o movimento coloca a importância de existência de um sindicato combativo e democrático, algo que a Articulação Sindical/PT, atual diretoria, não tem dado conta de fazer, não respondendo aos ataques à categoria, para tanto defendem a proporcionalidade na direção do sindicato e se colocam a disposição para fazer a mudança, com o lema “Muda-SindUTE. Para quê? PRA LUTAR E VENCER!!!”

Nela são apresentadas um ponto sobre “Conjuntura Internacional”, “Conjuntura Nacional”, “Política Educacional”, “Balanço”, “Estrutura e Organização Sindical”, “Políticas Permanentes” e “Plano de Lutas”.

No item sobre Políticas Permanentes é debatida a questão da mulher, contendo dados do IBGE que afirmam que em momentos de crise as mulheres são as que mais sofrem com o desemprego. Trazem também, um estudo realizado pela ONU que avaliou a participação das mulheres no mercado de trabalho e a diferença salarial entre homens e mulheres em 179 países. Constataram que, no Brasil, elas recebem em média 56% do rendimento dos homens e ocupam postos de trabalho temporários, precarizados e em momentos de crise são as primeiras a serem demitidas. Em relação a educação, discutem sobre a feminização do magistério, pontuando que esta função representa uma extensão da maternidade, sendo um dos motivos que explicam a desvalorização do trabalho docente.

Apresentam os dados de uma pesquisa do IPEA comparando que enquanto um “homem branco recebe, em média R\$ 934.00, uma mulher branca ganha R\$ 633.30, um homem negro

com os documentos necessários para o desenvolvimento do trabalho. Assim, as teses do 8º, resoluções do 9º e 10º Congresso foram obtidas por meio desta plataforma.

tem o salário de R.\$ 458.90 e uma mulher negra recebe apenas R\$325.40” (CADERNO DE TESES, 2009, p. 40). Além dos problemas relacionados a desigualdade salarial e racial, as mulheres vivenciam o problema da falta de vagas em creches públicas, uma vez que é crescente o número de mulheres chefes de família necessitando de um lugar para deixar os filhos enquanto precisam trabalhar fora. Diante da discussão da situação das mulheres trabalhadoras, o Movimento Muda Sind-UTE, apresenta as seguintes propostas ao congresso

1. - Fazer parte da luta por salário igual para trabalho igual.
2. - Pelo fim da dupla jornada de trabalho;
3. - Pela efetivação dos trabalhadores terceirizados e designados, cuja maioria são mulheres.
4. - Pela imediata aplicação da licença maternidade de 6 meses para trabalhadoras públicas e da iniciativa privada obrigatória e sem isenção fiscal.
5. - Creches em período integral para todas(os).
6. - Pelo fim da violência contra as mulheres.
7. - Pela reativação do coletivo de mulheres do Sind-Ute.
8. - Pela descriminalização e legalização do aborto, com atendimento gratuito na rede pública de saúde.
9. - Pelo direito à maternidade, com garantia do salário maternidade para todas, independente de estarem empregadas ou não.
10. - Construção de centros públicos de atendimento à mulher.
11. - Construção de centros de atendimento à mulher do Ipsemg. (CADERNO DE TESES, 2009, p. 40-41)

A terceira tese, numerada como número 4, foi proposta pelo Núcleo de Base Sind-UTE/MG da Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB), intitulada “Por um sindicalismo classista, democrático e de luta. Por uma educação pública e de qualidade e pela valorização do/a trabalhador/a de educação”. É debatido sobre a “Conjuntura Internacional”, “Conjuntura Nacional”, “Conjuntura Sindical”, “Conjuntura Mineira”, “Conjuntura Educacional”, “Políticas Permanentes”, “Balanço Político e Organizativo”, e “Plano de Lutas”.

No item Políticas Permanentes, há um ponto sobre a “Luta emancipacionista das mulheres” indicando um possível avanço devido a maior participação no mercado de trabalho, no parlamento, nos movimentos sociais e sindicais. Em contrapartida, mostram a necessidade de avançar mais, pois são vítimas de violência, assédio sexual e moral. No próprio movimento sindical sofrem com a violência, “cuja prática continua machista, salvo honrosas exceções. A segregação, o assédio moral e sexual, o desrespeito às opiniões, o alijamento do poder de decisão, a delegação de tarefas secundárias” (CADERNO DE TESES, 2009, p. 68), são exemplos das situações discriminatórias vividas por elas. Dada a esse realidade, propõem que

o sindicato combata “com vigor e coragem esta prática nas entidades sindicais, com um trabalho educativo e intensivo” (CADERNO DE TESES, 2009, p. 68).

Em seguida, discutem a questão do aborto, em que muitas mulheres morrem e que deve ser entendido como problema de saúde pública. Propõem a defesa da “descriminalização e legalização do aborto para evitar o grande número de mulheres que morrem ao fazer o aborto sem os recursos necessários, pois quem tem dinheiro faz em clínicas” (CADERNO DE TESES, 2009, p. 69)

3.2.9 – 9º Congresso do Sindicato Único dos Trabalhadores em Educação de Minas Gerais – Araxá 2012

O 9º Congresso do Sindicato Único dos Trabalhadores em Educação de Minas Gerais, foi realizado na cidade de Araxá em 2012. Neste Congresso surge um particularidade em relação aos anos anteriores. Até o 8º Congresso, foram publicadas as teses e resoluções. A partir deste, as teses foram substituídas pelas resoluções. Portanto, nossa pesquisa passará a analisar as resoluções publicadas. Em informativos encontrados no site do Sind-UTE/MG sobre a “Elaboração de Resoluções para o 9º Congresso” é colocado que conforme deliberação do Conselho Geral o desenvolvimento dos trabalhos será feito através da apresentação de Resoluções, em substituição à metodologia de teses.

A primeira proposta de resolução “Uma contribuição para o fortalecimento do Sind-UTE e de toda a classe trabalhadora” foi apresentada pela Consulta Popular e Simpatizantes. São colocados pontos de análise da conjuntura internacional, nacional e mineira. Um ponto sobre a Política Educacional, Políticas Permanentes, Balanço Político e Plano de Lutas. Em políticas permanentes é abordada a questão de gênero, mostrando que as mulheres além de enfrentar a exploração do capital enfrentam também a divisão sexual do trabalho. Explica-se a origem da opressão à mulher com base no patriarcalismo. Para os autores da tese,

Nesse sistema o poder do homem é construído em detrimento do da mulher, estabelecendo relações de hierarquia e desigualdade de gênero. Por funcionar como um sistema que se reproduz material e ideologicamente, o patriarcado é reproduzido independente da presença do gênero masculino. A origem do patriarcado data da origem da propriedade privada. O controle do corpo e da vida das mulheres, a dominação masculina veio a atender dois interesses. Primeiro, a garantia de controle da prole, o que significava mais força de trabalho e, portanto, mais possibilidade de produção de riqueza. Segundo, e em decorrência do primeiro, garantir que os filhos seriam seus herdeiros,

assegurando aos homens, detentores da propriedade privada, a perpetuação desta por meio da herança. A divisão sexual do trabalho é uma das grandes determinações da desigualdade de gênero e da exploração da mulher. Ela se baseia em dois princípios organizadores: o princípio da separação (existem trabalhos de homens e de mulheres) e o princípio de hierarquização (um trabalho de homem "vale" mais do que um trabalho de mulher), ao mesmo tempo em que ocorre a apreensão pelos homens das funções de forte valor social agregado (políticas, religiosas, militares, etc.) [...] O patriarcado e racismo são anteriores ao capitalismo, mas este soube se apropriar dos primeiros, encontrando neles meios de intensificação de sua exploração sobre a classe trabalhadora. O patriarcado e o racismo são sistemas de dominação que, imbricados com o capitalismo, em uma relação dialética, compõem o sistema patriarcal-racista-capitalista em que vivemos. (CADERNO DE RESOLUÇÕES, 2012, p. 8-9)

Considerando que a categoria é majoritariamente feminina, propõem “lutar por salário digno, para se organizar enquanto educadoras. É preciso ajudar também a libertação da classe trabalhadora, uma vez que o nosso trabalho abrange muitos filhos desta classe”. (CADERNO DE RESOLUÇÕES, 2012, p. 9).

A segunda resolução “Fortalecer a luta pelo piso salarial e carreira” foi proposta pela Articulação Sindical, Esquerda Popular Socialista, Corrente Socialista Democrática, Simpatizantes e Independentes. Fazem uma contribuição à conjuntura internacional, nacional e mineira. Discutem a política educacional, as políticas permanentes, balanço da gestão da direção, plano de lutas e estrutura sindical.

No ponto sobre Políticas Permanentes abordam a questão de gênero, partindo do princípio de que as mulheres são as principais vítimas da pobreza, da ausência de políticas públicas e salário precário. Em contrapartida, contribuem economicamente com o mercado, representando 52,4% dos trabalhadores, mas continuam sendo o segmento mais explorado pelo capitalismo, isso sem mencionar as mulheres negras, que sofrem dupla opressão: de gênero e de raça. No que tange as trabalhadoras da educação, há uma série de problemas enfrentados pelas mulheres, principalmente as que são mães, para se manterem no emprego, como por exemplo a falta de vagas em creches e de políticas públicas voltadas para a primeira infância.

Os autores da proposta de resolução destacam que

em Minas Gerais a maioria dos trabalhadores em educação são mulheres, mães, são mantenedoras dos seus lares, sendo a grande força presente nas escolas mineiras em uma estrutura de governo sexista” (CADERNO DE RESOLUÇÕES, 2012, p. 17). Assim, diante dos dados indicam a busca pela “transformação e construção de uma sociedade com equidade de gênero sem passar pela educação, reconhecendo a discriminação, a desigualdade e violência que historicamente e socialmente estão submetidas às mulheres brasileiras. É preciso tratar desigualmente os desiguais buscando a justiça

social. É necessário garantir a inclusão e debate nas escolas e nos currículos das questões de gênero, etnia e orientação sexual, alterando a cultura educacional da discriminação. (CADERNO DE RESOLUÇÕES, 2012, p. 18-19).

A resolução de número 3 “Por um sindicalismo classista, democrático e de luta. Por uma educação pública e de qualidade e pela valorização do/a trabalhador/a de educação” foi proposta pela Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil. Trazem um ponto sobre Conjuntura Internacional, Nacional e Mineira, Política Educacional, Políticas Permanentes, Balanço Político e Plano de Lutas. No item Políticas Permanentes, debatem a “Luta emancipacionista das mulheres” discutindo que as mulheres constroem sua história junto com os homens, “rompem as cadeias de dominação e enfrenta o peso secular da exploração e opressão social, política, econômica, cultural e familiar” (CADERNO DE RESOLUÇÕES, 2012, p. 39). Em seguida, retomam a mesma discussão apresentada no Caderno de Teses do 8º Congresso.

A quarta proposta de resolução foi apresentada pelo Movimento Educação e Luta (MEL), “Unidade na Luta para Fortalecer o Sindicato e enfrentar Anastasia”. Trazem um ponto de Conjuntura Internacional, Nacional, Mineira, Política Educacional, Políticas Permanentes, Balanço, Plano de Lutas e Mudança Estatutárias.

No item sobre Políticas Permanentes, debatem a situação de opressões vivida pelas mulheres, negras e comunidade LGBTQTs (machismo, racismo e homofobia). A partir da análise do momento de recessão vivido devido à crise econômica mundial, aprofunda-se a exploração da classe trabalhadora com flexibilização dos direitos trabalhistas, rebaixamentos de salários, demissões, sendo os setores oprimidos os primeiros os maiores prejudicados. A partir dos dados de uma pesquisa da Secretaria de Trabalho e Desenvolvimento Social de 2011, comprovam a desigualdade salarial existentes entre homens e mulheres que desempenham uma mesma função. De acordo com a pesquisa, 61,7% dos cargos que exigem nível superior, são ocupados pelas mulheres, sendo que chegam a ganhar até 33% menos que os homens. “A situação da mulher negra ainda é pior; esta vem abaixo do homem branco, do homem negro e da mulher branca recebendo uma média salarial de 1,7 salários mínimos por mês” (CADERNO DE RESOLUÇÕES, 2012, p. 51)

Além da desigualdade salarial, as mulheres sofrem com o desemprego. O DIEESE apontou, segundo o documento analisado, que a taxa de desemprego foi de 8% para os homens e de 11% para as mulheres no ano de 2010. Sobre a situação atual da mulher trabalhadora em educação é colocado o seguinte

Na educação nada é diferente. Nossa categoria é um exemplo claro da super exploração que o capitalismo impõe à mulher. A educação foi historicamente construída como uma profissão feminina que passou a ser concebida como uma extensão da tarefa de cuidar dos filhos e este é um dos motivos que explicam a desvalorização do e da profissional da educação. Notem que quanto maior a proporção de mulheres, mais baixos são os salários. Entre as professoras e professores os salários mais baixos estão na educação infantil e nos anos iniciais do ensino fundamental, onde mais de 90 % dos trabalhadores são mulheres. Nos cursinhos pré - vestibulares e no 3º grau o número de homens aumenta consideravelmente assim como também aumenta o valor do salário. Mas não podemos nos esquecer que além do trabalho que executa fora de casa (precarizado e mal remunerado) a mulher trabalhadora ainda arca com o trabalho doméstico (invisível e não pago) que deve ser exercido em nome da "natureza, do amor e do dever materno". A falta de lavanderias, restaurantes, creches para as trabalhadoras e trabalhadores só faz aumentar os lucros dos patrões e governos além de aprofundar a opressão sobre as mulheres. No caso das creches principalmente, a situação é alarmante. A maioria das mulheres não têm acesso às creches públicas nem nos locais de trabalho; milhares de mulheres são obrigadas a deixar seus filhos sob os cuidados de parentes, muitas vezes outras mulheres da família que se encontram desempregadas, irmãos mais velhos ou vizinhas ou tem que abandonar o emprego. De acordo com dados divulgados pela fundação Abrinq, estima-se em 10 milhões o número de crianças de 0 a 3 anos que não tem acesso a creches e para que todas fossem atendidas seria necessário 12 mil unidades. As mulheres não têm garantidas as condições mínimas para cuidar dos filhos ao mesmo tempo em que o aborto no Brasil é criminalizado. Hoje, o aborto clandestino está entre as principais causas de morte de mulheres, principalmente, as pertencentes à classe trabalhadora, pobres e negras, que não possuem condições de pagar uma clínica clandestina. Aliás, o "negócio" do aborto é um dos mais lucrativos do país. Estima-se que a cada ano em nosso país 1 milhão morra vítima de procedimentos mal sucedidos. (CADERNO DE RESOLUÇÕES, 2012, p. 51-52. grifo nosso).

Destacamos dois pontos relacionados a situação da mulher trabalhadora. Primeiro ela é responsabilizada pelos afazeres domésticos e cuidados com os filhos. Em segundo, não há políticas públicas que garantam o acesso das crianças de 0 a 3 anos em creches. Então, a mulher vive cotidianamente a difícil tarefa de ser mãe e trabalhadora.

Assim, os autores da resolução, ao discutir a situação das mulheres trabalhadoras, entendem que a luta contra a opressão deve ter um caráter classista, formada por homens e mulheres, na luta por uma nova organização estrutural da sociedade, com base na emancipação humana: o socialismo. Ao 9º Congresso do Sind-UTE, propõem:

Ponto 23 - realização de campanhas permanentes pela conquista de direitos, contra a opressão e a exploração. Exigindo que se cumpra a convenção 111 da OIT contra a discriminação racial no mercado de trabalho, o artigo 68 da

constituição federal brasileira, que protege as terras dos povos nativos (quilombolas e indígenas).

Ponto 24 - Lutar contra a opressão machista

24.1 - Pelo aumento geral dos salários com equiparação salarial entre homens e mulheres, negros e brancos, LGBT's e heterossexuais - Campanha "Trabalho igual salário igual"

24.2 - Pelo fim da dupla jornada de trabalho;

24.3 - Pela efetivação dos trabalhadores terceirizados e designados, cuja maioria são mulheres.

24.4 - Pela imediata aplicação da licença maternidade de 6 meses para todas as trabalhadoras, sem isenção fiscal, rumo a 1 ano;

24.5- Creches em período integral para todos os filhos e filhas da classe trabalhadora;

24.6 - Pelo combate à violência contra as mulheres; ampliando os recursos para programas estatais, com a extensão e efetivação da lei Maria da Penha, ampliação das delegacias de mulheres e das casas abrigo.

24.7 - Pelo fim do assédio moral e sexual;

24.8 - Pela reativação do coletivo de mulheres do Sind-Ute.

24.9 - Pela descriminalização e legalização do aborto, com atendimento gratuito na rede pública de saúde.

24.10 - Pelo direito à maternidade, com garantia do salário maternidade para todas, independente de estarem empregadas ou não;

24.11 - Construção de centros públicos de atendimento à mulher;

24.12 - Construção de centros de atendimento à mulher do IPSENG. (CADERNO DE RESOLUÇÕES, 2012, p. 52).

A proposta de resolução de número 5 foi apresentada pelo Movimento Classista dos Trabalhadores em Educação Liga Operária. É exposto um ponto de conjuntura internacional, nacional e mineira. Em seguida discutem sobre Política Educacional, Balanço Político, Plano de Lutas e Estrutura Sindical. No Plano de Lutas, apresentam um tópico “Contra todo e qualquer tipo de discriminação contra os negros, as mulheres e indígenas” (CADERNO DE RESOLUÇÕES, 2012, p. 66), não havendo mais nenhuma menção específica às mulheres trabalhadoras.

A sexta e última proposta de resolução foi colocada pela Unidade Classista/Intersindical contendo itens sobre Conjuntura Internacional, Conjuntura Nacional, Conjuntura Estadual, Plano de Lutas, Balanço Político e Estrutura Sindical. Não é apontado um item específico contendo debate em torno da questão investigada.

3.2.10 – 10º Congresso do Sindicato Único dos Trabalhadores em Educação de Minas Gerais – Contagem 2015

O 10º Congresso do Sindicato Único dos Trabalhadores em Educação de Minas Gerais foi realizado em Contagem no ano de 2015, considerado o maior Congresso de sua história, homenageou o líder sindical Luiz Fernando Carceroni falecido em 2014, pelo destaque em sua luta, trabalho, esforço e dedicação em prol da educação pública de qualidade.

A primeira Resolução “Em mobilização pelo Pagamento do Piso Salarial e reconstrução da carreira”, foi proposta pela Articulação Sindical, Consulta Popular, Corrente Socialista e Democrática, Direção Estadual do Sind-UTE, Simpatizantes e Independentes. É apresentado um ponto de contribuição a conjuntura internacional, nacional e estadual. Em seguida debate-se sobre a Política Educacional e Políticas Permanentes, Balanço Político da Gestão 2012-2015, Plano de Lutas e Estrutura.

No item Política Educacional e Políticas Permanentes, debatem de forma superficial e geral a luta pelo fim das opressões. Apontam que o Brasil é um país marcado por preconceitos e discriminação, seja de gênero, raça ou orientação sexual, por isso, “não podemos colocar uma cortina de fumaça e tratar a discriminação e o preconceito como um todo”. Assim, propõem que “é importante que em nossos textos eles estejam discriminados, ou seja, que escrevamos, por extenso, quais são as principais formas de discriminação, de opressão e de preconceito que existem em nosso país” (CADERNO DE RESOLUÇÕES, 2015, p. 26).

No item Balanço da Gestão está apontado que o Sind-UTE realizou o 1º Encontro da Rede de Mulheres, sendo este um espaço para formulação e discussão de políticas públicas com perspectiva de gênero.

A segunda Proposta de Resolução foi apresentada pela Liga Operária / Moclate – Movimento Classista dos Trabalhadores em Educação. São apontados itens sobre a Conjuntura Internacional, Nacional e Mineira, Política Educacional, Balanço Político, Plano de Lutas, e Estrutura Sindical.

No Plano de Lutas é traçada a proposta de se posicionar “contra todo e qualquer tipo de discriminação contra os negros, as mulheres e indígenas” e a construção de “escola em tempo integral e construção de milhares de creches para os filhos e filhas da classe trabalhadora” (CADERNO DE RESOLUÇÕES, 2015, p. 26). Não há um ponto específico que discute a situação da mulher trabalhadora, contendo propostas e ações.

A terceira e última Resolução apresentada neste Congresso, foi proposta pelo Movimento Educação em Luta – CSP Conlutas Minas. Abordam a Conjuntura Internacional, Estadual e Mineira. Em seguida, discutem a Política Educacional, as Políticas Permanentes, Balanço Político, Plano de Lutas e Estrutura Sindical.

No item sobre Políticas Permanentes fazem um apanhado em torno dos diversos tipos de opressão existentes na sociedade capitalista. Como exemplo, citam os elevados casos de violência contra a mulher, as agressões sofridas pela comunidade LGBT's e a população negra que cotidianamente é exterminada nas periferias. Devido a essas situações, colocam a necessidade de políticas permanentes de luta contra o machismo, o racismo e a LGBTTfobia e que devem ser levadas para dentro da escola.

Especificamente sobre o combate ao machismo, nosso campo de estudo, é discutido a situação vivenciada pelas mulheres. A feminização do magistério foi acompanhada da desvalorização docente e hoje percebe-se maior concentração de mulheres na educação infantil e anos iniciais, postos de trabalho ainda mais precarizados e desvalorizados.

Pontuam que, atualmente, por meio da mídia ou do discurso do senso comum, muito tem se falado sobre os avanços das mulheres no mercado de trabalho, ocupando postos que até então eram destinados aos homens. No entanto, apesar destes pequenos avanços elas ainda continuam ganhando menos, são responsabilizadas pelos cuidados domésticos e dos filhos, exercem dupla ou tripla jornada de trabalho e ainda sofrem com a falta ou ineficiência de políticas públicas, como por exemplo creches públicas e licença maternidade.

De acordo com os autores da resolução, outra questão a se tratar no tema de mulheres é a violência, pois o Brasil é o 7º país que mais mata mulheres no mundo. A cada 02 horas uma mulher brasileira é morta pela violência machista; a cada 02 minutos 05 mulheres são espancadas e a cada 10 segundos uma mulher é vítima de estupro. Sabemos que a Lei Maria da Penha, apesar de um avanço no campo das leis, não recebe investimento necessário para sua aplicação, faltam casas abrigo, melhoria no atendimento nas delegacias de mulheres e uma política pública efetiva de acolhimento das mulheres vítimas de violência. É mencionada uma campanha desenvolvida pelo Movimento Mulheres em Luta (MML) filiado a CSP Conlutas, onde propõem que 1% do PIB seja destinado ao combate à violência contra a mulher.

Na escola, as mulheres também sofrem violência, uma vez que são vítimas de agressão verbal, assédio moral e sexual, precarização do trabalho e falta de estabilidade. As mulheres trabalhadoras juntamente com os homens são responsáveis para que a discussão sobre a violência seja debatida e enfrentada nas escolas. “Problematizar o machismo, desconstruir a

inferioridade da mulher e seu papel definido, negar materiais didáticos sexistas ou culpabilizar alunas pelas roupas que usam são maneiras de questionar a sociedade machista” (CADERNO DE RESOLUÇÕES, 2015, p. 37).

Pontuam sobre a importância de retomar o grupo de mulheres do Sind-UTE para que o debate seja constante. Após o debate acerca das diversas situações vivenciadas pela mulher em seu cotidiano, que a colocam em condições de inferioridade, o Movimento Educação em Luta propõem ao 10º Congresso:

- Por melhorias nos salários e igualdade de salários entre homens e mulheres. Contra o assédio moral e sexual nas escolas. Contra a terceirização das ASBs. Auto organização das mulheres; Pela reativação do coletivo de mulheres do Sind-Ute. Pela imediata aplicação da licença maternidade de 6 meses para todas as trabalhadoras, sem isenção fiscal, rumo a 1 ano. Creches em período integral para todos os filhos e filhas da classe trabalhadora; Pelo investimento de 1% do PIB para o combate à violência contra as mulheres; ampliando os recursos para programas estatais, com a extensão e efetivação da lei Maria da Penha, ampliação das delegacias de mulheres e das casas abrigo (CADERNO DE RESOLUÇÕES, 2015, p. 38).

No 10º Congresso percebemos a discussão presente em uma resolução, proposta pelo Movimento Educação em Luta. Com isso, chegamos ao término dos Congressos realizados pelo Sind-UTE.

Os dados encontrados nas Teses e Resoluções dos Congressos foram sistematizados na tabela abaixo,

TABELA 7: SISTEMATIZAÇÃO DAS TESES E RESOLUÇÕES DOS CONGRESSOS

CONGRESSO	NÚMERO	PROPOSTA POR	DEBATE ESPECÍFICO SOBRE A MULHER
I Congresso 1991	Tese 1	Sind-UTE para lutar	Sim
	Tese 2	Unidade Sindical e apoiadores	Não
	Tese 3	CUT pela Base	Não
	Tese 4	Convergência socialista sindical	Não
	Tese 5	Articulação no local de trabalho	Não
	Tese 6	Corrente Sindical classista	Não
II Congresso 1993	Tese 1	Articulação do Sind-UTE e apoiadores	Sim
	Tese 2	Professores da Rede estadual e municipal	Não
	Tese 3	Trabalhadores em educação do PSTU	Não
	Tese 4	Oposição ao Sind-UTE	Não

3º Congresso 1995	Tese 1	Diretoria estadual	Sim
	Tese 2	Movimento de oposição do Sind-UTE	Não
	Tese 3	Corrente Sindical Classista e Movimento de oposição do Sind-UTE	Não
4º Congresso 1997	Tese 1	Diretoria Estadual	Não
	Tese 2	Articulação sindical, simpatizantes e apoiadores	Sim
	Tese 3	Diretores do Sind-UTE	Não
	Tese 4	Alternativa Sindical Socialista	Não
	Tese 5	Movimento por uma tendência socialista	Sim
	Tese 6	Movimento Independente por uma Nova Pedagogia das Lutas	Não
	Texto	Gênero e Educação – Coletivo de Mulheres Sind-UTE/MG	Sim
5º Congresso 1999	Tese 1	Articulação Sindical e apoiadores	Não
	Tese 2	Movimento de Oposição: um compromisso com a categoria e com a democracia	Não
	Texto 1	Gênero e Educação – Diretoria Estadual	Sim
6º Congresso 2003	Tese 1	Articulação sindical e Simpatizantes	Sim
	Tese 2	Consolação Rocha e Neivaldo	Sim
	Tese 3	Teses do MEP – Movimento pela Educação Popular	Não
	Tese 4	Movimento por uma tendência socialista	Sim
	Tese 5	Corrente Sindical Classista	Sim
	Tese 6	Unidade Classista	Não
7º Congresso 2006	Tese 1	Articulação Sindical e Simpatizantes	Sim
	Tese 2	Corrente Sindical Classista	Sim
	Tese 3	Movimento pela Educação Popular	Não
	Tese 4	Movimento de Oposição muda Sind-UTE	Sim
8º Congresso 2009	Tese 1	Regina Mendes de Araújo	Não
	Tese 2	Movimento de Oposição Muda Sind-UTE	Sim
	Tese 3	Núcleo de Base Sind-UTE/MG da Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB)	Sim
9º Congresso 2012	Resolução 1	Consulta Popular e simpatizantes	Sim
	Resolução 2	Esquerda Popular (EPS), Corrente Socialista Democrática (CSD), Simpatizantes e Independentes	Sim

	Resolução 3	CTB – Central do Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil	Sim
	Resolução 4	Movimento Educação em Luta –MEL	Sim
	Resolução 5	Movimento Classista dos Trabalhadores em Educação – Liga operária	Não
	Resolução 6	Unidade Classista, Intersindical	Não
10º Congresso 2015	Resolução 1	Articulação Sindical, Consulta Popular, Corrente Socialista e Democrática, Direção Estadual do Sind-UTE, Simpatizantes e Independentes	Não
	Resolução 2	Liga Operária, Moclata – Movimento Classista dos Trabalhadores em Educação	Sim
	Resolução 3	Movimento Educação em Luta	Sim

3.3. Feminismo, Sind-UTE/MG e as vozes femininas

Porque são pouco vistas, pouco se fala delas. [...] o silêncio das fontes. As mulheres deixam pouco vestígios diretos, escritos ou materiais. [...] As mulheres são imaginadas, representadas, em vez de serem descritas ou contadas. (Michelle Perrot)

A maior parte da história das mulheres é contada pelos homens. O acesso à escrita das mulheres foi tardio, os vestígios de sua produção foram apagados por ser julgados sem interesse (PERROT, 2016). As mulheres estiveram à frente em vários momentos históricos, no entanto os créditos dos feitos foram concedidos aos homens.

Na história do Sind-UTE/MG não poderia ser diferente. Assim como outros sindicatos, sua constituição, na maioria das direções, é masculina. Sabemos das diversas dificuldades cotidianas de uma mulher articular trabalho, tarefas domésticas, filhos e militância. E diante dessas barreiras, ainda sim, ao longo da história, algumas mulheres estiveram à frente da militância impulsionando pelas demandas femininas.

Ao chegar na análise das teses, surgiu o interesse em entrevistar algumas militantes do Sind-UTE, em que seus nomes aparecem assinados em teses de vários congressos. Assim, para a escolha das entrevistadas, levamos em conta o tempo de militância no movimento sindical e a constância de nomes. Desta forma, selecionamos quatro mulheres: Victoria de Fátima Mello; Maria da Consolação Rocha; Rosaura de Magalhães Pereira e Rosilene Horta Tavares.

Após selecionados os nomes, foi pensada a forma como seria realizada a entrevista. Nos esbarramos em alguns fatores: o local de realização da entrevista, uma vez que três delas moram em Belo Horizonte e uma em Juiz de Fora; a questão do tempo hábil para serem entrevistadas, pois essa ideia surgiu recentemente, há apenas dois meses da defesa da dissertação e encontrar os dados (e-mail, telefone) para estabelecer contato prévio, com exceção dos dados de Victória Mello, os quais eu já tinha.

Neste semestre, cursei uma disciplina isolada “Educação, Marxismo e Socialismo” no Programa de Pós Graduação em Educação da Universidade Federal de Minas Gerais. Na ocasião, um dos alunos e amigo, Pedro Valadares, militante do sindicato da rede municipal, tinha as informações das mulheres de Belo Horizonte que eu tinha interesse em realizar a pesquisa. Desta forma, me passou os dados para que eu pudesse realizar o contato.

Devido ao tempo e organização para a entrevista, optamos em realizar uma entrevista estruturada¹⁴ via e-mail. Das quatro entrevistadas, apenas duas responderam o questionário, as outras duas não obtive retorno. O processo de elaboração das perguntas objetivou averiguar a questão do feminismo e classismo no Sind-UTE/MG através de seus posicionamentos.

As duas entrevistadas são professoras, têm acima de 50 anos de idade, são militantes de partidos políticos e integrantes da direção de movimentos sindicais. Utilizaremos nomes fictícios para as entrevistadas ao descrever as respostas apresentadas, a fim de garantir o anonimato das participantes da pesquisa. De tal modo, foi formulado os seguintes pseudônimos para as entrevistadas: Carmem e Mercedes (autoras marxistas Carmen Carrasco e Mercedes Petit).

Nas questões da entrevista, indaguei-as sobre sua concepção de sindicato e para que ele serve.

Sindicato é uma frente ampla de trabalhadores e trabalhadoras cujo objetivo principal é a defesa dos direitos trabalhistas, previdenciários e, no caso do sindicato da educação pública, a defesa do direito à educação gratuita, de qualidade referenciada socialmente, laica e com respeito à diversidade humana. Portanto, implica incorporar e difundir debates mais amplos além das questões trabalhistas. É um instrumento fundamental de organização da classe trabalhadora e tem o dever de ampliar a consciência de classe e participar das lutas anticapitalistas, dialogando com as diferentes concepções presentes na classe trabalhadora de alternativas ao capitalismo. (Resposta de Carmem)

Para a segunda entrevistada o sindicato

tem de ser independente de governos e patrões, ter organismos que propiciem a democratização e participação da base como conselho de representantes, comissão de fábrica, assembleias, congressos etc, ser próximo à base, ter uma direção colegiada, ser sustentado financeiramente apenas pela contribuição voluntária dos trabalhadores e ser filiado à central sindical combativa. O sindicato deve servir para organizar e mobilizar sua categoria e o conjunto da classe trabalhadora para lutar contra a exploração quer seja por medidas imediatas de salário e benefícios quer seja numa luta mais ampla para mudar a sociedade (Resposta de Mercedes)

Assim, percebemos que as entrevistadas possuem visões de sindicato similares, uma vez que, para elas, este deve ser um instrumento de organização da classe trabalhadora para a luta contra a exploração ou capitalismo.

¹⁴ A íntegra das entrevistas está disponibilizada em anexo

Sabemos da grande dificuldade encontrada pelas mulheres em participar dos movimentos sindicais devido a existência de uma sociedade patriarcalista e machista. As mulheres são inferiorizadas e responsabilizadas pelas tarefas domésticas e cuidados com os filhos. Diante de duas militantes, consideradas por mim, personagens históricas da construção do movimento sindical, não poderia deixar de indagar sobre as barreiras e entraves para sua participação, enquanto mulher, no movimento sindical. Desta forma, obtive as seguintes respostas

O enfrentamento cotidiano do machismo presente nos pequenos gestos e ações de diversos dirigentes. Por isso, a auto-organização das mulheres no movimento sindical é um instrumento fundamental para a transformação das relações sociais desde o local de trabalho. (Resposta de Carmem)

Milito numa categoria majoritariamente feminina, então o grande entrave que é o machismo é menor, pois boa parte da direção do sindicato é formada por mulheres, mas tem o enfrentamento com a família pela concepção machista de que o papel feminino é cuidar da casa, filhos, marido etc, e na relação com os demais sindicatos e centrais sindicais majoritariamente masculinas. As “cantadas” são frequentes, a invisibilidade ou ações de constrangimento e até alguma violência como tomar o microfone da mão enquanto fala, pequenos empurrões etc. (Resposta de Mercedes. Grifo nosso)

Diante do colocado, percebemos que além do enfrentamento cotidiano para participarem do movimento sindical, atuando nele, há também o combate a pequenos gestos, situações ou piadas machistas, além de enfrentamento às agressões físicas. Conforme relatado pela Mercedes, é frequente o fato de quando uma mulher pega o microfone para falar durante uma assembleia ou ato, sua fala é tida como menos importante ou sem valor, como se não houvesse uma pessoa falando, são “invisibilizadas”. Carmem pontua a importância de haver dentro do movimento sindical uma auto organização das mulheres, para que a luta não seja isolada ou individual.

No ano de 1997 foi realizado o primeiro Seminário do Coletivo de Mulheres do Sind-UTE. Propuseram em pauta os seguintes itens: O que é ser mulher? O que é ser homem? Subsídios para uma discussão das relações de gênero; Encontro de Mulheres do Sind-UTE; Seminário da Secretaria de Mulheres da CNTE.

No decorrer da leitura das teses congressuais, percebemos que o Coletivo de Mulheres foi significativo para a discussão de pautas e reivindicações específicas para as mulheres trabalhadoras, impulsionando pela concretização de suas ações. Conforme o observado, foi

questionado às entrevistas sobre a participação no Coletivo. A Mercedes nunca participou do Coletivo, mas acompanhava suas propostas. Já Carmem, foi uma das executoras.

Pedimos que descrevessem como era o funcionamento do Coletivo de Mulheres do Sind-UTE/MG e quais motivos levaram ao seu desmantelamento.

O Coletivo de Mulheres realizava reuniões semanais em BH. Posteriormente, iniciamos as reuniões mensais em cidades diferentes, definidas pelas mulheres, bem como a pauta de debates para cada encontro. As militantes da cidade/região definida ficavam responsáveis pela organização do evento (local e palestrantes), cabendo à diretoria estadual somente a divulgação do evento. Chegamos a reunir de 100 a 200 mulheres em cada encontro. Os debates eram riquíssimos. Os depoimentos pessoais sobre as temáticas discutidas foram fundamentais para o crescimento de dezenas de mulheres militantes de base. Esta foi a razão principal para o seu desmantelamento: a autonomia das militantes de base em auto organizarem as atividades. A maioria da diretoria dizia que este devia ser o papel do departamento de formação política e não das mulheres. [...]foi extinto pela diretoria porque era auto-organizado e não ficava subserviente à diretoria estadual. (Resposta de Carmem)

Por muito tempo militei no Sindute na base e num movimento de oposição, portanto minha participação era bastante restrita. Mas acompanhava o coletivo de mulheres e cheguei a participar de reuniões quando era [próximo de casa] ou na região. Havia um debate interessante contra o machismo e a participação das mulheres na luta sindical e política, no entanto com um viés muito institucional/eleitoral e com um controle muito forte da direção do sindicato. Foi esse controle que, aos poucos, foi minando o funcionamento do grupo pois não podia haver posicionamentos divergentes, principalmente das dirigentes do coletivo. Como as divergências foram se avolumando, a direção atuou no sentido de esvaziar o coletivo até sua completa extinção, o que já faz muito tempo, e nunca mais o coletivo foi retomado. (Resposta de Mercedes)

Percebe-se em ambas respostas, que o Coletivo era algo construtivo e contribuía para o crescimento das mulheres, uma vez que debatia-se sobre o machismo, sobre a participação das mulheres no movimento sindical, e era um espaço aberto para depoimentos.

Sobre o desmantelamento do Coletivo, apontamos para a discordância existente entre as respostas das duas entrevistadas. Para Carmem, o Coletivo era auto organizado pelas mulheres, era autônomo à direção estadual e isso incomodava, pois a direção achava que esta deveria ser tarefa do Departamento de Formação. Em contrapartida, Mercedes coloca que havia um controle muito forte da direção no Coletivo e não aceitava-se posicionamentos diferentes e como as divergências foram aumentando a direção utilizou estratégias para o seu encerramento.

Indagamos se as entrevistadas consideram que o Sind-UTE/MG compreende a importância da luta feminista. Mercedes se posicionou negativamente, enquanto que Carmem

respondeu mais ou menos, uma vez que foi realizado debates importantes nos congressos, como por exemplo, a aprovação de propostas de luta pela legalização do aborto. Mas, no fundo o tema foi secundarizado sendo apenas publicada “uma entrevista com a Marta Suplicy no jornal da entidade” (Resposta da Carmem)

Perguntamos, então, na opinião das participantes, qual ou quais a(s) dificuldade(s) do Sind-UTE em promover ações feministas voltadas para as mulheres trabalhadoras.

Compreender que estas ações estão além das forças políticas que dirigem a entidade. Como a iniciativa do Coletivo de Mulheres foi de responsabilidade de duas mulheres da CUT pela Base, houve o receio do crescimento desta força política na condução dos trabalhos. Ao invés de formar as mulheres da Articulação Sindical na temática, optaram por desarticular o Coletivo de Mulheres. (Resposta da Carmem)

A mesma dificuldade de todos os sindicatos: o machismo, quer seja pela influência da ideologia machista que leva à incompreensão da importância da luta feminista por parte da direção (é incrível mas não tem creches nas atividades do SindUte, apenas no congresso tri anual) e da categoria, quer seja pela dificuldade de participação das trabalhadoras em educação por causa da tripla jornada, tarefas domésticas, maridos autoritários etc. (Resposta da Mercedes)

Nas respostas da Mercedes, percebemos a comprovação da necessidade de luta contra o machismo no cotidiano das organizações. As mulheres, apesar de passarem por tripla jornada, ao militar em um movimento sindical, ainda se deparam com a ideologia machista, que muitas vezes acabam levando ao seu rompimento com essas organizações.

Carmem nos traz, em sua resposta, a dificuldade encontrada diante dos diferentes posicionamentos políticos. No caso, ela pertencia à CUT pela Base e o sindicato era dirigido pela Articulação Sindical, fato que gerava, em seu cotidiano, uma luta constante para aceitação de políticas específicas voltadas para a mulher trabalhadora. Havia, de acordo com sua resposta, por parte da Articulação Sindical, o receio de perder força política dentro do sindicato.

Indagadas sobre quais pautas específicas para a mulher trabalhadora poderiam ser propostas pelo Sind-UTE/MG, respondem o seguinte

O debate sobre o Piso Nacional por exemplo está vinculado diretamente à valorização do trabalho feminino e as campanhas salariais não consideram este elemento fundamental na discussão. A questão do assédio moral, das políticas meritocráticas e de controle do trabalho docente, das licenças maternidade e/ou para acompanhamento de familiares doentes, os processos de adoecimento da categoria. (Resposta de Carmem)

Redução da jornada de trabalho; creche no local de trabalho, luta contra a opressão machista, racista e lgbtfóbica, contra o assédio sexual, luta pelo direito ao aborto, salário igual para trabalho igual. (Resposta de Mercedes)

Diante das respostas, encontra-se uma série de demandas específicas para as mulheres trabalhadoras em educação que poderiam ser propostas, principalmente, se tratando de um sindicato majoritariamente feminino. Assim, o Sind-UTE/MG poderia desenvolver ações para garantir a efetiva participação das mulheres como

Retomar a auto-organização das mulheres, garantir creches nos eventos, valorizar e contribuir para a construção das militantes mulheres desde a base da categoria. (Resposta de Carmem)

Primeiramente garantir creche em todas as atividades e fazer uma campanha da importância da luta feminista que não se restrinja à pauta econômica da categoria e sim aos direitos mais amplos da mulher trabalhadora, da mulher negra e das LGBTs. (Resposta de Mercedes)

Percebe-se que tanto Mercedes quanto Carmem, apresentam em comum, a garantia de creches nas atividades realizadas pelo Sind-UTE/MG e não apenas em seus congressos. De fato, a sociedade responsabiliza a mulher pelo cuidado com os filhos, e havendo creches em assembleias, reuniões, por exemplo, garantiria à mulher sua maior participação no movimento sindical. Mercedes propõem que a luta das mulheres não se restrinja a uma pauta econômica, sendo necessário ir além. Já Carmem pontua que a luta pelo pagamento do Piso Nacional, apesar de ser uma pauta econômica, de certa forma, atende às mulheres, uma vez que há a valorização do trabalho.

Ao serem questionadas sobre se diante dos anos de militância, foi possível perceber algum avanço dado pelo Sind-UTE/MG no combate a opressão à mulher, Mercedes responde negativamente, enquanto Carmem diz não ter acompanhamento mais de perto as ações de organização interna, pois desde 2006 milita em outro sindicato. No entanto reitera que o “fato de ter uma mulher na coordenação geral da entidade por si só aponta um novo processo de visibilidade pública das mulheres da entidade (Resposta de Carmem).

Ao longo da história do Sind-UTE/MG e da participação das entrevistadas enquanto direção ou oposição, foi perguntado como elas percebem e avaliam a questão do sindicalismo

e o feminismo dentro desse movimento sindical. Nesta pergunta, Mercedes deixou o espaço em branco, enquanto Carmem diz que

Já tivemos dias melhores. A organização das mulheres da CUT, seja em nível municipal, estadual ou nacional foi um divisor de águas no sindicalismo brasileiro. Conseguimos aprovar as cotas de mulheres nas direções sindicais, pautamos diversas temáticas, realizamos ações fundamentais. O processo de cooptação do movimento sindical durante os governos Lula/Dilma contribuiu para arrefecer alguns debates, inclusive na própria Marcha Mundial de Mulheres, que ajudei a construir no Brasil e que, do ponto de vista da elaboração feminista, construiu um acúmulo de debates que é fundamental para o feminismo ao incorporar em sua primeira campanha “Contra a pobreza e a violência sexista”, em 2000, temáticas que antes não eram tratadas com maior evidência nos movimentos feministas, tais como a questão econômica, ambiental, salário mínimo, ALCA, agroecologia, economia do cuidado entre outros. A MMM traz uma experiência mundial de interlocução do feminismo com as questões globais. Esta elaboração coletiva é patrimônio do feminismo marxista, em que pese todas as diferenças políticas que possamos ter com diversas ações realizadas pela MMM. A campanha do salário mínimo foi um esforço fenomenal em debater o mundo do trabalho e o salário em outra perspectiva. (Resposta da Carmem)

Entende-se que Carmem sugere a presença de ações da CUT como algo importante para o desenvolvimento de políticas voltadas para as mulheres. Não podemos desconsiderar o fato de haver uma central sindical propondo ações específicas para a mulher trabalhadora, representar um avanço. No entanto, é necessário considerar o caráter destas ações. Carmem cita a Marcha Mundial de Mulheres como um movimento de organização das mulheres urbanas e rurais e representou um avanço para a conquista de direitos das mulheres. De acordo com Cisne (2014)

a Marcha reivindica ser um movimento de luta feminista e anticapitalista ao objetivar a igualdade e a construção de uma sociedade sem opressão das mulheres, sem exploração de classe, sem racismo, sem homofobia e numa relação não predatória com o meio ambiente. É nesse sentido que proclamam fortemente a palavra de ordem: “Somos mulheres e não mercadoria” (CISNE, 2014, p. 170)

Assim, percebemos que a Marcha Mundial de Mulheres é uma forma de organização de todas as mulheres, independente da classe, para a construção de uma sociedade anticapitalista e livre de opressões. Neste sentido, Cisne (2014) pontua que há diferenças entre as mulheres trabalhadoras e as burguesas, no entanto não são estimadas pela MMM. Para esta autora, “as burguesas, ainda que feministas, aspiram outro sistema de relações humanas, mas dentro dos limites da sociedade vigente” (CISNE, 2014, p. 198). Sobre a MMM, Cecília Toledo (2012)

define como “uma política perfeitamente ajustada às necessidades da democracia burguesa [...] é uma maquiagem da política feminista” (CARRASCO; PETIT, 2012, p. 10)

A última questão apresentada as entrevistadas, diz respeito ao que poderia ser mudado ou acrescentado para a acumulação do debate do sindicato em relação a luta específica das mulheres trabalhadoras em educação na sociedade capitalista. Para Carmem, poderia ser discutido sobre a economia do cuidado. Já Mercedes deixou essa questão sem resposta.

CONSIDERAÇÕES

A burguesia sabe utilizar-se da opressão para manter subjogados os próprios oprimidos.
(CARRASCO; PETIT, 2012)

A opressão de gênero coloca a mulher em condições desiguais ao homem na sociedade. Ao realizar um resgate de cunho historiográfico percebemos que esse “surgimento” se deu devido as funções desempenhadas pelas mulheres serem consideradas inferiores. Elas estiveram e infelizmente ainda estão a mercê de ocuparem posições e condições igualitárias aos homens. Pertencemos a uma sociedade dominada por uma ideologia que prega um conjunto de “falsas verdades” que contribuem para a naturalização das tarefas e funções destinadas às mulheres.

A condição de inferioridade feminina é fruto das relações desiguais de gênero. Relações que foram construídas socialmente, e não dadas por fatores biológicos. A sociedade, por meio das suas instituições, da cultura, do sistema educacional, da divisão social e sexual do trabalho, constitui o que é masculino e feminino. Portanto, as desigualdades não advém do fato de termos nascidos “machos” ou “fêmeas”, mas sim das relações sociais e sexuais construídas socialmente. De acordo com Toledo,

A origem da opressão da mulher está, portanto, ligada às transformações ocorridas nas relações humanas desde as primeiras sociedades que se conhece. As descobertas antropológicas permitem afirmar que a mulher não nasceu oprimida, mas passou a sê-lo devido a inúmeros fatores, dentre os quais os decisivos foram as relações econômicas, que depois determinaram toda a superestrutura ideológica de sustentação dessa opressão: as crenças, os valores, os costumes, a cultura em geral. Em especial, a opressão da mulher está vinculada a existência da propriedade privada dos meios de produção, e apenas poderá ser superada com uma mudança total na infraestrutura das sociedades assentadas nesse tipo de relação. (TOLEDO, 2008, p. 33)

Nesta pesquisa de mestrado buscamos compreender como as relações de gênero estão presentes no sindicato (Sind-UTE/MG) com base, principalmente, em torno da seguinte questão: *De que maneira este sindicato tem abordado, em seus documentos, a opressão de gênero e a exploração de classe? Há uma preocupação deste sindicato em atender demandas específicas para as mulheres trabalhadoras em suas propostas e ações?*

Optamos por este sindicato docente devido à presença de uma base majoritariamente feminina; é o sindicato ao qual sou afiliada e é um dos maiores sindicatos docentes do Brasil. Desta forma, julgamos ser de extrema importância o sindicato, que possui uma base

majoritariamente feminina, impulsionar políticas e ações voltadas especificamente para as mulheres trabalhadoras em educação. Tais propostas devem visar a desconstrução dos papéis sociais naturalizados em torno da figura feminina e conter um caráter de luta pela transformação social, articulando luta econômica com luta política.

Vimos, no primeiro capítulo, a perceptiva histórica da opressão a mulher. A partir dos estudos antropológicos foi possível compreender que nem sempre a mulher foi oprimida. Somente com o surgimento da propriedade privada e o direito à herança as sociedades passam a se organizar na estrutura patriarcal. Assim, as sociedades deixam de ser matriarcais, fato que leva ao surgimento da opressão da mulher (TOLEDO, 2008; ENGELS; 2012).

No segundo capítulo, trouxemos um apanhado dos principais marcos da história do movimento feminista, momentos diversos em que as mulheres lutaram e reivindicaram por melhores condições de vida. Iniciaram com o direito ao voto, em seguida pela ocupação dos espaços públicos e por fim o “surgimento” da conceito de gênero e a institucionalização do movimento.

Por fim, analisamos o sindicato especificamente e suas abordagens em torno da mulher, sem deixar de trazer elementos encontrados nas fontes que discorrem sobre a postura dos diversos governos ao lidar com as mulheres trabalhadoras em educação. Utilizamos principalmente, as teses e resoluções congressuais e a entrevista estruturada com duas militantes do sindicato. Mas, e o sindicato? O que ele tem feito? Qual sua postura?

Nesta busca de tentar compreender a relação existente entre o Sind-UTE/MG e as mulheres trabalhadoras em educação, destacamos que a categoria *mulher* é bastante pontuada na data de 8 de março, dia internacional da mulher. Em alguns congressos, esse dia é referido como sendo destinado à luta das mulheres e, principalmente, da categoria docente. A partir dos folders e folhetos publicados pelo Sind-UTE, especialmente para celebrar o dia da mulher, verifica-se elementos que apontam para o combate a todo tipo de manifestação de comemoração e destina-se o dia à luta pelo fim da desigualdade e reivindicações específicas, como licença maternidade, salário igual para trabalho igual e creches.

Com base nas teses do 4º Congresso do Sind-UTE/MG – Congresso Professor Paulo Freire- realizado em 1997, encontramos um debate em torno da mulher trabalhadora. Este caderno de teses é composto por três artigos relacionados a esta temática: “Mulheres: a miséria tem sua cara e nome, mas a luta tem seu corpo e alma”, “A questão da mulher trabalhadora”, “Gênero e Educação” e ainda as “Propostas aprovadas no I Encontro de Mulheres do Sind-UTE/MG”. De acordo com Figueiredo (2006), os textos apresentados neste congresso foram

“resultados da aprovação dos mesmos nos fóruns de discussão organizados pelos coletivos. Todos desenvolveram suas abordagens com uma boa reflexão sobre o modo de produção e classe” (FIGUEIREDO, 2006, p. 167). Assim, percebem a presença do Coletivo de Mulheres do Sind-UTE/MG, o qual foi responsável pela elaboração dos documentos apresentados no congresso bem como impulsionou as discussões acerca do gênero.

Em trinta de agosto de 1997 o Sind-UTE/MG realizou um “Seminário do Coletivo de Mulheres”. Por associação entre as datas – do Seminário e do 4º Congresso – podemos dizer que este evento foi realizado para retirar deliberações ao 4º Congresso, uma vez que o objetivo do coletivo era se fortalecer e criar uma estrutura que garantisse o papel político das mulheres no sindicato visando a luta contra a discriminação.

A partir dos levantamentos é possível perceber que no 4º Congresso do Sind-UTE/MG houve uma cobrança do Coletivo de Mulheres para que as propostas deliberativas apresentadas no caderno de teses fossem efetivamente implantadas. Segundo o documento, é importante organizar as mulheres para a luta contra as condições submissas que vivem, uma vez que organizadas elas se fortalecem para exigir igualdade e respeito em todas as esferas sociais. Apontam que

A opressão das mulheres se dá de diversas formas, através do salário mais baixo, da dupla jornada de trabalho, da realização de todo o serviço doméstico sem qualquer custo para governo e patrões, que servem só a uma coisa: aumentar a exploração sobre todos os trabalhadores (CADERNO DE TESES, 1997, p. 28)

Desta maneira, o coletivo de mulheres consegue aprovar no congresso as seguintes propostas organizativas e formativas

Cursos de “falação” para mulheres; Cursos de capacitação das mulheres como dirigentes sindicais; Reuniões mensais do Coletivo de Mulheres; formativa e organizativa; Próximos temas de debate do Coletivo de Mulheres: Direitos Reprodutivos, Sexualidade, Violência Doméstica; Cursos de formação sobre a temática feminina; Pesquisar o perfil da mulher trabalhadora em educação de Minas Gerais; Elaborar Material específico sobre os diversos temas de interesse do coletivo; Boletim bimestral sobre gênero (CADERNO DE TESES, 1997, p. 40)

Percebemos que este congresso significou um avanço para a organização das mulheres no sindicato, através do fortalecimento do Coletivo de Mulheres do Sind-UTE/MG. Assim, buscamos conhecer um pouco mais sobre o Coletivo a partir das entrevistas. De acordo com Carmem, o Coletivo era um importante instrumento de formação e crescimento para as

mulheres. Mercedes apontou que as discussões apresentadas debatiam sobre diversas temáticas que contribuía para o fortalecimento das mulheres, no entanto apresentavam um viés muito institucional/eleitoral e forte controle da direção. Percebe-se em ambas respostas, que o Coletivo era algo construtivo e contribuía para o crescimento das mulheres, uma vez que debatia-se sobre o machismo, sobre a participação das mulheres no movimento sindical e era um espaço aberto para depoimentos.

No entanto, o Caderno de Teses do 6º Congresso, Patativa do Assaré, realizado em 2003, traz a necessidade de rearticulação do Coletivo de Mulheres, fato que nos leva a considerar que as demandas específicas das mulheres trabalhadoras em educação perderam espaço. Para Figueiredo (2006) esse congresso

Ocorreu em uma nova e importante conjuntura política: o impacto sobre os movimentos sociais em particular e a sociedade em geral da vitória nas urnas da candidatura Lula PT/PL [...]

No âmbito do estado a vitória de Aécio Neves, no entanto, reafirmou o caráter conservador que caracteriza Minas Gerais (FIGUEIREDO, 2006, p. 225)

Ao ser realizado o 6º Congresso do Sind-UTE/MG, 2003, havia uma conjuntura nacional de vitória do Partido dos Trabalhadores (PT), quando pela primeira vez elegeram um presidente. Em contrapartida, no Estado de Minas Gerais prevalecia o conservadorismo do bloco no poder liderado por Aécio Neves do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB). O Congresso aconteceu dois meses após a política implementada pelo Estado denominada “Choque de Gestão”. Desta forma, muitas propostas deliberativas apresentadas no congresso visavam a discussão e organização do sindicato perante esse nova política e acabou-se secundarizando as demandas específicas para as mulheres.

Com isso, há poucas propostas específicas sobre a mulher trabalhadora no 6º Congresso do Sind-UTE/MG, o que demonstra um retrocesso na articulação do coletivo de mulheres do Sind-UTE/MG. As temáticas específicas para as mulheres se organizam em torno de eixos relacionados a saúde da mulher, luta contra exploração sexual de meninas e ampliação dos direitos na legislação previdenciária

De fato, o Coletivo de Mulheres perdeu espaço e foi desmantelado. De acordo com as entrevistadas, os caminhos para isso foram controversos. Carmem aponta que o Coletivo se enfraqueceu devido ao movimento ser auto organizado e sustentado de forma independente da direção do Sind-UTE, fato que gerava um certo incomodo, uma vez que a direção achava que

lhe cabia essa função. Já Mercedes aponta que o desmantelamento do Coletivo ocorreu devido à forte influência da direção, representando um espaço fechado para opiniões divergentes.

A militância das mulheres no movimento sindical é dificultada por uma série de fatores. Para Carmem, a maior dificuldade está no enfrentamento cotidiano do machismo e para Mercedes é a dupla jornada, pois há um cobrança familiar pelos cuidados domésticos, além da invisibilidade das ações. Justificando, Saffioti (2013) aponta que

A fraca participação da mulher nos sindicatos das economias capitalistas encontra explicação, de um lado, nas próprias características fundamentais dessa mão de obra dividida entre o lar e o trabalho e, de outro, na maneira pela qual é encarado o trabalho feminino que pela sociedade, quer pela própria mulher. (SAFFIOTI, 2013, p. 101)

Assim, percebemos a grande dificuldade das mulheres para garantir a efetiva participação no sindicato. Diante das proposta que poderiam ser colocadas pelo Sind-UTE/MG as entrevistadas apontam para a garantia de creches em todas as atividades desenvolvidas pelo sindicato, pagamento do Piso Nacional, luta contra a opressão e assédio moral.

A partir da análise dos documentos do Sind-UTE/MG é possível encontrar uma série de discussões e propostas voltadas para a temática de gênero. No entanto, conforme especifica Toledo (2008) percebemos que há uma série de propostas específicas para a mulher trabalhadora, mesmo sabendo que esta não conseguirá se emancipar enquanto o capitalismo não for superado. São propostas que avançam na conquista de direitos democráticos e a democracia é fundamental para os trabalhadores alçarem sua luta contra o capitalismo. Para Carrasco e Petit (2012)

A política básica do capitalismo, imposta por suas necessidades econômicas, é extrair o máximo de lucro possível, explorando os trabalhadores, sejam homens ou mulheres, crianças e inclusive povos inteiros. Esse afã pelo lucro é o selo que marca a ferro e fogo todas as suas atividades e instituições, e se para isso for preciso, o capitalismo não hesita em revolucionar a família, em tirar a mulher do quarto escuro ou voltar a encerrá-la ali, desde que seus lucros estejam garantidos. Esse é a única lei realmente cumprida na sociedade capitalista. (CARRASCO; PETIT, 2012, p. 12)

O Sindicato é uma conquista dos trabalhadores e como tal deve ser preservada. Assim, consideramos as discussões apresentadas longo dos Congressos realizados pelo Sind-UTE/MG, dentro da perspectiva de gênero, de caráter reformistas, não apontando para transformações

estruturais da sociedade. De acordo com Carrasco e Petit (2012) “nenhuma luta democrática, e isto inclui a luta das mulheres, vai objetivamente contra o capitalismo, contra sua essência, que é a exploração do trabalho assalariado por meio da propriedade privada” (CARRASCO; PETIT, 2012, p. 45).

O Sind-UTE/MG é filiado à Central Única dos Trabalhadores, e esta não apresenta políticas classistas voltadas para a mulher trabalhadora. Sua inserção no movimento feminista ocorre através do apoio na construção da Marcha Mundial de Mulheres que não traz o recorte de classe em sua atuação, conforme apresentado anteriormente.

Por fim, a partir das propostas e ações apresentadas no Congresso no decorrer dos anos, encontramos um sindicato em débito com a proposta classista. As entrevistadas afirmam que a dificuldade do Sind-UTE/MG em propor ações está na incompreensão da importância da luta feminista

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de Albuquerque. **História: A arte de inventar o passado**. Bauru: Edusc, 2007.
- ALAMBERT, Zuleika. **Feminismo: o ponto de vista marxista**. São Paulo: Nobel, 1986.
- ALMEIDA, Cristóvão Domingos de. GUINDANI, Joel Felipe. SÁ-SILVA, Jackson Ronie. **Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas**. Revista Brasileira de História & Ciências Sociais, n.1, p. 1-14, jul., 2009. Disponível em: <http://www.unisc.br/portal/upload/com_arquivo/pesquisa_documental_pistas_teoricas_e_metodologicas.pdf>. Acesso em: 25 jul. 2014
- ALVES, Branca Moreira. PITANGUY, Jacqueline. **O que é feminismo**. São Paulo: Brasiliense, 2007.
- ANDRADE, Carlos Drummond de. **Esquecer para lembrar**. Rio de Janeiro: Boitempo III, 1979.
- AUAD, Daniela. **Feminismo: que história é essa?** Rio de Janeiro: DP&A, 2003.
- BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.
- BELL, Janine Maily. TRÓPIA, Patrícia Vieira. **As mulheres em luta: O movimento docente em Minas Gerais diante do governo Aécio**. In: Seminário de Trabalho e Gênero - Protagonismo, ativismo, questões de gênero revisitadas, IV, 2012, Goiânia: UFG, 2012. Disponível em: http://strabalhoegenero.cienciassociais.ufg.br/uploads/245/original_As_mulheres_em_luta.pdf > Acesso em: 25 jul 2014.
- CAMPOS, Maria Christina Siqueira de Souza. SILVA, Vera Lúcia Gaspar da. **Feminização do magistério: vestígios do passado que marcam o presente**. Bragança Paulista: EDUSF, 2002.
- CARRASCO, Carmen, PETIT, Mercedes. **Mulheres trabalhadoras e marxismo: um debate sobre a opressão**. São Paulo: José Luis e Rosa Sundermann, 2012.
- CELLARD, A. A análise documental. In: POUPART, J. et al. **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. Petrópolis, Vozes, 2008
- CISNE, Mirla. **Feminismo e consciência de classe no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2014.
- DINIZ, Cássio. BAUER, **História e consciência de classe na educação brasileira: Lutas e desafios políticos dos trabalhadores em educação de Minas Gerais (1979-1983)**. São Paulo: Sundermann, 2015.
- ENGELS, Friedrich. **A origem da família, da propriedade privada e do estado**. 3. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

FERREIRA, Márcia Ondina Vieira. Gênero e valorização profissional da docência. **Mátria**, Brasília, v. 1, n.13, p. 30-31, mar/2015.

FIGUEIREDO, Lorene. **Reforma neoliberal na educação e crise no movimento sindical no estado de Minas Gerais: os limites do reformismo**. 2006. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2006

GIDDENS, Anthony. **Sociologia**. 6 ed. Porto Alegre: Penso, 2012.

LOURO, Guacira Lopes. Mulheres nas salas de aula. In: Mary del Priore. (Org.). **História das Mulheres no Brasil**. 2ed. São Paulo: Contexto e UNESP, 1997.

LÖWY, Michael. **Ideologias e Ciência Social: elementos para uma análise marxista**. 20. ed. São Paulo: Cortez, 2015.

LÜDKE, M.; ANDRÉ, M.E.D.A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo, EPU, 1986

MATTOS, Marcelo Badaró. **Trabalhadores e sindicatos no Brasil**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

PERROT, Michelle. **Minha história das mulheres**. São Paulo: Contexto, 2016.

PIMENTEL, A. **O método da análise documental: seu uso numa pesquisa histórica**. Cadernos de Pesquisa, n.114, p.179-195, nov., 2001

REED, Evelyn. **Sexo contra sexo ou classe contra classe**. São Paulo: Instituto José Luis e Rosa Sundermann, 2008.

RODRIGUES, Cyntia Resende Soares. **Feminismo e sindicalismo: interseções analíticas e políticas para o debate da luta de classes**. 2014. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social) – Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2014.

ROCHA, Maria da Consolação. **A organização do magistério público da educação básica da capital mineira: momentos, lutas e protagonismos de mulheres**. In.: *Associações e Sindicatos de Trabalhadores em Educação*. Seminário Internacional da Rede de Pesquisadores sobre Associativismo e Sindicalismo dos Trabalhadores em Educação. Rio de Janeiro, abril. 2010. Disponível em: <http://www.irice-conicet.gov.ar:8080/portal/site/611a90c2-ab5a-44fc-a3d8-68aebd689f59/page/82b0da3d-ab55-4964-981e-5a85eed91054>. Acesso em: mar. 2016.

SAFFIOTI, Heleieth. **A mulher na sociedade de classes**. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

SAFFIOTI, Heleieth. **Gênero, patriarcado e violência**. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

SOUZA, Cristiane Aquino. A desigualdade de gênero no pensamento de Rousseau. *Revista*

Novos Estudos Jurídicos, v.20, n.1, p.146-170. Jan.-Abr. / 2015

Disponível em: www.univali.br/periodicos

Acesso em: set. 2016

TOLEDO, Cecília. **Mulheres: O Gênero nos une, a classe nos divide**. São Paulo: José Luís e Rosa Sundermann, 2008.

WOOD, Ellen Meiksins. **Democracia contra capitalismo: a renovação do materialismo histórico**. São Paulo: Boitempo, 2011.

Fontes documentais:

CARTA AO DÍDIMO DE PAIVA, Editor de opinião. Belo Horizonte, 1995.

CADERNO DE TESES, Iº Congresso do Sind-UTE/MG, Governador Valadares, 1991.

CADERNO DE TESES, IIº Congresso do Sind-UTE/MG, Juiz de Fora, 1993.

CADERNO DE TESES, 3º Congresso do Sind-UTE/MG, Diamantina, 1995.

CADERNO DE TESES, 4º Congresso do Sind-UTE/MG, Itajubá, 1997.

CADERNO DE TESES, 5º Congresso do Sind-UTE/MG, Araxá, 1999.

CADERNO DE TESES, 6º Congresso do Sind-UTE/MG, Governador Valadares, 2003.

CADERNO DE TESES, 7º Congresso do Sind-UTE/MG, Belo Horizonte, 2006.

CADERNO DE TESES, 8º Congresso do Sind-UTE/MG, Poços de Caldas, 2009.

CADERNO DE RESOLUÇÕES, 9º Congresso do Sind-UTE/MG, Araxá, 2012.

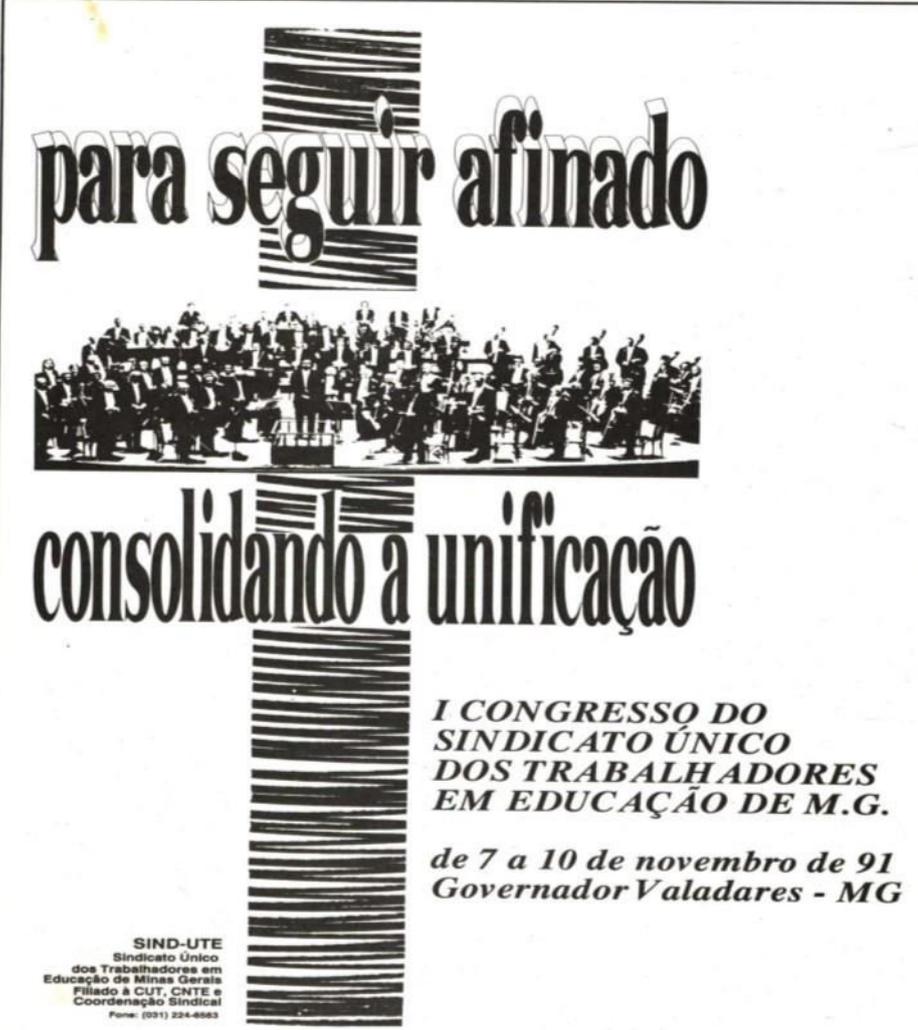
CADERNO DE RESOLUÇÕES, 10º Congresso do Sind-UTE/MG, Contagem, 2015.

COQUETEL, Dia Internacional da Mulher, 2015.

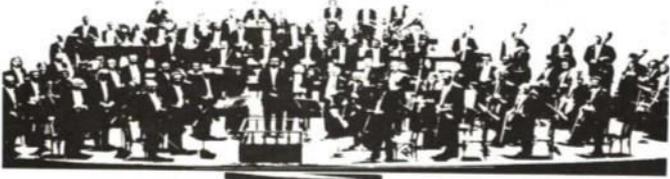
JORNAL ESTADO DE MINAS, maio/1991.

ANEXOS

Capas dos Cadernos de Teses e Resoluções dos Congressos



para seguir afinado



consolidando a unificação

***I CONGRESSO DO
SINDICATO ÚNICO
DOS TRABALHADORES
EM EDUCAÇÃO DE M.G.***

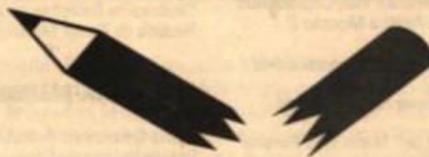
***de 7 a 10 de novembro de 91
Governador Valadares - MG***

SIND-UTE
Sindicato Único
dos Trabalhadores em
Educação de Minas Gerais
Filado à CUT, CNTE e
Coordenação Sindical
Fone: (031) 224-6883

Caderno de Teses

*páginas
9 e 15*

**II CONGRESSO DO
SINDICATO ÚNICO
DOS TRABALHADORES
EM EDUCAÇÃO DE
MINAS GERAIS**



**CADERNO
DE
TESES
E TEXTOS**

20 a 23 Outubro 1993
Juiz de Fora - MG

3º Congresso do Sindicato Único dos Trabalhadores em Educação de Minas Gerais



*"Congresso
Professor
Florestan
Fernandes"*

Congresso dos
Trabalhadores em
Educação de Minas Gerais

1 a 14 de novembro
em Diamantina/MG



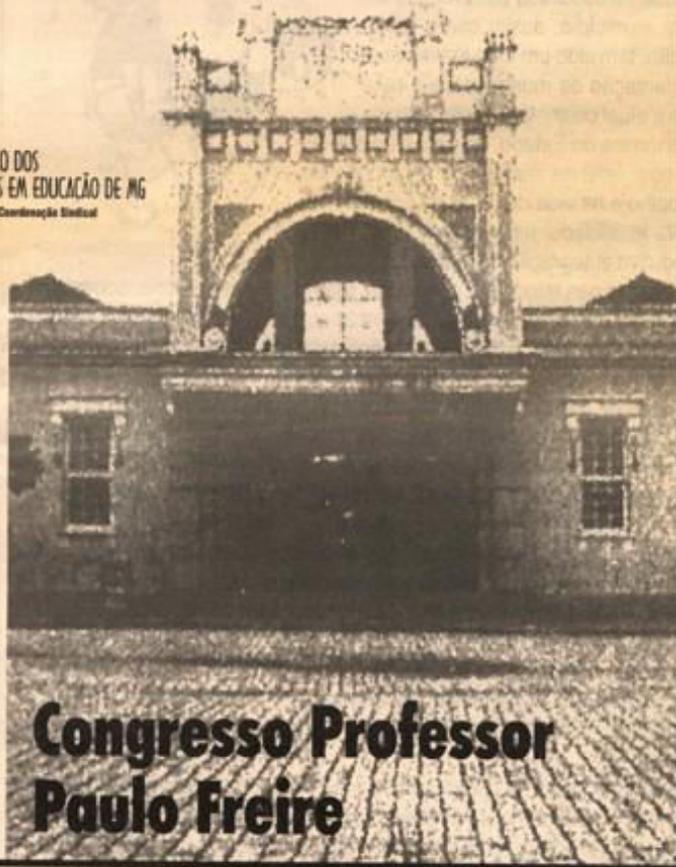
Associação de Professores de Educação em Minas Gerais

TESES E TEXTOS

022127 064

40 CONGRESSO DO SINDICATO ÚNICO DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO DE MINAS GERAIS

Sind **UTE** SINDICATO ÚNICO DOS
TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO DE MG
Filial do CUT, CITE e Coordenação Estadual



**Congresso Professor
Paulo Freire**

Caderno de Teses

002956_014

Caderno de Teses

5^o CONGRESSO
DO SINDICATO ÚNICO DOS
TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO DE MG
e 17^o DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO



11a 14 de Novembro de 1999

Araxá

008965_05

6^o

16 a 19 de julho de 2003

Congresso

do Sind-UTE

e 18^o dos/as Trabalhadores/as
em Educação de Minas Gerais

Congresso
**Patativa
do Assaré**
Governador Valadares



Sind UTE
Filado à CUT e CNTE

Caderno de Teses

008758_01



E 19º DOS(AS) TRABALHADORES(AS)
EM EDUCAÇÃO DE MINAS GERAIS

12 a 14 de janeiro 2006 / BH



"Educação,
Democracia e Liberdade"



CONGRESSO
BARBOSA LIMA SOBRINHO

CADERNO DE TESES



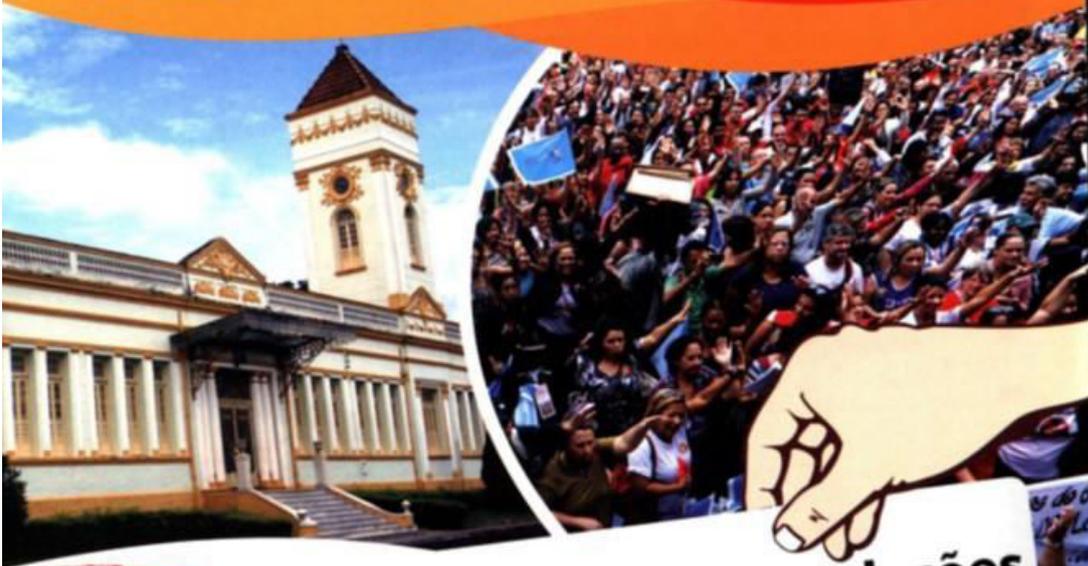
8^o CONGRESSO DO Sind-UTE/MG

21 a 24 de julho de 2009
Poços de Caldas/MG

TESES

9^o Congresso Estatutário do Sind-UTE/MG

21^o Congresso dos/as Trabalhadores/as
em Educação de Minas Gerais



10, 11 e 12 de
fevereiro de 2012
Local: Araxá - MG

Propostas de Resoluções

- ✓ Educação como direito social
- ✓ Luta pelo Piso Salarial Profissional Nacional e pela Carreira

www.sindutemg.org.br





Caderno de Resoluções 2015

10º CONGRESSO

do Sind-UTE/MG

22º CONGRESSO

dos Trabalhadores e das
Trabalhadoras em Educação

Homenagem a
Luiz Fernando Carceroni
A luta vai continuar...

✓ Em Mobilização pelo Pagamento
do Piso Salarial e Reconstrução da Carreira

www.sindutemg.org.br

008736_01



SEMINÁRIO

do Coletivo de
Mulheres do
Sind-UTE

PAUTA:

O QUE É SER MULHER?
O QUE É SER HOMEM?
SUBSÍDIOS PARA UMA DISCUSSÃO DAS
RELAÇÕES DE GÊNERO.
ENCONTRO DE MULHERES DO SIND-UTE
SEMINÁRIO DA SECRETARIA
DE MULHERES DA CNTE

Dia: 30/08/97
Local: SINRPO
Horário: 9 às 18h.

Entrevistas

<p>UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO QUESTIONÁRIO PARA PESQUISA DE MESTRADO TEMA: Memórias, relações e disputas no Sind-UTE (sede central) Orientador: Prof. dr Daniel Cavalcanti Mestranda: Glaucia Maria dos Reis Silva</p>	
IDENTIFICAÇÃO	
Nome: Mercedes	
Idade: 60 anos	Função: Professora
Militante de algum partido político? Qual? Sim	
Atualmente é integrante da direção de algum sindicato? Qual? Sim	
QUESTÕES	
1- Qual sua concepção de sindicato? Para que ele serve? Sindicato tem de ser independente de governos e patrões, ter organismos que propiciem a democratização e participação da base como conselho de representantes, comissão de fábrica, assembleias, congressos etc, ser próximo à base, ter uma direção colegiada, ser sustentado financeiramente apenas pela contribuição voluntária dos trabalhadores e ser filiado à central sindical combativa. O sindicato deve servir para organizar e mobilizar sua categoria e o conjunto da classe trabalhadora para lutar contra a exploração quer seja por medidas imediatas de salário e benefícios quer seja numa luta mais ampla para mudar a sociedade	
2- Quais as barreiras e entraves para sua participação, enquanto mulher, no movimento sindical? Milito numa categoria majoritariamente feminina, então o grande entrave que é o machismo é menor, pois boa parte da direção do sindicato é formada por mulheres, mas tem o enfrentamento com a família pela concepção machista de que o papel feminino é cuidar da casa, filhos, marido etc, e na relação com os demais sindicatos e centrais sindicais majoritariamente masculinas. As “cantadas” são frequentes, a invisibilidade ou ações de constrangimento e até alguma violência como tomar o microfone da mão enquanto fala, pequenos empurrões etc.	
3- Você já participou do Coletivo de Mulheres do Sind-UTE/MG? () Sim (x) Não	

<p>4- Descreva como era o funcionamento do Coletivo de Mulheres do Sind-UTE/MG e quais motivos levaram ao seu desmantelamento.</p> <p>Por muito tempo militei no Sindute na base e num movimento de oposição, portanto minha participação era bastante restrita. Mas acompanhava o coletivo de mulheres e cheguei a participar de reuniões quando era [próximo de casa] ou na região. Havia um debate interessante contra o machismo e a participação das mulheres na luta sindical e política, no entanto com um viés muito institucional/eleitoral e com um controle muito forte da direção do sindicato. Foi esse controle que, aos poucos, foi minando o funcionamento do grupo pois não podia haver posicionamentos divergentes, principalmente das dirigentes do coletivo. Como as divergências foram se avolumando, a direção atuou no sentido de esvaziar o coletivo até sua completa extinção, o que já faz muito tempo, e nunca mais o coletivo foi retomado.</p>
<p>5- Você considera que o Sind-UTE/MG compreende a importância da luta feminista? <input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não</p>
<p>6- Na sua opinião, qual ou quais a(s) dificuldade(s) do Sind-UTE em promover ações feministas voltadas para as mulheres trabalhadoras?</p> <p>A mesma dificuldade de todos os sindicatos: o machismo, quer seja pela influencia da ideologia machista que leva à incompreensão da importância da luta feminista por parte da direção(é incrível mas não tem creches nas atividades do SindUte, apenas no congresso trianual) e da categoria, quer seja pela dificuldade de participação das trabalhadoras em educação por causa da tripla jornada, tarefas domesticas, maridos autoritários etc.</p>
<p>7- Quais pautas específicas para a mulher trabalhadora poderiam ser propostas pelo Sind-UTE/MG?</p> <p>Redução da jornada de trabalho; creche no local de trabalho, luta contra a opressão machista, racista e lgbtfóbica, contra o assédio sexual, luta pelo direito ao aborto, salário igual para trabalho igual.</p>
<p>8- Na sua opinião, quais ações podem ser desenvolvidas pelo Sind-UTE/MG para garantir a efetiva participação das mulheres em assembleias, reuniões ou diretoria?</p> <p>Primeiramente garantir creche em todas as atividades e fazer uma campanha da importância da luta feminista que não se restrinja à pauta econômica da categoria e sim aos direitos mais amplos da mulher trabalhadora, da mulher negra e das LGBTs</p>
<p>9- A partir dos seus anos de militância, é possível perceber algum avanço dado pelo Sind-UTE/MG no combate a opressão à mulher? <input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não Em caso positivo, qual?</p>

10- Ao longo da história do Sind-UTE/MG e de sua participação enquanto direção ou oposição, como você percebe e como você avalia a questão do sindicalismo e o feminismo dentro desse movimento sindical?

11- O que você mudaria ou acrescentaria para a acumulação do debate do sindicato em relação a luta específica das mulheres trabalhadoras em educação na sociedade capitalista?

Espaço aberto para comentários que julgar pertinentes:

*Algumas informações na parte da identificação foram ocultadas a fim de garantir o anonimato.

Muito obrigada!

Glaucia Reis

<p>UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO QUESTIONÁRIO PARA PESQUISA DE MESTRADO TEMA: Memórias, relações e disputas no Sind-UTE (sede central) Orientador: Prof. dr Daniel Cavalcanti Mestranda: Glaucia Maria dos Reis Silva</p>	
IDENTIFICAÇÃO	
Pseudônimo: Carmem	
Idade:54	Função: professora
Militante de algum partido político? Qual? Sim.	
Atualmente é integrante da direção de algum sindicato? Qual? Sim.	
QUESTÕES	
<p>1- Qual sua concepção de sindicato? Para que ele serve? Sindicato é uma frente ampla de trabalhadores e trabalhadoras cujo objetivo principal é a defesa dos direitos trabalhistas, previdenciários e, no caso do sindicato da educação pública, a defesa do direito à educação gratuita, de qualidade referenciada socialmente, laica e com respeito à diversidade humana. Portanto, implica incorporar e difundir debates mais amplos além das questões trabalhistas. É um instrumento fundamental de organização da classe trabalhadora e tem o dever de ampliar a consciência de classe e participar das lutas anticapitalistas, dialogando com as diferentes concepções presentes na classe trabalhadora de alternativas ao capitalismo.</p>	
<p>2- Quais as barreiras e entraves para sua participação, enquanto mulher, no movimento sindical? O enfrentamento cotidiano do machismo presente nos pequenos gestos e ações de diversos dirigentes. Por isso, a auto-organização das mulheres no movimento sindical é um instrumento fundamental para a transformação das relações sociais desde o local de trabalho.</p>	
<p>3- Você já participou do Coletivo de Mulheres do Sind-UTE/MG? (x) Sim () Não Juntamente com a companheira Laraene Tolentino criamos o Coletivo de Mulheres do Sind-UTE/MG que foi extinto pela diretoria porque era auto-organizado e não ficava subserviente à diretoria estadual.</p>	

4- Descreva como era o funcionamento do Coletivo de Mulheres do Sind-UTE/MG e quais motivos levaram ao seu desmantelamento.

O Coletivo de Mulheres realizava reuniões semanais em BH. Posteriormente, iniciamos as reuniões mensais em cidades diferentes, definidas pelas mulheres, bem como a pauta de debates para cada encontro. As militantes da cidade/região definida ficavam responsáveis pela organização do evento (local e palestrantes), cabendo à diretoria estadual somente a divulgação do evento. Chegamos a reunir de 100 a 200 mulheres em cada encontro. Os debates eram riquíssimos. Os depoimentos pessoais sobre as temáticas discutidas foram fundamentais para o crescimento de dezenas de mulheres militantes de base. Esta foi a razão principal para o seu desmantelamento: a autonomia das militantes de base em auto organizarem as atividades. A maioria da diretoria dizia que este devia ser o papel do departamento de formação política e não das mulheres.

5- Você considera que o Sind-UTE/MG compreende a importância da luta feminista?

Sim Não

Mais ou menos. Já realizamos debates divisores de água a exemplo do debate sobre o aborto no congresso de Uberlândia ou Montes Claros (não me lembro bem o ano e a cidade, mas foi no início dos anos 1990). Ganhamos a proposta da entidade lutar pela legalização do aborto. O congresso rachou ao meio. A maioria da diretoria solicitou recurso de votação. Mudaram a decisão e se comprometeram em realizar debates sobre o tema. A única coisa que fizeram foi publicar uma entrevista com a Marta Suplicy no jornal da entidade.

O fato de termos tido somente três mulheres à frente da entidade é sinal explícito das dificuldades sobre a valorização das mulheres.

O fato de terem acabado com o Coletivo de Mulheres também explicita as limitações da entidade sobre a luta feminista. Mesmo tendo incorporado à direção da entidade diversas mulheres que participaram do Coletivo.

6- Na sua opinião, qual ou quais a(s) dificuldade(s) do Sind-UTE em promover ações feministas voltadas para as mulheres trabalhadoras?

Compreender que estas ações estão além das forças políticas que dirigem a entidade. Como a iniciativa do Coletivo de Mulheres foi de responsabilidade de duas mulheres da CUT pela Base, houve o receio do crescimento desta força política na condução dos trabalhos. Ao invés de formar as mulheres da Articulação Sindical na temática, optaram por desarticular o Coletivo de Mulheres.

É importante lembrar que foi o único período que houve eleições proporcionais no SindUTE/MG. Além do Coletivo de Mulheres, Laraene e eu articulamos o Coletivo Anti-racista. Ambos foram referência nas lutas feministas e anti-racistas nacionalmente. Articulamos ainda, com menor fôlego, o debate LGBT a partir da Campanha de Prevenção à AIDS Antônio Roberto dos Santos (preciso conferir o nome corretamente), em homenagem ao companheiro da diretoria que faleceu à época.

7- Quais pautas específicas para a mulher trabalhadora poderiam ser propostas pelo Sind-UTE/MG?

O debate sobre o Piso Nacional por exemplo está vinculado diretamente à valorização do trabalho feminino e as campanhas salariais não consideram este elemento fundamental na discussão.

A questão do assédio moral, das políticas meritocráticas e de controle do trabalho docente, das licenças maternidade e/ou para acompanhamento de familiares doentes, os processos de adoecimento da categoria.

8- Na sua opinião, quais ações podem ser desenvolvidas pelo Sind-UTE/MG para garantir a efetiva participação das mulheres em assembleias, reuniões ou diretoria?

Retomar a auto-organização das mulheres, garantir creches nos eventos, valorizar e contribuir para a construção das militantes mulheres desde a base da categoria.

9- A partir dos seus anos de militância, é possível perceber algum avanço dado pelo Sind-UTE/MG no combate a opressão à mulher? () Sim () Não

Em caso positivo, qual?

Desde 2006 a Rede Municipal de Educação de Belo Horizonte saiu do Sind-UTEMG e se organizou no Sind-REDE/BH, portanto não tenho acompanhado mais de perto as ações de organização sindical interna. Contudo, o fato de ter uma mulher na coordenação geral da entidade por si só aponta um novo processo de visibilidade pública das mulheres da entidade.

10- Ao longo da história do Sind-UTE/MG e de sua participação enquanto direção ou oposição, como você percebe e como você avalia a questão do sindicalismo e o feminismo dentro desse movimento sindical?

Já tivemos dias melhores. A organização das mulheres da CUT, seja em nível municipal, estadual ou nacional foi um divisor de águas no sindicalismo brasileiro. Conseguimos aprovar as cotas de mulheres nas direções sindicais, pautamos diversas temáticas, realizamos ações fundamentais.

O processo de cooptação do movimento sindical durante os governos Lula/Dilma contribuiu para arrefecer alguns debates, inclusive na própria Marcha Mundial de Mulheres, que ajudei a construir no Brasil e que, do ponto de vista da elaboração feminista, construiu um acúmulo de debates que é fundamental para o feminismo ao incorporar em sua primeira campanha “Contra a pobreza e a violência sexista”, em 2000, temáticas que antes não eram tratadas com maior evidência nos movimentos feministas, tais como a questão econômica, ambiental, salário mínimo, ALCA, agroecologia, economia do cuidado entre outros. A MMM traz uma experiência mundial de interlocução do feminismo com as questões globais. Esta elaboração coletiva é patrimônio do feminismo marxista, em que pese todas as diferenças políticas que possamos ter com diversas ações realizadas pela MMM. A campanha do salário mínimo foi um esforço fenomenal em debater o mundo do trabalho e o salário em outra perspectiva.

11- O que você mudaria ou acrescentaria para a acumulação do debate do sindicato em relação a luta específica das mulheres trabalhadoras em educação na sociedade capitalista?
Considero urgente a incorporação do debate sobre a economia do cuidado

Espaço aberto para comentários que julgar pertinentes:
Sugiro que você estude alguns materiais da MMM: o jornal da campanha de 2000 “Contra a pobreza e a violência sexista” e a revista sobre o Salário Mínimo, bem como os materiais sobre agroecologia São materiais riquíssimos.

*Algumas informações na parte da identificação foram ocultadas a fim de garantir o anonimato.

Muito obrigada!

Gláucia Reis